



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS IGUATU
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

RAÍ VIEIRA SOARES

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
ELEMENTOS PARA COMPREENDER O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO
CONTEXTO DO IFCE *CAMPUS IGUATU***

IGUATU – CE
2015

RAÍ VIEIRA SOARES

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
ELEMENTOS PARA COMPREENDER O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO
CONTEXTO DO IFCE *CAMPUS* IGUATU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Iguatu, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ms. André de Menezes Gonçalves.

IGUATU – CE

2015

RAÍ VIEIRA SOARES

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
ELEMENTOS PARA COMPREENDER O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO
CONTEXTO DO IFCE *CAMPUS* IGUATU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Iguatu, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Data de aprovação: 16/11/15

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. André de Menezes Gonçalves

Prof. Orientador

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE)

Profa. Ms. Luana Paula Moreira Santos

1ª Examinadora

(Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN)

Profa. Elinadja Fonsêca Silva

2ª Examinadora

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE)

Ao Povo Brasileiro e todos(as) aqueles(as)
que ousam sonhar e acreditar que um mundo novo é possível;
e à minha família por todo amor e carinho que nos move e fortalece.

AGRADECIMENTOS

Esse momento de encerramento da graduação traz inúmeras lembranças e memórias sobre tudo o que passei para chegar até aqui e todos(as) aqueles(as) que estiveram comigo e foram fundamentais na minha caminhada. Entendo que o processo de construção do conhecimento é coletivo, então eu sou um “pedacinho” de muita gente que contribuíram de forma especial com minha trajetória acadêmica, política e essencialmente na minha formação humana.

Primeiramente agradeço à minha mãe Zilda e à minha avó Zoraide, por toda a dedicação, amor e apoio dado na minha formação. Á vocês, por serem essas mulheres fortes, trabalhadoras e cheias de esperanças, vocês são minha fonte de inspiração para eu seguir na caminhada. Eu amo vocês!

Aos meus irmãos(ã) Gonçalves, Raúl, Alexandre, Otávio, Jaine e Sidirlei. Embora as várias diferenças entre nós, há em comum o carinho e respeito o que faz de nós uma “excêntrica família”, que possamos continuar compartilhando momentos de sonhos.

Ao Centro Acadêmico de Serviço Social do IFCE, pelos espaços de construção coletiva e formação política pelas lutas e sonhos compartilhados com Raissa Araújo, Jonas Mateus, Andressa Oliveira, Marília Bezerra, Anderson Nayan, Leandro Lima, Raimundo Beserra, Wanessa Brandão, Luana Alves, Gracy Paulino, Renato Jamerson, Brenda Brito, Valéria Vieira, Rafael Matias e Kamila Silva, pois com vocês aprendi que “é preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer”.

À Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) que me mostrou a importância da militância política estudantil na formação profissional e por me fazer reconhecer enquanto sujeito político. Em especial agradeço aos(às) militantes da região II (CE, PB, RN e PE) que constroem a ENESSO do Povo: Taisa Iara, Tuiara Barbosa, Michael Dantas, Isabelle Cristina, Brenno Cavalcante, Samilly Elise, Cris Ferreira, Larissa Pinheiro, Gabriela Soares, Lara Xerez, Simone Mendes, Barbara Alencar, Robson Leite, Giulia Oliveira, Maisa Dantas, Andrea Gomes, Andressa Pontes, Camila Mesquita, Janaine Martins, Marília Assunção, Kell Barros, Cibelle Brito, Flavia Lamonielle, Marlon Moura e Leonardo Silveira, que possamos continuar nas lutas e sonhos acreditando que “a luta é direito de fazer um mundo novo”.

Aos meus amigos Edvaldo Ferreira, Junior Bezerra, Jessé Silva, Maurício Cardoso, Ítalo Juan e Hiago Trindade e pelo companheirismo e carinho durante essa caminhada, compartilhando comigo momentos de angustias, mas também de alegrias e que

contribuiu muito com minha formação humana, que possamos levar sempre nossa amizade, pois é “tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar”.

Ao meu eterno amigo de ensino médio e grande irmão Júnior Araújo, que embora as divergências e a distância, sempre se manteve presente ao meu lado, me apoiando e compartilhando experiências de vida e sonhos, com humor, solidariedade e respeito, que nosso companheirismo se fortaleça a cada dia na certeza da acolhida, da escuta, do entendimento, mesmo quando erramos ou cobramos, “há sempre algo sublime no ar entre dois amigos de verdade”.

À Romana Alves, que se tornou uma das mais belas surpresas que a vida me deu nos últimos meses e já é marcante em minha vida pelas conversas e o apoio dado, toda gratidão e carinho, que a vida nos reserve “belas e inesquecíveis surpresas”.

À Sheila Teodósio e Atila Brandon, companheiros de residência, cuja convivência ao longo de toda a minha graduação foi respeitosa e harmoniosa fazendo surgir e fortalecer uma grande amizade que contribuiu muito no meu processo de formação.

Ao IFCE *campus* Iguatu, que se transformou em minha segunda casa ao longo desses anos que aqui estive desde o ensino médio no internato. Entre alegrias, decepções e muitos aprendizados, aqui tiveram os melhores anos da minha vida. Que o IFCE continue tendo essa importância política no interior do Ceará, por sua condição pública, oportunizar mais jovens terem acesso ao ensino médio, técnico e/ou de nível superior.

Ao Curso de Serviço Social do IFCE, que por sua dimensão pública e gratuita me possibilitou o acesso ao ensino superior e ao Núcleo de Educação, Políticas Públicas e Serviço Social (NEPPSS) com isso todas as possibilidades vivenciadas no âmbito da pesquisa e da extensão.

Ao corpo docente do curso de Serviço Social do IFCE, especialmente Evelynne Medeiros, Cynthia Studart e Adriana Alves, por serem minhas referências política e profissional, pelo constante incentivo a participação no movimento estudantil desde quando ingressei no curso. Não poderia esquecer também de Luana Paula, Anastácio Ferreira, Fabrícia Keilla, Jerciano Pinheiro, Maiara Campos e Aparecida Higino, a vocês também agradeço por terem me mostrado a importância da educação pública e da formação profissional de qualidade com competência ética, demonstrando que o exercício da docência também tem uma dimensão política.

Ao meu orientador, Prof. André de Menezes, por seus ensinamentos e sua confiança em mim, que embora o seu “jeitão chato” sempre se mostrou muito paciente e atencioso no processo de orientação, sem abrir da exigência da qualidade teórica e do

compromisso político, sua contribuição foi fundamental para materialização desse trabalho. Agradeço por ser o amigo que se tornou e que cotidianamente esteve me incentivando a continuar caminhando e seguindo firme.

Agradeço também as professoras Luana Paula e Elinadja Fonsêca pela disponibilidade para banca examinadora e suas valorosas contribuições para finalização desse processo, pois essa escolha não foi aleatória, mas uma representa também uma escolha política, por entender que vocês possuem um compromisso político com a formação e o Projeto Profissional do Serviço Social.

Não poderia esquecer também de agradecer à Rose Pinheiro, Rosângela Coelho e Adriana Medeiros, mulheres trabalhadoras e terceirizadas do IFCE, pessoas que tenho muita admiração, respeito e carinho. Agradeço a todas pelas mensagens de apoio, confiança e força a mim depositadas desde o ensino médio.

Por fim, agradeço a luta do Povo e sua capacidade de indignar contra qualquer injustiça e forma de opressão, que a rebeldia se renove a cada dia para que possamos construir um mundo mais humano, livre e digno.

Não importa que doa:
É tempo de andar de mão dada
Com quem vai no mesmo rumo,
Mesmo que longe ainda esteja
De aprender a conjugar o verbo amar.

É tempo sobretudo
De deixar de ser apenas a solitária
vanguarda de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro
(Dura no peito, arde a límpida
Verdade dos nossos erros)
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo, e
Saber serão, lutando.

Para os que virão - Thiago de Mello

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso versa sobre as particularidades de criação e consolidação do Curso de Serviço Social no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), *campus* Iguatu (CE). Discute a formação profissional em Serviço Social e a colaboração do Movimento Estudantil em Serviço Social nesse processo. Parte da concepção que a formação profissional em Serviço Social é indissociável de uma dimensão política, onde o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) contribui nesse processo de formação. A investigação orientada pelo método marxista contempla pesquisa bibliográfica e de campo. Foram sujeitos da pesquisa docentes do curso, representantes da gestão administrativa do IFCE e alunos e ex-alunos com trajetórias no processo de organização estudantil na unidade formadora. Revela as particularidades da formação profissional local em sintonia com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a agenda de luta do conjunto CFESS-CRESS. Embora as contradições e limites postos na realidade dos Institutos Federais, verifica-se que a organização estudantil é articulada com os direcionamentos políticos da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Diante disso, o curso na condição pública, possui uma importância na região e no estado por apresentar-se na contramão da mercantilização da educação superior no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Organização Política; Movimento Estudantil; Formação Profissional; Serviço Social; Instituto Federal.

ABSTRACT

Work Completion of course deals with the peculiarities of creation and consolidation of the Social Service Course under the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFCE) campus Iguatu (EC). Discusses vocational training in social work and the collaboration of the Student Movement in Social Work in this process. Part of the design that vocational training in social work is inseparable from a political dimension, where the Student Social Work Movement (MESS) contributes in this training process. Research guided by the Marxist method includes bibliographical and field research. Were subjects of the research faculty of the course, representatives of the administrative management of IFCE and students and alumni with trajectories in the student organization process in the forming unit. Reveals the peculiarities of the local vocational training in line with the Curriculum Guidelines of the Association of Education and Research in Social Work (ABEPSS) and the struggles of CFESS-CRESS set. While the contradictions and limits set in the reality of the Federal Institutes, it turns out that the student organization is articulated with the political directions of the National Social Work Student Executive (ENESSO). Before that, the course in the public condition, has an importance in the region and in the state by present themselves against the commodification of higher education in the contemporary scene.

Keywords: Political Organization; Student Movement; Professional qualification; Social service; Federal Institute.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
AP	Ação Popular
CA	Centro Acadêmico
CASS	Centro Acadêmico de Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF8M	Centro Feminista 8 de Março
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CN	Coordenação Nacional
CONESS	Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CONTAG	Confederação Nacional dos Agricultores
CORESS	Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CORETUR	Conselho de Representantes de Turmas
CPC	Centro Popular de Cultura
CN	Coordenação Nacional
CR	Coordenação Regional
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EAFI	Escola Agrotécnica Federal de Iguatu
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ERESS	Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social
IF's	Institutos Federais
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência

LPJ	Levante Popular da Juventude
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OBAN	Operação Bandeirantes
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEPSS	Projeto Ético Político do Serviço Social
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPP	Projeto Político Pedagógico
RAE	Regulamento de Assistência Estudantil
SESSUNE	Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional de Estudantes
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SNFPMESS	Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social
SOF	Sempre Viva Organização Feminista
SRFPMESS	Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UNE	União Nacional de Estudantes
UNILAB	Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: A CONTRUÇÃO DO OBJETO: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	17
1.1. O Objeto de Estudo em Questão: a organização estudantil de Serviço Social no IFCE <i>campus</i> Iguatu.....	17
1.2. Método, Técnicas e Perfil dos Sujeitos da Pesquisa.....	24
1.3. A Pesquisa e a Dimensão Investigativa no Serviço Social.....	30
CAPÍTULO II: BASES SOCIOHISTÓRICAS DA PROFISSIONALIDADE E RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	35
2.1. Configurações Sociohistóricas da Profissionalidade do Serviço Social	35
2.2. Autocracia Burguesa, Ditadura Civil-Militar e Movimento Estudantil	44
2.3. O Serviço Social no Circuito da Universidade: caminhos para a “renovação”	54
CAPÍTULO III: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO IFCE CAMPUS IGUATU	65
3.1. Movimento Estudantil de Serviço Social: o papel político da ENESSO ..	65
3.2. A Particularidade da Formação profissional no Curso de Serviço Social do IFCE: Entre contradições e possibilidades	76
3.3. Organização Política Estudantil de Serviço Social do IFCE: elementos para entender a formação político-profissional	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	116

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, **Organização Política Estudantil e Formação Profissional: Elementos para Compreender o Curso de Serviço Social no Contexto do IFCE *campus* Iguatu**, consiste em analisar o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), particularizando o debate da formação profissional, dadas as particularidades da recente e pioneira implantação do curso no âmbito dos Institutos Federais.

Numa realidade social extremamente complexa, principalmente em um contexto de aprofundamento das contradições da sociabilidade capitalista, não inúmeras as possibilidades de objetos de pesquisa. Mas isso não significa dizer que a escolha deste tema se deu de forma aleatória. Pelo contrário, a definição do presente objeto de pesquisa é motivado por identidade política pelo tema, seja do ponto de vista individual, mas também coletivo. O Curso de Serviço Social do IFCE Iguatu foi implantado em 2010, completando 05 anos de existência. Consequentemente o movimento estudantil do curso possui uma recente trajetória, mas isso não lhe tira a sua importância política. Pelo contrário, com a implantação do curso, inaugurou-se também a possibilidade da organização política estudantil numa instituição de formação técnica e profissionalizante no interior do Ceará, que embora os seus limites e desafios, apresenta a possibilidade de construir uma formação crítica e questionadora da realidade.

Várias inquietações motivaram meu interesse pela temática. Durante o meu processo formativo tive contato com profissionais docentes que sempre incentivaram a organização e a participação dos espaços e atividades do movimento estudantil. Como também tive contato com alguns poucos profissionais que uma vez ou outra afirmavam que “estudante que milita, não estuda” e isso sempre me incomodou, porque desde o início do curso já participava do movimento estudantil sem deixar de lado minhas atividades e compromissos acadêmicos.

Alguém escreve para tratar de responder às perguntas que lhe zumbem na cabeça, moscas tenazes que perturbam o sono, e o que alguém escreve logra um sentimento coletivo quando de algum modo coincide com a necessidade social da resposta (GALEANO, 2015, p. 370).

A partir desse momento, surgiu o seguinte questionamento: “Será que a organização política estudantil contribui ou não para a formação profissional em Serviço Social?”. Com o decorrer do meu processo formativo, a partir das vivências do movimento

estudantil e o contato com algumas produções acadêmicas, foi perceptível a existências dessas contribuições. Mesmo assim surgiu a necessidade de analisar as particularidades dessa organização estudantil no âmbito do curso de Serviço Social do IFCE, instituição historicamente marcada pela formação técnica e média.

A presente pesquisa inaugura no âmbito do Curso de Serviço Social do IFCE o debate sobre o movimento estudantil articulado com a formação profissional. Dada a dinamicidade, a complexidade, ao movimento da realidade social e dos sujeitos históricos que permeiam o curso e a incapacidade da proposta investigativa dar conta de tudo, a pesquisa aqui não se esgota, pois sempre existirão várias questões para se discutir sobre a organização política estudantil mediatizada pela formação profissional.

A partir da perspectiva teórica aqui adotada, destaco que o movimento estudantil é resultante de uma realidade social concreta, que é histórica e dialética; portanto, o movimento não é fruto somente da subjetividade dos seus sujeitos, mas é também produto de um contexto sociohistórico que impõe determinadas formas de organização política. Posso dizer que “é verdadeiro afirmar que as possibilidades das mobilizações são geradas pelo movimento das contradições da realidade social, e não apenas da vontade política dos militantes organizados em um instrumento político” (BOGO, 2011, p. 19-20). Portanto, o contexto contraditório em que está inserido o curso de Serviço Social do IFCE impôs a necessidade da organização política dos estudantes, seja através do Centro Acadêmico seja nas pautas em defesa da formação profissional qualificada articulada com o direcionamento dado pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O pressuposto é que a formação profissional é indissociável da formação política, configurando-se com um processo formativo constante e permanente. Aqui se defende uma formação que seja capaz de formar um perfil profissional capacitado nas suas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa comprometido com o Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS) articulado com lutas sociais da classe trabalhadora. Uma formação que tenha como princípio norteador,

a formação voltada para a vida, no sentido de compreendê-la em sua dinâmica real, que exige a construção de conhecimentos decifradores de seu movimento como forma de propor alternativas profissionais que se voltem para a emancipação social dos indivíduos (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 257).

O Movimento Estudantil de Serviço Social se coloca como um dos espaços que contribui para a formação política dos estudantes, os “assistentes sociais em formação” em um contexto de fortalecimento do conservadorismo na sociedade, em que a profissão não está imune aos seus rebatimentos, além do processo de mercantilização da educação superior e da

crise dos projetos coletivos, resultado do individualismo que marca o neoliberalismo. Tais aspectos impõem estratégias de organização política dos estudantes que garantam uma formação político-profissional qualificada. Sobre isso, os espaços da ENESSO possuem a sua importância.

Desde os anos 1980, a articulação do Movimento Estudantil via Executivas de curso tem se construído como a alternativa escolhida por muitos para potencializar e revitalizar a organização política estudantil do Brasil. Tal fato é reflexo de uma conjuntura (nacional e internacional) na qual, considerando o movimento de refluxo das lutas de massas, somos empurrados cada vez mais a encampar lutas, por vezes de caráter mais corporativista que de fato questionador do status quo. Somos chamados a “nos voltar para dentro” para garantir um acúmulo de forças para a luta de classes (ENESSO, 2012, p. 41).

Isso demonstra que embora muitos os desafios postos na dinâmica do capitalismo contemporâneo para as lutas sociais e a defesa de direitos sociais historicamente conquistados, isso requer que os movimentos sociais, dentre eles o movimento estudantil tracem estratégias de organização política para defesa da formação profissional pública e de qualidade sem perder de vista o horizonte estratégico da emancipação humana.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No capítulo I intitulado “**A Construção do Objeto: os caminhos metodológicos**” serão expostos o objeto de estudo em questão, sua problematização, justificativa e a importância social de sua investigação. Será apresentado como se deu a aproximação com o objeto; o perfil dos sujeitos da pesquisa e a caracterização da realidade local que foi o *locus* da pesquisa. Será abordado também nesse capítulo os objetivos da investigação, a metodologia da pesquisa, o método que orientou todo o processo investigativo bem como os instrumentos e técnicas utilizadas na pesquisa, situando-a no âmbito da formação e do exercício profissional do Serviço Social.

No capítulo II denominado “**Bases Sociohistóricas da Profissionalidade e Renovação do Serviço Social: contribuições do movimento estudantil**” serão apresentadas as condições sociohistóricas para a profissionalização do Serviço Social, esta particularizada na dinâmica do Estado monopolista e consequente desdobramentos políticos da “questão social”. A renovação do Serviço Social situada no contexto de autocracia burguesa e laicização dos cursos e seu ingresso na universidade. Destaco o espaço universitário da ditadura civil-militar e o papel do movimento estudantil protagonizado pela União Nacional de Estudantes (UNE) e os debates políticos da organização estudantil e outras lutas sociais para aproximação do Serviço Social com o marxismo.

O capítulo III é intitulado “**Formação Profissional e Organização Política Estudantil: particularidades do IFCE *campus* Iguatu**” que apresenta o debate sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social e os desafios contemporâneos no que tange a

formação profissional e o papel político da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) para a organização estudantil e a defesa de um projeto de formação profissional crítico e de qualidade. Particularizo o curso de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu, fazendo sua caracterização geral desde a implantação e o processo de organização política estudantil do curso, articulando com a formação profissional a partir da pesquisa de campo dialogando principalmente com os sujeitos entrevistados. A partir disso, a condição pública do curso, a organização política estudantil em sintonia com a ENESSO e a formação profissional articulada com as diretrizes apontadas pela categoria profissional, ressaltam a importância política do curso na região e no estado, dado o contexto de mercantilização da educação superior no capitalismo contemporâneo.

Espero que ao final, o leitor consiga entender a importância política do movimento estudantil (como também outros movimentos) na formação profissional em Serviço Social e compreender que embora a recente implantação do Curso de Serviço Social no IFCE, a organização estudantil já se coloca enquanto sujeito coletivo na defesa de uma formação profissional articulada com as lutas sociais.

Boa leitura!

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo possui três momentos, sendo que o primeiro caracteriza-se por apresentar o objeto de estudo, situando-o no contexto do debate na formação profissional em Serviço Social a partir da recente criação do curso de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu. Apresenta também os objetivos da proposta investigativa e uma breve descrição do lócus da pesquisa.

O segundo apresenta o método de pesquisa que orientou a investigação científica e expõe as técnicas e o perfil dos sujeitos da pesquisa. No último momento, situamos a importância da pesquisa e da dimensão investigativa no processo de formação e no exercício profissional do Serviço Social.

1.1. O Objeto de Estudo em Questão: a organização estudantil de Serviço Social no IFCE *campus* Iguatu

O presente trabalho busca compreender as contribuições do Movimento Estudantil à formação político-profissional dos(as) estudantes de Serviço Social do Instituto Federal do Ceará (IFCE), *campus* Iguatu. Delimito como marco temporal o período de 2011 à 2015 quando da institucionalização do primeiro curso de bacharelado em Serviço Social na rede dos Institutos Federais (IF's).

A proposta investigativa objetiva analisar como o processo de organização dos estudantes de Serviço Social do IFCE Iguatu colabora em suas formações política e profissional. Para isso, busco contextualizar o processo de organização estudantil no IFCE, as estratégias de organização política e identificação das principais ações do MESS para a defesa e fortalecimento da formação profissional.

A aproximação com o objeto se deu a partir das vivências no MESS¹, por meio da participação nas instâncias de organização estudantil, como o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS), o Conselho de Representantes de Turmas (CORETUR) e na coordenação regional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)². Essa trajetória política, essa militância, ofereceu elementos para a reflexão sobre a relação movimento estudantil e formação político-profissional. Essas vivências também possibilitaram construir algumas indagações de como ocorre esse processo no âmbito de um Instituto Federal³.

Esse movimento me possibilitou um reconhecimento enquanto sujeito coletivo e político, bem como o entendimento ampliado de formação profissional, que está para além da sala de aula, pois a formação se dá também no processo de organização política dos movimentos sociais, dentre eles o Movimento Estudantil (ME). Cabe destacar que o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) se insere na dimensão político-organizativa da profissão que compõe o Projeto Ético Político do Serviço Social⁴. Projeto profissional este vinculado a um projeto societário na perspectiva da transformação que tem a liberdade como valor ético central, pois são nos espaços como os do movimento estudantil que os princípios de liberdade, autonomia, emancipação são reafirmados e defendidos tendo como horizonte a construção de uma sociedade sem exploração, opressão e desigualdades (BRAZ, 2008).

O interesse pela temática foi motivado pelo recente processo de construção do movimento estudantil no IFCE *campus* Iguatu. Nesse espaço foi inovador o surgimento da organização estudantil, pois não há registros históricos de organização de estudantes desde à antiga Escola Agrotécnica Federal de Iguatu (EAFI), ou até hoje na condição de IF. A militância estudantil no cotidiano da instituição é um fenômeno político recente face à cultura institucional que ainda possui marcas da forte tradição dos cursos técnicos da área agrícola integrados ao ensino médio, com pouca (e nenhuma) militância discente.

¹ Participação no CASS Gestão 2014-2015 “*É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer*” e nas Gestões da Coordenação Regional da ENESSO: 2013-2014 “*Não é (só) voz de violão, clarinete, pianola: É voz de gente*”; e 2014-2015 “*A luta é direito de fazer um mundo novo!*”.

² Destaco, também, a participação no projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), denominado “O Processo de Implantação do Curso de Serviço Social no IFCE: desafios da formação profissional frente à política de expansão da educação superior no capitalismo contemporâneo”. Essa oportunidade me possibilitou a compressão da importância da dimensão pública desse curso em um cenário adverso que impõe estratégias coletivas na defesa da formação profissional de qualidade.

³ As particularidades locais me instigaram a investigar as configurações desse movimento e sua relação com a formação profissional tendo em vista também a ausência de pesquisas voltadas para essa temática no IFCE.

⁴ Para Braz (2008), o Projeto Ético Político do Serviço Social é materializado por três componentes, a saber: a dimensão da produção de conhecimentos do Serviço Social (de base marxista); a dimensão político-organizativa da profissão (representada pelas entidades representativas, o Conjunto Cfess-Cress, Abepss e Enesso); e a dimensão jurídico-normativa (formada pelo Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, Lei de regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares da Abepss).

Com a lei nº 11.892/2008, foi instituída a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esse processo possibilitou que as Escolas Agrotécnicas e os Centros Federais de Educação Tecnológica fossem transformados em Institutos Federais. Isso alterou a missão e visão dessas instituições, o que demandou uma maior expansão da rede, abertura e ampliação de cursos, inclusive de nível superior, ainda que permaneça fortemente uma cultura institucional de ensino técnico. Os Institutos Federais ainda não possuem uma cultura de organização estudantil a exemplo das universidades. A experiência do Serviço Social local tem trazido elementos para mudar, mesmo que aos poucos, esse processo, servindo de espelho para outros *campi*.

Esta pesquisa vem contribuir no debate sobre a organização política estudantil de Serviço Social, que segue os rumos do processo nacional⁵, como também no fortalecimento da formação política-profissional de qualidade no IFCE Iguatu. Lembro que é o segundo curso público de Serviço Social do Ceará e o primeiro vinculado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em um contexto nacional de expansão de cursos de Serviço Social seja via ensino privado e/ou por meio do ensino à distância⁶.

Na contemporaneidade vivenciamos um contexto de *contrarreforma da educação superior* (LIMA; PEREIRA, 2009) que interfere diretamente na formação profissional em Serviço Social, caracterizada pela expansão do ensino privado e do ensino na modalidade à distância, em detrimento da redução de investimentos na educação superior pública e sucateamento das universidades públicas. Isso se comprova quando observamos os dados quantitativos sobre o número de instituições de ensino superior (IES).

Até 2006, do total de 2.398 IES, 2.141 são privadas e 257 são IES públicas, isso significa que 89,28% são instituições privadas enquanto 10,72% são instituições públicas (MEC/INEP, 2007 *apud* LIMA, PEREIRA, 2009). Esses dados evidenciam o processo em curso no país de expansão da educação superior no Brasil, porém com maior destaque para o setor privado, o que nega a perspectiva da educação entendida como um direito, passando esta a ser vista como uma mercadoria.

⁵ O Movimento Estudantil de Serviço Social (Mess) tem como entidade nacional de organização estudantil a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), que é estruturada através de uma coordenação nacional (CN) e coordenações regionais (CR's) que atuam a partir das deliberações políticas construídas coletivamente nos fóruns de organização estudantil.

⁶ Devido o curso de Serviço Social no IFCE ser uma experiência nova, o Conjunto Cfess-Cress tem como uma de suas deliberações o fomento a essa discussão na busca de traçar estratégias coletivas no âmbito da formação profissional, para isso, será necessário: “realizar estudos e debates sobre a criação de cursos de graduação em Serviço Social na rede de educação profissional e tecnológica, considerando o curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE como projeto piloto, articulando o debate com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE)” (CFESS, 2014, p. 29).

Comparando o ano de 1995 com o ano de 2010, percebemos mais ainda a presença do setor privado no âmbito dos cursos de Serviço Social. Enquanto que, em 1995 a iniciativa privada representava 57% dos cursos de Serviço Social através de 41 unidades de ensino, em 2010, o ensino privado de Serviço Social compreendia 81% da formação profissional em Serviço Social por meio de 270 instituições de ensino, com 68.724 matrículas (BRAZ; RODRIGUES, 2013). Essa expansão dos cursos de Serviço Social impacta causa uma descaracterização do ensino universitário como também na formação, esta resumida as atividades de ensino e não existindo participação em iniciativas de pesquisa e de extensão; como vivências em espaços de organização política, a exemplo do movimento estudantil.

Segundo Pereira (2010) a formação profissional em Serviço Social não está isenta desse processo de expansão e mercantilização da educação superior, pois 91% dos cursos de Serviço Social criados a partir de 2003 estão inseridos no setor privado e 60% destes estão em IES não universitárias (faculdades isoladas e centros universitários), o que não possuem obrigatoriedade na implementação de pesquisa e extensão, dimensões essenciais no processo formativo conforme indicam as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁷.

Nesse cenário de contrarreforma, a educação não é vista como um serviço exclusivo do Estado, mas de reponsabilidade também do mercado que ganha grande espaço na política de educação. Esse processo interfere na mudança de concepção da universidade e sua função social que passa a ser orientada a partir dos interesses do mercado afetando nas condições do trabalho docente e na intensificação da produtividade nas universidades públicas (DUARTE, 2013).

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC)⁸, em 2014, no Ceará, existiam 22 instituições de ensino superior ofertam o curso de Serviço Social. Destas, somente duas instituições públicas de Serviço Social. Além do curso do IFCE, o outro é ofertado na Universidade Estadual do Ceará (UECE), que conta com 65 anos de existência. Os demais cursos são ofertados em instituições de ensino privado e/ou à distância. Cabe destacar que muitas instituições de ensino à distância são distribuídas em vários pólos pelo interior do Ceará, o que dificulta ter um número exato do número de cursos nessa modalidade de ensino.

⁷ É preciso destacar que embora as Diretrizes Curriculares da Abepss apontem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio formativo, as Diretrizes Curriculares de Serviço Social do MEC (2001) excluem esse princípio, contribuindo para uma formação que se restringe a sala de aula sem necessariamente existirem espaços de fomento à pesquisa e extensão (ORTIZ, 2013).

⁸ Para consulta das informações dessas instituições no Ceará bem como de outros estados, recomendamos acessar o sistema do e-MEC. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 27/10/2014.

Nesse cenário de expansão, mercantilização e precarização dos cursos de Serviço Social, o debate em torno da defesa da formação profissional de qualidade com base nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS⁹ torna-se central e estratégico.

Reafirmamos o entendimento de que a formação profissional em Serviço Social sob as diretrizes curriculares, mas orientada pelo projeto ético-político, move-se entre a flexibilização posta pela política privatista da educação superior para atender às exigências do mercado e a resistência a esta tendência, a partir da afirmação do compromisso profissional com as lutas democráticas e emancipatórias da sociedade (ABREU; LOPES, 2007, p. 15).

A defesa desse curso público, gratuito e de qualidade é um compromisso político do movimento estudantil, tendo em vista que a educação é uma bandeira histórica desse movimento e particularmente dos(as) estudantes de Serviço Social, na firme posição contrária a esse processo de mercantilização e proliferação de cursos de Serviço Social sem as mínimas condições de garantir uma formação profissional de qualidade. Essa posição está em consonância com os princípios e bandeiras de luta da Enesso e do Conjunto Cfess-Cress (Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social) e Abepss¹⁰ que veem se colocando na articulação pela abertura de cursos de Serviço Social em instituições públicas e na defesa dos cursos públicos que já existem, como uma estratégia que contraponha a essa lógica privatista da educação superior e que precariza a formação profissional.

O Curso de Serviço Social do IFCE Iguatu surgiu no segundo semestre de 2010, no processo de expansão e interiorização dos Institutos Federais, o que coloca para o curso muitos desafios para sua consolidação na região e legitimação na instituição. Entre os desafios destaco a lógica e a cultura institucional com foco na formação técnica e tecnológica; reduzido quadro de docentes e ausência de infraestrutura necessária o que interfere nas condições do trabalho docente.

O *processo de interiorização do ensino superior*¹¹ (PINTO, 2015) possibilitou a um conjunto de estudantes de origem da zona rural e cidades pequenas terem acesso a ensino

⁹ Anteriormente denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) fundada em 1946 tornando-se uma entidade acadêmico-científica do Serviço Social, que teve como marco a Convenção de 1979 que passa a se chamar Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). Já na década de 1990, a entidade passa por uma nova alteração na sua nomenclatura, passando para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), pois se colocou a necessidade de enfatizar a natureza científica da entidade bem como a dimensão na pesquisa na graduação e pós-graduação (ABEPSS, 2009).

¹⁰ Esse posicionamento está definido no Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, que dentre suas principais ações está o estímulo a abertura de cursos de Serviço Social presenciais na IES públicas que entre suas atividades está o levantamento e atualização de informações das IES públicas que não possuem cursos de Serviço Social e a partir disso a realização de visitas a essas instituições que não possuem cursos para o estímulo e sensibilização pela sua abertura (CFESS, 2011).

¹¹ Segundo Pinto (2015), essa interiorização do ensino superior é representada por, além do IFCE, mas também pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), Universidade Regional do Cariri (Urca), Universidade Federal do

técnico ou superior público e a vivência política proporcionada pelo movimento estudantil, o que demanda maiores investimentos na política de assistência estudantil para a garantia da permanência destes estudantes; por outro lado, mesmo tendo em vista as contradições que perpassam o IFCE, a sua condição de instituição pública e federal vem possibilitando espaços de debate e articulação com as entidades da categoria na perspectiva de uma formação crítica e da educação entendida como um direito (PEREIRA, 2014).

O IFCE é definido como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi* que tem como foco a oferta de cursos na área de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008). Os Institutos Federais (IFs) são equiparados às universidades federais no que concerne à realização de pesquisa e extensão. Entre suas finalidades e características destacamos:

(i) Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; (ii) Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; (iii) Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências em geral e de ciências aplicadas em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica (IFCE, 2008, p. 8-9 – os grifos não constam no original).

O IFCE possui 23 campi distribuídos por todo o Ceará: Acaraú, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Quixadá, Sobral, Ubajara e Umirim. Possui, ainda, mais dois campi avançados localizados em Guaramiranga e Jaguaruana (IFCE, 2015)¹². Isso permite a visualização do processo de expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica em todo o Estado, política esta adotada pelos Governos Lula e Dilma.

A partir das características acima mencionadas, os IFs surgem com o objetivo de oferecer uma formação profissional técnica, científica e tecnológica contribuindo com o desenvolvimento social e econômico de cada região a partir de suas particularidades. Para isso, tem-se o foco na investigação científica com a ênfase na pesquisa aplicada em busca de soluções técnicas às demandas apresentadas (IFCE, 2008).

Ceará (UFC) e mais recentemente pela criação da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

¹² A Reitoria do IFCE é localizada em Fortaleza, além das Pró-Reitorias de Ensino; Extensão; Pesquisa e Inovação; Administração; e Desenvolvimento Institucional já os campi possui cada, um Diretor-geral, essa estrutura administrativa é definida no organograma da instituição (IFCE, 2015). Todos os campi do interior dependem da Reitoria localizada em Fortaleza, a exemplo, para realização de concursos públicos, seleções, editais de monitorias etc., o que dificulta muitas vezes a autonomia dos *campi* nas dimensões administrativas e pedagógicas a partir das particularidades regionais e locais.

Devido à recente criação do curso, o MESS do IFCE possui uma recente história e está em processo de organização e fortalecimento, iniciada com a criação e aprovação do estatuto do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) em 03 de junho de 2011. Para a primeira gestão da entidade houve duas chapas concorrendo ao processo eleitoral (Chapa 1: *“Nada deve parecer impossível de mudar”* e Chapa 2: *“Vamos lá fazer o que será”*, sendo a primeira chapa eleita para um mandato de um ano). Esse episódio não se repetiu em 2012, pois uma única chapa concorreu à gestão (*Resistir, ser plural*), eleita com maioria de votos válidos. Já em 2014 houve novamente somente uma chapa que concorreu à gestão do CASS (*É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer*). Neste ano de 2015, somente uma chapa concorreu à gestão, sendo eleita a Chapa *“Força para Lutar e Coragem para Seguir”* conforme registros do livro de atas do CASS.

Essa iniciativa demarcou um marco inicial na organização estudantil de Serviço Social em torno de uma entidade a nível local. O CASS é definido como a entidade de representação de estudantes de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu, responsável por sua organização política; articulação dos/as estudantes; defesa dos interesses, direitos e demandas; construção e levantamento das lutas estudantis; bem como atuar na defesa de uma formação pública, gratuita e de qualidade. Em seu Estatuto o CASS tem como objetivos:

Reconhecer, estimular e levar adiante a luta dos/as estudantes do curso de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu em defesa dos seus direitos e interesses; lutar pela ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados da instituição; garantir a integração e solidariedade entre os corpos docentes, discentes e técnico-administrativos do IFCE e com o conjunto dos movimentos sociais; defender e lutar por uma universidade pública, gratuita, autônoma e de qualidade (CASS, 2011, p. 01).

Existe também o CORETUR, composto por estudantes da base, em que a representação estudantil é por semestre. Essa instância tem um caráter de contribuição e diálogo com o CASS. Há, ainda, a representação discente no colegiado do curso de Serviço Social, atualmente formada por duas estudantes, uma efetiva e uma suplente. Inclusive, participar do colegiado do curso é de suma importância para o MESS do IFCE, por entender que é um espaço com dimensão administrativa, pedagógica e política que são expostas as demandas, lutas e posicionamentos dos/as estudantes.

É nesse complexo contexto, mercantilização da educação superior e expansão da educação profissional e tecnológica, que se configura a organização estudantil de Serviço no IFCE Iguatu. Desvelar o processo de organização política estudantil e compreender como o MESS colabora na formação política-profissional dos/as discentes de Serviço Social do IFCE é o objetivo primeiro deste estudo.

Esta pesquisa é essencial para o processo de conhecimento dessa realidade articulada com um contexto de lutas em defesa da formação profissional de qualidade, nesse sentido, no próximo item apresentaremos o método e as técnicas de pesquisa adotadas bem como o perfil dos sujeitos entrevistados.

1.2. Método, Técnicas e Perfil dos Sujeitos da Pesquisa

O Serviço Social brasileiro vem dialogando hegemonicamente com a teoria social crítica, a partir do processo de “renovação do Serviço Social” com a perspectiva de “intenção de ruptura” (NETTO, 2011). O método crítico-dialético possibilita a compreensão do significado social e das particularidades da profissão, bem como suas dimensões éticas e políticas; o entendimento da essência da sociedade de classes e a consolidação do capitalismo monopolista; o debate central da categoria “questão social”¹³ na formação profissional em Serviço Social; a compreensão do debate sobre trabalho nas relações sociais; e a apreensão do caráter contraditório das políticas sociais (LARA, 2013). Por essa razão, as pesquisas no âmbito do Serviço Social vêm nos últimos anos tendo maior aproximação com o método de Marx.

Segundo Netto (2011), nesse método, os pesquisados partem do fenômeno aparente, imediato e empírico, de onde se inicia o processo de conhecimento, sendo a aparência apenas um nível da realidade, que é essencial e não pode ser deixada de lado, para buscar a essência do objeto. É um método que proporciona o conhecimento teórico a partir da aparência, com o objetivo de apreender a essência, dinâmica e estrutura do objeto de estudo investigado. Além disso, o pesquisador que utiliza desse método de investigação e conhecimento teórico tem como fundamento a sociedade burguesa e de classes, o que é indispensável para atingir a essência do objeto.

O método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação (NETTO, 2011, p. 52).

¹³ A “questão social” é entendida como o objeto de trabalho do(a) assistente social expressa nas suas mais variadas expressões. Pensar essa categoria é ao indispensável situá-la no contexto da sociedade capitalista, ou seja, a “questão social” refere-se às expressões das desigualdades sociais oriundas da consolidação da sociedade capitalista por intermédio do Estado que se fundamenta na lei geral da acumulação capitalista, caracterizada pela produção coletiva ao passo que há uma apropriação privada da riqueza socialmente produzida. O resultado desse conflito capital x trabalho é um conjunto de “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais [...]” (IAMAMOTO, 2012, p. 48).

Para o desenvolvimento deste estudo utilizamos o método crítico-dialético por compreendermos que possibilita maiores subsídios para o conhecimento da realidade, a sua processualidade sociohistórica e contraditória, o movimento do real enquanto essência e aparência¹⁴. Esse método:

Busca arrancar da forma empírica do fenômeno a raiz histórica de sua constituição, os processos que o constituíram e este enquanto partícipe dos processos. Enfim, a concepção dialética determina a intenção e a ação de compreender as condições que engendram os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas particularidades e processos (PONTES, 2007, p. 66).

O *lôcus* da pesquisa foi o IFCE *campus* Iguatu, que nesse ano de 2015 completa 60 anos de criação, possuindo uma longa trajetória de história que vai desde a Escola de Economia Doméstica, passa por Escola Agrotécnica Federal e, atualmente, *campus* do IFCE, tendo uma referencia na Região Centro-Sul do Ceará por sua tradição no ensino agrícola.

O IFCE de Iguatu data dos anos 1950, com a criação do curso de Economia Rural Doméstica, vindo em 1962, através da portaria do Ministério da Agricultura, tornando-se Escola de Magistério de Economia Doméstica. Em 1979 passou a ser denominada de Escola Agrotécnica Federal de Iguatu, sendo depois considerada uma unidade dentre os Institutos Federais, resultante de uma ação em que foram agregadas as antigas Escolas Agrotécnicas por iniciativa do Governo Federal (PINTO, 2015, p. 15).

Os *campi* do IFCE possuem um Regimento Interno que prevê um organograma local para gerir cada *campus* dos pontos de vista administrativo e pedagógico. O IFCE *campus* Iguatu é tem como principais instâncias: Direção-Geral; Departamento de Gestão de Pessoas; Diretoria de Administração; e Diretoria de Ensino, do qual fazem parte o Departamento de Ensino e Departamento de Apoio Estudantil (IFCE, 2011).

O IFCE *campus* Iguatu possui, como informado anteriormente, cursos na sua maioria voltados para a área agrícola. Com o processo de expansão da educação profissional e tecnológica, ocorreu a abertura de outros cursos de áreas diferentes. Atualmente o *campus* possui três cursos de nível superior: Tecnologia em Irrigação e Drenagem; Licenciatura em Química; e Bacharelado em Serviço Social. Dos cursos de nível médio e técnico há: Agropecuária; Agroindústria; Zootecnia; Comércio; Informática; e Nutrição e Dietética. Em relação à pós-graduação, o *campus* possui somente um curso no nível lato sensu: a Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (IFCE, 2015).

¹⁴ A partir do método crítico-dialético, a pesquisa parte da realidade concreta e elabora, no plano ideal, através das abstrações, elaborações teóricas frutos de sucessivas aproximações do objeto, haja vista que o objeto é histórico, dinâmico e existe objetivamente independente do pesquisador. Nesse processo, o pesquisador busca apreender as múltiplas determinações que incidem sobre o objeto na realidade concreta. Portanto, o concreto é ao mesmo tempo síntese de múltiplas determinações, que compõe a universalidade, a singularidade e a particularidade (NETTO, 2011).

Dados os objetivos da pesquisa, o objeto de análise será o curso de Serviço Social. Sendo criado em 2010, funcionado no período noturno, sendo ofertadas semestralmente 35 vagas e dez para transferências e ingresso de graduados. Em relação ao quadro de professores, atualmente o curso possui: 13 docentes da área específica de Serviço Social. Destes, 08 são efetivos, 03 estão contratados na condição de substituto e 02 como temporários¹⁵. Compõem ainda o quadro de profissionais 04 docentes são das áreas afins (Filosofia, História e Letras).

Como o nosso foco de análise é o movimento estudantil e formação profissional em Serviço Social, termos como sujeitos da pesquisa os(as) estudantes e professores das áreas afins deste curso.

O curso registra uma média de 183 alunos/as matriculados/as, tem como previsão a formação da primeira turma ao final do semestre 2014.1.¹⁶ A matriz curricular estipula 3.000 horas de disciplinas, sendo 2.840 horas de disciplinas obrigatórias e 160 horas de disciplinas eletivas. Isso além das 450 horas de estágio supervisionado e 160 horas de atividades complementares (PEREIRA, 2014, p. 10 – os grifos não constam no original).

A partir dos objetivos desta pesquisa, optei por desenvolver um estudo de caráter analítico de base qualitativa caracterizada como a busca pela compressão da realidade e dos fenômenos vivenciados pelos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa, em contraposição a uma análise eminentemente quantitativa da realidade (RICHARDSON, 2015). A pesquisa qualitativa tem como objetivo a apreensão dos significados sociohistóricos, das especificidades dos fenômenos e “conhecer a experiência do grupo pesquisado e os significados que atribuem a tal experiência” (MARTINELLI, 2005, p. 119).

As pesquisas bibliográfica e documental serão utilizadas como formas de coleta de dados e informações da realidade. É necessário entender esses dois tipos de pesquisa, que embora suas características semelhantes, elas possuem entre si alguns diferenças:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica (SÂ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 06).

Para pesquisa documental foram utilizadas atas, estatutos, folders de eventos, cartazes, informativos, fotografias, matérias de jornais, dentre outros documentos. Já para a

¹⁵ Desse total, 04 docentes estão na condição de afastamento oficial para qualificação profissional (doutorado) (Dados referentes ao mês de setembro de 2014). A condição de professor substituto refere-se ao contrato que busca suprir a ausência de um professor efetivo, devido este ter saído para qualificação profissional, ou situações de vacância de cargo, licença ou nomeação para ocupar cargos de direção. Já o professor temporário é contratado com o objetivo de suprir demandas da expansão da rede de educação profissional e tecnológica (IFB, 2015).

¹⁶ Até a presente data, o Curso de Serviço Social do IFCE já formou 02 turmas referentes aos semestres 2014.1 e 2014.2.

pesquisa bibliográfica, serão utilizados livros, monografias, artigos e dissertações que tratem sobre o tema pesquisado.

Partindo da concepção de entrevista como uma técnica de pesquisa baseada na comunicação verbal e fonte de coleta de informações, na conversa entre interlocutores sobre o objeto de pesquisa, tendo abordagem do entrevistador a partir de seus objetivos (MINAYO, 2006), na pesquisa de campo utilizamos como técnicas de pesquisa a entrevista semiestruturada¹⁷, voltada para os militantes¹⁸ e ex-militantes do Movimento Estudantil de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu.

Foram entrevistados 06 estudantes, aqueles(as) que compõem ou que fizeram parte do MESS do IFCE através das gestões do CASS no período de 2011 a 2015, sendo priorizados aqueles que participaram do processo de organização e construção inicial do CASS, como também do CORETUR, da Coordenação Regional da ENESSO e do Colegiado do Curso¹⁹ como representação discente. Porém nas análises, foram utilizadas somente as entrevistas de 05 estudantes, porque a análise de 01 entrevista foi impossibilitada por problemas técnicos.

A escolha desses estudantes deveu-se a esses terem ocupado espaços legítimos de representação estudantil de Serviço Social do IFCE, através de eleição direta do conjunto dos discentes, como também, estes estarem ou estiveram à frente dos processos de organização política dos estudantes.

As entrevistas também foram realizadas junto à Gestão Administrativa e ao corpo docente de Serviço Social do IFCE tiveram como objetivo captar as percepções destes quanto à formação profissional em Serviço Social, articulada com a organização política dos estudantes do curso.

Foram entrevistados 03 representantes da Gestão Administrativa do IFCE *campus* Iguatu nas seguintes instâncias administrativas: Direção-geral; e Direção de Ensino através de

¹⁷ Escolhemos esse tipo de entrevista por entender que a entrevista semiestruturada é aquela que parte de questionamentos centrais que seguem um roteiro definido a partir dos objetivos da pesquisa, como também oferece um leque de possibilidades de questões que venham a surgir com as resposta dos(as) entrevistados(as) (MARTINS; BÓGUS, 2004).

¹⁸ São considerados(as) militantes, aqueles(as) estudantes participam diretamente do movimento estudantil, seja nas suas entidades representativas ou nas lutas do seu cotidiano (VASCONCELOS; SAMPAIO *apud* RODRIGUES, 2008).

¹⁹ Cada curso superior do IFCE possui um colegiado de curso que é um órgão regimentado que tem caráter normativo, consultivo e deliberativo que tem como objetivo acompanhar o projeto pedagógico, indicar modificações na matriz curricular, discutir sobre temas referentes ao curso e avaliar as atividades acadêmicas desenvolvidas no curso. Segundo o Regimento Interno do IFCE *campus* Iguatu, o colegiado é composto: pelo coordenador de Graduação e Pós-Graduação; o coordenador do curso; dois docentes da área específica do curso; um docente da área geral do curso; um representante da área técnica pedagógica; e um representante discente. Sendo que cada membro titular do colegiado tem um suplente entendidos como os substitutos legais (IFCE, 2011).

representantes do Departamento de Ensino e Departamento de Apoio Estudantil. Priorizamos os responsáveis por essas instâncias, devido terem um contato com o Curso de Serviço Social, seja do ponto de vista administrativo, quanto pedagógico e relacionado à política de assistência estudantil. São também instâncias administrativas quem tem poder de decisão e deliberações que interferem do ponto de vista político diretamente no curso de Serviço Social.

Em relação ao corpo docente do Curso de Serviço Social, entrevistamos 02 docentes, sendo priorizados aqueles da área específica, os que na graduação participaram do MESS através de gestão de Centro Acadêmico ou Diretório Central de Estudantes (DCE), do quadro efetivo e que participaram da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso. Utilizamos esses critérios de priorizar os docentes do quadro efetivo e que fizeram parte da comissão de construção do PPP por serem aqueles que acompanharam o processo de discussão e reformulação da matriz curricular vigente bem como os debates em relação ao estágio supervisionado, portanto, participaram da construção do projeto de formação profissional em Serviço Social expresso no PPP do curso.

As entrevistas realizadas foram gravadas para posterior transcrição e análise de dados, com o uso de gravador e um roteiro de entrevista, respeitando sempre o sigilo ético científico exigido no processo da pesquisa, para isso, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, colocando para o(a) entrevistado(a) os objetivos da pesquisa e como será utilizada a entrevista.

Em relação ao perfil dos entrevistados representantes da gestão administrativa do IFCE: todos realizaram concluíram a graduação (Ciências Agrícolas; Economia Doméstica; e Pedagogia) em universidades públicas (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e Universidade Estadual do Ceará – UECE). Destes, 02 são do sexo feminino e 01 do sexo masculino com idade entre 50 e 51 anos, ambos possuem cursos de pós-graduação (Agronomia; e Educação Comunitária) e vínculo efetivo, tendo ocupado outros cargos de gestão no IFCE.

Quanto ao perfil do corpo docente entrevistado, todas do sexo feminino com idade de 32 e 37 anos. Ambas concluíram a graduação em Serviço Social em universidade pública, na UECE e estão cursando curso de pós-graduação em nível de Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição também pública. Possuem vínculo efetivo com o IFCE em regime de dedicação exclusiva e ambas já ocuparam cargos e funções no âmbito do curso de Serviço Social, uma delas na coordenação de curso e outra responsável pelo Estágio Supervisionado de Serviço Social.

No que tange ao perfil discente entrevistado, identificamos que a maioria é do sexo feminino, somente 02 estudantes do sexo masculino com média de idade de 23 anos, e somente 01 estudante casado e com filho, os(as) demais são solteiros(as) e não possuem filhos. Somente 01 estudante tem Iguatu como cidade de origem, os demais são de outras cidades (São Paulo, Quixeramobim, Fortaleza e Várzea Alegre), não possuem renda fixa, mas que possuem uma media mensal de 01 salário mínimo e não contemplados por nenhum programa de transferência de renda. Em sua maioria, ingressaram no curso de Serviço Social via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

Todos(as) os(as) estudantes entrevistados já foram contemplados pela política de Assistência Estudantil do IFCE, em sua maioria pelo auxílio moradia²⁰, mas também pelos auxílios óculos e discente pai/mãe²¹, além dos serviços de atendimento médico e odontológico, como também as ajudas de curso disponibilizadas para participação em eventos científicos e do movimento estudantil. Ambos(as) os(as) estudantes já participaram de programas de monitoria, pesquisa e extensão durante o processo formativo e também do movimento estudantil através de gestão no Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) e/ou no Conselho de Representantes de Turmas (CORETUR) no período de 2011 a 2015. A maioria participa de outros movimentos sociais, para além do movimento estudantil, destacando-se a participação no Levante Popular na Juventude (LPJ)²² e na Marcha Mundial de Mulheres (MMM)²³.

²⁰ O auxílio moradia é o benefício da assistência estudantil mais requisitado tendo em vista que a maioria dos entrevistados não é de Iguatu, como já aponte anteriormente. O auxílio moradia é “destinado a subsidiar despesas com habitação para locação/sublocação de imóveis ou acordos informais, pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser renovado” (IFCE, 2015).

²¹ Ambos os auxílios estão previstos no Regulamento de Assistência Estudantil (RAE) do IFCE orientado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) objetivando não apenas o acesso dos estudantes no curso superior, mas também a sua permanência garantindo de forma exitosa o processo de ensino-aprendizagem. Destaco que a política de assistência estudantil é uma bandeira histórica do movimento estudantil, resultado de muitas mobilizações, pressões e lutas no interior das instituições de ensino superior, na qual o conjunto dos estudantes foi o protagonista principal.

²² O Levante Popular da Juventude (LPJ) é um movimento social de juventudes que surgiu no Rio Grande do Sul a partir da articulação de setores da esquerda que constroem o Projeto Popular para o Brasil, como a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Consulta Popular. Esse movimento de propõe ser um instrumento alternativo de organização política das juventudes, seja do campo e da cidade a partir de uma perspectiva de classe para construção de um processo revolucionário (GREGÓRIO, 2015).

²³ A Marcha Mundial de Mulheres configura-se como um movimento social feminista que surgiu a partir de uma organização e mobilização de mulheres a nível internacional em torno da campanha “Duas mil razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” realizada em 2000. Suas principais pautas são: a luta anticapitalista e a construção de uma sociedade sem opressão das mulheres, sem classes, racismo e homofobia. Sua direção nacional é composta por militantes ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Confederação Nacional dos Agricultores (CONTAG), à Sempre Viva Organização Feminista (SOF), ao Centro Feminista 8 de Março (CF8M) e à Consulta Popular (CISNE, 2014).

O processo de realização das entrevistas não aconteceu de forma unilateral, pois compreendeu uma dupla dimensão de facilidade e ao mesmo tempo dificuldades, expressões do movimento e dinamicidade da realidade social, já que esta não é estática, mas histórica, complexa e está em constante movimento. Embora a estrutura administrativa do IFCE seja muito hierárquica, a realização das entrevistas junto as representações aconteceram de forma fácil e tranquila, sem nenhuma dificuldade, foi perceptível a boa recepção ao tema e rápida a disponibilidade para participação da pesquisa. Quanto as docentes entrevistadas, ambas estão na condição de afastamento oficial para qualificação profissional, cursando doutorado, o que dificultou o contato presencial para realização da entrevista, mas esse aspecto não impediu a participação na pesquisa. Já com os discentes, alguns já concluíram a graduação e voltaram para suas cidades de origem, mas isso também não impossibilitou a participação no processo investigativo.

A novidade sobre um curso de Serviço Social e mais ainda sobre o movimento estudantil no âmbito dos Institutos Federais colocam desafios e alguns limites no processo da pesquisa, dada reduzida produção teórica sobre o tema. Tal aspecto não impediu a investigação científica, o que não retira a importância desta, pois a presente proposta configura-se como uma pesquisa inicial que pode ser aprofundada posteriormente, já que não contempla a complexidade em que o Movimento Estudantil de Serviço Social está inserido no IFCE, situado numa realidade social em que a política de educação assume novas configurações na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

1.3. A Pesquisa e a Dimensão Investigativa no Serviço Social

A pesquisa é um aspecto essencial no processo de produção de conhecimentos nas ciências de forma geral, seja para resolução de problemas ou conhecimento da realidade. Em particular, a pesquisa social é o processo que a partir de um método científico objetiva maiores conhecimentos sobre a realidade social, esta entendida de forma complexa que contempla o homem e seus múltiplos determinantes e suas formas de sociabilidade (GIL, 2014).

A produção de conhecimentos do Serviço Social vem nos últimos anos mantendo o compromisso político, acadêmico e científico com a qualidade e relevância da pesquisa, alcançando os mesmos patamares daqueles conhecimentos de outras áreas, como as ciências sociais.

Embora sejam muitos os desafios postos para a universidade brasileira, que sofre os rebatimentos da política de educação em curso, direcionada a privatizações, a flexibilização dos currículos a partir das demandas e interesses da iniciativa do mercado e submetida aos critérios produtividade e eficiência, o conhecimento no âmbito do Serviço Social assume um padrão de referência acadêmica quanto ao rigor teórico-metodológico e mantendo uma produção científica crítica contribuindo para a profissão e com a realidade brasileira (CARVALHO; SILVA, 2005).

Considerando a dimensão investigativa como constitutiva e ao mesmo tempo uma competência profissional do Serviço Social (GUERRA, 2009), a pesquisa torna-se uma ferramenta importante para conhecimento da realidade social, de forma profunda, crítica e para além do fenômeno, objetivando o desvelamento das múltiplas expressões da “questão social”, das configurações do Estado e sociedade e das metamorfoses do trabalho na contemporaneidade.

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional (GUERRA, 2009, p. 13).

A dimensão investigativa deve ser fomentada no processo de formação profissional, em que a pesquisa torna-se uma condição central e transversal do processo formativo. Por isso, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) tem como alguns de seus princípios a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como, estabelece as dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e da relação teoria e realidade. “A Universidade, com seus centros e grupos de pesquisa, tem sido um *lócus* privilegiado de pesquisa que entendendo ter um papel de formadora, permitindo um acesso ao mundo, à cultura, ao avanço das fronteiras do conhecimento, ao aprendizado” (YAZBEK, 2005, p. 152).

As Diretrizes Curriculares definem claramente que as dimensões investigativa e interventiva devem estar articuladas entre si, perpassando todo o processo de formação profissional, por isso a pesquisa deve ser desenvolvida das universidades junto aos diferentes espaços sócio-ocupacionais. A postura investigativa é indispensável para desvelar as expressões da “questão social” presentes na vida cotidiana, em que a investigação é necessária para uma atuação profissional crítica e propositiva, pois o profissional se coloca enquanto

sujeito histórico criando possibilidades de transformação na realidade, não se limitado a atividades burocráticas e rotineiras que não ultrapassam a aparência do fenômeno imediato (SILVA, 2007).

Em relação ao exercício profissional, Guerra (2009) destaca a pesquisa como um elemento constitutivo do trabalho profissional do assistente social, pois para que o profissional desenvolva as competências e atribuições expressos na lei que regulamenta a profissão (nº 8.662/93). Nesse processo a pesquisa é indispensável para compreender e conhecer para além da aparência e da imediatez as contradições postas na realidade.

No processo de investigação, o pesquisador é motivado para construção de um conhecimento que permita uma intervenção profissional propositiva, competente, que contemplem a realidade concreta dos sujeitos. Rompe, ao mesmo tempo, com práticas e iniciativas pontuais, que se limita a institucionalidade técnico-burocrática e à cultura política conservadora que reproduz e reforça traços de subalternidade, opressão, violência e o “favor” (BAPTISTA, 2006).

A pesquisa assume um papel de grande importância do conhecimento da realidade para além da expressão fenomênica²⁴, para com esse conhecimento, assumir uma postura ético-política, orientada por um referencial teórico-metodológico que formule estratégias na perspectiva na defesa e reafirmação dos direitos dos usuários do Serviço Social.

Martinelli (2005) considera a pesquisa como uma mediação constitutiva da identidade e do exercício profissional e ao mesmo tempo do Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), com direcionamento social pautado na emancipação humana.

[...] Uma dimensão ontológica na pesquisa em Serviço Social que se expressa na centralidade do sujeito, no modo de pesquisar, na ética, na circulação e restituição das informações e, especialmente, no horizonte da intervenção, que orienta sempre os nossos procedimentos investigativos (MARTINELLI, 2005, p. 118 – os grifos não constam no original).

Afirmar que a pesquisa possui uma dimensão ontológica significa que ela possibilita analisar as particularidades sociohistóricas do objeto de estudo a partir de uma perspectiva de totalidade²⁵, relacionando-as às contradições da sociabilidade burguesa. Pesquisa entendida como o “exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato, com um fim

²⁴ A expressão fenomênica refere-se ao cotidiano imediato e empírico que revela apenas a aparência e não a essência da realidade ou do objeto em foco (NETTO, 2011).

²⁵ A totalidade é uma das categorias centrais do método marxista, na qual “a sociedade burguesa é uma totalidade concreta”, isto significa compreender as contradições e as relações existentes na complexidade da sociabilidade burguesa, ou seja, esta sendo um “complexo constituído por complexos” (NETTO, 2011, p. 56).

determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional” (BOURGUIGNON, 2005, p. 02).

A pesquisa deve possibilitar não somente um conhecimento da realidade social, mas ter um compromisso político de produção de conhecimentos que objetive a emancipação humana e de questionamento a ordem do capital.

Nessa perspectiva teórica, a pesquisa não é para manusear “instrumentais” e “técnicas” que objetivam enjaular a realidade nos conceitos científicos; ao contrário, é para ter visão de homem e de mundo, posicionar-se diante da luta de classes e desnaturalizar as relações sociais da ordem burguesa (LARA, 2013, p. 227).

A dimensão investigativa deve fazer parte tanto do processo de formação, quanto da intervenção profissional, para subsidiar a produção do conhecimento da realidade social comprometida politicamente com o horizonte da emancipação humana. A produção do conhecimento é a síntese do processo de pesquisa e investigação; portanto, a pesquisa é um requisito indispensável ao assistente social que condiciona a sistematização científica sobre a realidade e as sucessivas aproximações do real, subsidiando ações mais concretas e qualificando a intervenção profissional (LARA, 2007).

Falar da dimensão investigativa na formação profissional requer compreender sua presença em todo o currículo acadêmico, não restringi-la a disciplinas específicas, porque a dimensão investigativa é mais ampla: envolve curiosidade e questionamento da realidade, entendida como estratégia de conhecimento e de intervenção.

Para isso, requer uma formação que possibilite a compreensão do “por que”, “para quê” e “como” conhecer um objeto de estudo da realidade social (MORAES, 2015). No processo de formação profissional é de suma relevância o fomento a pesquisa, seja através de grupos, projetos e núcleos propiciando ao estudante o contato com a dimensão da investigação científica como apontam as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996).

Bourguignon (2005) afirma que a pesquisa no Serviço Social tem uma particularidade histórica, com a aproximação com a teoria social crítica. A pesquisa, a partir das décadas de 1980 e 1990, passou a ter um novo significado para a profissão, sendo articulada a um contexto sociohistórico e político, buscando apreender as determinações que incidem sobre o exercício profissional, nas políticas sociais e nas demandas sociais.

Essa recente aproximação do Serviço Social com a pesquisa se deu a partir da criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social nos anos 1970 e com o processo de *Renovação do Serviço Social*²⁶. Nos anos 80, o Serviço Social obteve junto ao

²⁶ Essa discussão sobre a Renovação do Serviço Social será aprofundada no segundo capítulo do presente trabalho.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o reconhecimento como área específica de pesquisa, o que impulsionou a produção de conhecimento da área de Serviço Social, contribuindo para o exercício profissional e dando maior legitimidade a esta profissão (LARA, 2007).

É nessa perspectiva de inquietação e curiosidade que se motivou a investigação e pesquisa sobre o MESS no IFCE Iguatu, sua organização política e sua relação com o debate da formação profissional.

CAPÍTULO II

BASES SÓCIOHISTÓRICAS DA PROFISSIONALIDADE E RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A partir da perspectiva teórico-metodológica assumida pelo presente trabalho, a profissão não está isolada do conjunto das relações sociais da sociedade. Para compreender a funcionalidade e direcionamento político assumido pelo Projeto Ético Político do Serviço Social, é necessário o entendimento que este é resultado de uma construção sóciohistórica que envolve questões políticas, econômicas e sociais, além de sujeitos coletivos que interferiram nos rumos assumidos pela profissão.

Dito isso, o presente capítulo tratará sobre as condições sóciohistóricas que possibilitaram a demanda e a profissionalização do Serviço Social situada no marco do Estado monopolista. Como também as condições que influenciaram para a Renovação do Serviço Social, na qual destacamos a sua laicização e a inserção do curso no espaço universitário que contribuiu com o contato com as disciplinas das áreas humanas e sociais. Por fim, destaco as contribuições do movimento estudantil, protagonizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no contexto da autocracia burguesa sobre o regime civil-militar.

2.1. Configurações Sociohistóricas da Profissionalidade do Serviço Social

O processo de profissionalização do Serviço Social brasileiro possui particularidades sociohistóricas que devem ser apreendidas para possibilitar uma melhor compreensão da emergência e do processo de institucionalização como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, do ponto de vista dos seus fundamentos, legitimação e funcionalidade no contexto da sociabilidade burguesa.

No âmbito da produção teórica sobre o surgimento do Serviço Social como prática institucionalizada tem se dado sob duas perspectivas principais ou duas diferentes teses sobre a “gênese” e “natureza do Serviço Social”, a saber: a “perspectiva endogenista” e a “perspectiva histórico-crítica” (MONTAÑO, 2011).

A primeira compreende o Serviço Social como profissionalização de práticas de ajuda, caridade e filantropia para intervir nas expressões da “questão social”. Estão ligados a essa perspectiva aqueles autores vinculados ao Serviço Social tradicional²⁷, que tinham como a metodologia de caso, grupo e comunidade e aqueles que associam a origem do Serviço Social com as formas de ajuda e beneficência realizadas junto às sequelas da “questão social”, retomando concepções presentes na Idade Média que tinham como base filosófica o pensamento de Tomas de Aquino. Dessa forma, o Serviço Social é analisado a partir de si mesmo, considerando-o como evolução de várias etapas de forma autônoma, sem nenhuma relação com os fundamentos da sociedade, seus fundamentos, suas classes e lutas sociais, por isso é uma tese de cunho endogenista²⁸ (MONTAÑO, 2011).

A perspectiva histórico-crítica analisa a origem do Serviço Social situado contexto de desenvolvimento sociohistórico do capitalismo monopolista, na qual o Estado é requisitado a responder as demandas advindas da “questão social”. Aqui o assistente social tem função essencialmente política inscrito na divisão social e técnica do trabalho, atuando na reprodução da força de trabalho através das políticas sociais. A profissão é um produto histórico, uma síntese de embates e lutas sociais que intervém na reprodução das relações sociais e na ideologia da classe dominante²⁹ (MONTAÑO, 2011). É sob essa perspectiva que nos propomos analisar o processo de profissionalização do Serviço Social, situando o papel do Estado e das políticas sociais na dinâmica do capitalismo monopolista.

Para Iamamoto e Carvalho (2009) o Serviço Social tem como suas bases para implantação a “questão social” nas décadas de 1920 e 1930 resultante do aprofundamento do capitalismo caracterizado pela crescente industrialização, etapa que acentuou as contradições sociais na sociedade e evidenciou os antagonismos entre classe burguesa e proletária. Para os autores, a “questão social” é entendida como a entrada da classe operária no cenário político, de forma organizada e articulada, consciente das desigualdades sociais advindas da exploração, passando a exigir do Estado respostas às suas expressões por meio de políticas públicas que atendam aos interesses da classe operária.

²⁷ Entendemos Serviço Social tradicional a partir de Netto (2011) como “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada’ dos profissionais, parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (p. 117-118). Percebemos, assim, como o Serviço Social tradicional tinha um caráter conversador, de manutenção e reprodução da ordem vigente e do *status quo*.

²⁸ São principais representantes dessa perspectiva: Ana Augusta Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, dentre outros (MONTAÑO, 2011).

²⁹ São representantes dessa perspectiva: Marilda Iamamoto, Manuel Manrique Castro, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto e outros (MONTAÑO, 2011).

Ressaltamos que até início do Século XX, meados dos anos 1930, a “questão social” era tratada como caso de polícia através de práticas de repressão e violência e também de responsabilidade de órgãos de ação social, em sua maioria, conduzidas pela Igreja Católica, onde “a assistência social não passava de práticas descontínuas e desarticuladas, voluntaristas, benevolentes, da caridade e da solidariedade irracional” (CISNE, 2012, p. 30). Esse período no início do século é marcado por rebaixamento salarial; formação de uma grande massa de trabalhadores destinada a habitarem locais insalubres, sem condições de higiene e segurança; existência de crianças operárias submetidas a castigos físicos; frequentes crises do setor industrial que aumentava nos índices de desemprego e pauperismo entre os trabalhadores.

A jornada normal de trabalho – apesar de diferir por ramos industriais – é, no início do século, de 14 horas. Em 1911 será em média de 11 horas e, por volta de 1920, de 10 horas. Até o início da década de 1920, no entanto, dependerá na maioria das vezes das necessidades das empresas. Mulheres e crianças estarão sujeitas à mesma jornada e ritmo de trabalho, inclusive noturno, com salários bastante inferiores. O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e seus filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Dentro da fábrica estará sujeito à autoridade absoluta – muitas vezes paternalista – de patrões e mestres. Não possuirá também garantia empregatícia ou contrato coletivo, pois as relações no mercado de trabalho permanecem estritamente no campo privado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 129-130).

Essas condições de existência e de trabalho foram que influenciaram a organização política dos trabalhadores enquanto classe para a defesa dos seus interesses em que passaram a reivindicar do Estado seus direitos, principalmente no âmbito trabalhista, como o aumento dos salários, redução da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil, o direito às férias, seguros contra acidentes e doenças e regulamentação dos contratos de trabalho estavam entre as principais pautas pela classe operária (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Segundo Cisne (2012), essa nova organização da classe trabalhadora exigiu do Estado outras respostas à “questão social”, pois já a polícia não conseguia mais controlar, pois continuar com a repressão policial seria uma ameaça à própria legitimidade do Estado, uma vez que as reivindicações e a organização dos trabalhadores demonstravam a sua força e consciência política e o seu questionamento ao poder coercitivo do Estado e da classe dominante. Dessa forma, no Brasil, Getúlio Vargas é pressionado a reconhecer a “questão social” sob responsabilidade do Estado, exigindo uma maior atenção com a assistência social pública, principalmente de cunho trabalhista.

O Serviço Social é uma profissão entendida como um resultado de um contexto sociohistórico e político que atua na implementação de políticas sociais, estas apresentadas como respostas do Estado às demandas da classe trabalhadora.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77).

Aprofundando a discussão sobre a profissionalização do Serviço Social, Netto (2011) constrói a tese de que não basta situar somente a “questão social” como fundamento da gênese do Serviço Social, mas é indispensável situar o surgimento da profissão no contexto do capitalismo dos monopólios.

A apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica (NETTO, 2011, p. 18).

Partindo dessa concepção, entendemos que a “questão social” no marco do capitalismo monopolista apresenta características específicas seja do ponto de vista político e social que merecem uma maior atenção para compreendermos o significado social da profissionalização do Serviço Social e seu papel na divisão social e técnica do trabalho inserido nas relações sociais da sociabilidade capitalista.

O capitalismo monopolista é caracterizado pela acentuação das contradições próprias à ordem burguesa e dos processos de exploração e alienação. Tem-se também o redimensionamento do papel econômico e financeiro dos bancos que garantem o aumento das taxas de lucros e um maior controle dos mercados e evidencia a contradição fundante da sociedade capitalista relacionada à produção coletiva e apropriação privada, pois “internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estado” (NETTO, 2011, p. 24).

Na era dos monopólios acirram-se as contradições sociais e as desigualdades sociais; conseqüentemente acirra-se a luta de classes face aos processos de superacumulação de capitais em decorrência da monopolização dos mercados em detrimento das demandas da classe trabalhadora, sendo que o Estado também cumpre um papel nesse terreno de disputas.

Ele intervém no sentido na reprodução social para garantir o controle desses conflitos sem ameaçar os interesses dos grupos à ordem monopólica, portanto, o Estado reproduz a lógica monopolista através da articulação deste com os grupos monopolistas.

O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto das condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista (NETTO, 2011, p. 26).

Afirmar isso significa dizer que a intervenção estatal, seja no plano político e econômico, foi de fundamental importância para garantir a consolidação e fortalecimento dos monopólios, na qual o Estado torna-se um espaço de legitimação e reprodução do capitalismo monopolista, principalmente no que se refere à preservação e ao controle da força de trabalho seja aquela inserida diretamente no processo de produção, quanto aquela em situação de desemprego. A preocupação com a força de trabalho torna-se “uma função estatal de primeira ordem” fundamental para valorização do capital monopolista (NETTO, 2011).

Ainda segundo Netto (2011), embora que na era dos monopólios o Estado seja o “comitê executivo” da burguesia monopolista, isso não significa que inexistam contradições e disputas no âmbito do mesmo. Pelo contrario: para que o Estado se legitime politicamente através dos instrumentos da democracia política são necessárias repostas às demandas da classe trabalhadora, ações estas que atendem aos interesses imediatos da classe subalternas sem ameaçar os superlucros. É nesse terreno de contradições manifestadas dentro Estado monopolista que a “questão social” passa a ser objeto de atenção de intervenção do Estado por meio das políticas sociais.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista [...], configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada (NETTO, 2011, p. 30).

A política social cumpre aqui uma funcionalidade essencial no contexto de relações entre Estado e classes sociais e reprodução da acumulação capitalista, sendo utilizada como instrumento de minimização das sequelas da “questão social” e garantir o consenso entre a classe trabalhadora para não interferir nos lucros dos grupos monopólicos. Netto (2011) afirma que as políticas sociais implantadas nesse contexto são voltadas com maior ênfase ao controle da força de trabalho (de cunho trabalhista), como também direcionadas à previdência (aposentadorias e pensões) e à educação, pelo viés da profissionalização dos trabalhadores.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no

capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

É no contexto do capitalismo monopolista que são postas as condições sociohistóricas para a emergência do Serviço Social enquanto profissão para atuar nas políticas sociais junto às classes trabalhadoras, com o objetivo de minimizar os conflitos de classe atenderia a necessidade do capital de controlar a força de trabalho, aqui se encontra o significado sociohistórico do Serviço Social nas políticas sociais do Estado (CISNE, 2012).

O Serviço Social enquanto profissão participa da reprodução dos mecanismos de controle e exploração da classe trabalhadora, e o seu processo de institucionalização está relacionado à expansão de instituições assistenciais do Estado, como também às iniciativas do empresariado que colocavam pra estes agentes profissionais atividades de prestação de serviços sociais. Nisso se encontra a especificidade do Serviço Social nas relações sociais.

O Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora. A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 83).

Essas instituições assistenciais do Estado possuíam uma forte relação com a Igreja Católica, mas também outras instituições assistenciais³⁰ eram mantidas pela Igreja ligadas à Ação Social e à Ação Católica quem tinham relação com as famílias mais abastardas da burguesia paulista e carioca, sendo requisitadas principalmente as mulheres³¹, sendo estas motivadas por uma “missão” e “vocação” para atuar junto às classes subalternas. A gênese do Serviço Social é marcada por uma estrita relação com setores e as iniciativas da Igreja Católica, a doutrina social cristã legitimava a profissão e foi esta quem orientou a formação das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Em 1932 é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em São Paulo, que surgiu a partir de setores das classes dominantes ligados à Ação Social com o apoio da Igreja Católica, através de segmentos ligados à Ação Católica. O CEAS tinha como objetivo a formação de membros com fundamento na doutrina social da Igreja para atuarem junto à “questão social”, principalmente as mulheres, pois estas possuem uma “vocação natural” para práticas “educativas” e “caridosas”; portanto, lhes cabe um papel de destaque para intervir

³⁰ Entre as grandes instituições assistenciais, destaca-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo a primeira grande instituição nacional de assistência social criada em 1942 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

³¹ Sobre esse aspecto, Cisne (2012) destaca: “O Estado utiliza-se da figura da mulher, com todas as suas características, dons e papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja católica para assegurar o controle da ‘questão social’ e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais” (p. 35).

junto ao proletariado, com maior ênfase numa perspectiva ideológica, para afastá-lo de práticas e influências subversivas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Lembramos que essa intervenção ideológica não se reduz a base cristã, mas também a uma questão de classe também, pois a maioria dessas mulheres cristãs requisitadas para ações assistenciais pertenciam às classes dominantes.

Para as damas da sociedade, em muitos os casos o apostolado era o modo de cumprir com as suas convicções religiosas, mesmo que em suas consciências ficasse oculta a repercussão política prática da sua intervenção, bem como obter uma base de afirmação propriamente feminina. Por isto, a sua experiência de vida, a sua educação familiar, a sua moralidade sólida, a sua honorabilidade e, naturalmente, a sua militância religiosa configuravam os elementos centrais que se punham em jogo no momento da sua ação social (CASTRO, 2011, p. 104).

Em 1936 surge no CEAS a primeira Escola de Serviço Social no Brasil por iniciativa do movimento católico configurando como marco na formação pioneira em Serviço Social no Brasil. Essa iniciativa representou uma preocupação com a formação técnica especializada de profissionais para intervir na assistência, esta não de responsabilidade restrita da Igreja, mas também do Estado e do empresariado.

A assistência social possui uma relação intrínseca com a profissionalização do Serviço Social, mas nela não se esgota a explicação desse processo. Quando no contexto histórico, o Estado tem de responder no âmbito da assistência, requisita profissionais especializados para atuarem nessa política através de instrumentos técnico, racionais e científicos. Ressaltamos que nesse período a assistência social não era concebida como um direito, mas como uma iniciativa de “favor” do Estado às classes subalternas, que se configurava mais como assistencialismo que reforçavam o clientelismo e o populismo que legitimavam a dependência e o controle do Estado junto ao proletariado (CISNE, 2012).

Compreendemos que a profissionalização do Serviço Social esteve intimamente relacionada com o conservadorismo, seja aquele representado pela doutrina social cristã, quanto à ideologia das classes dominantes que legitima e reforçam o *status quo* garantindo a reprodução da sociabilidade capitalista.

O Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora [criando] bases políticas que legitimem o exercício de poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 93-94).

O Serviço Social profissionalizado diferentemente da caridade tradicional, ele difere-se no que tange ao trabalho educativo junto às famílias dos trabalhadores numa intervenção ideológica, portanto, política, no sentido da reprodução da ideologia dominante e

garantia do consenso. Por isso posso afirmar que o Serviço Social enquanto profissão teve na sua base o conservadorismo que orientou toda a sua intervenção.

Segundo Iamamoto (2011) o conservadorismo é resultado de uma situação histórico social específica, a sociedade capitalista e suas classes sociais e tem como fundamento o retorno de um modo de vida do passado que é resgatado para decifrar o tempo presente sendo seu conteúdo válido para justificar a sociedade capitalista. O conservadorismo oculta as contradições sociais e fundantes da sociabilidade capitalista, consequentemente contribui com a invisibilidade das desigualdades, reforçando o pensamento dominante. Em relação ao Serviço Social, o conservadorismo se expressa seja no discurso ou na prática profissional, através de um cunho moralizador na atuação junto às famílias.

Entre as vertentes conservadoras que marcaram a gênese da profissão destacam-se: o neotomismo³², o funcionalismo e o positivismo, expressos pela ênfase no tecnicismo, no pragmatismo e no empirismo, com o objetivo de ajustar e integrar os indivíduos na ordem sem perder de vista os preceitos da doutrina social cristã.

A partir dos anos 1960 inicia-se um processo de crítica ao Serviço Social “tradicional” motivado a partir do movimento de reconceituação do Serviço Social iniciado em nível de América Latina em decorrência da crise do modelo desenvolvimentista³³. O Serviço Social foi integrado aos projetos de desenvolvimento comunitário latino-americano na tentativa de os problemas de atraso e “subdesenvolvimento” promovendo reformas sociais que contribuíssem com a “humanização” do capitalismo. Durante o movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano, destaco a contribuição da participação estudantil:

O alargamento das bases estudantis do Serviço Social, com a consequente democratização do ensino superior, também contribuiu significativamente para que os discentes lutassem por uma maior participação na definição das orientações centrais da sua formação (CASTRO, 2011, p. 170).

O movimento de reconceituação foi resultado das insatisfações dos profissionais sobre os seus limites teórico-instrumentais e político-ideológicos existentes no âmbito da formação e do exercício profissional. Este movimento também fez crítica à condição de subdesenvolvimento da América Latina que teve uma formação sociohistórica caracterizada

³² Corrente filosófica que tem como base a Doutrina Social da Igreja a partir das concepções de homem e dignidade humana; moral; bem-comum e ética de Santo Tomás que orientou (com maior destaque) a formação e o exercício dos(as) primeiros(as) assistentes sociais desde 1936 à 1960 (AGUIAR, 2011).

³³ O modelo desenvolvimentista é orientado por uma ideologia que propõe o crescimento econômico acelerado e auto-sustentado como forma de superar a condição de subdesenvolvimento e atraso, através do aumento da riqueza para fins de redução do pauperismo e melhoria das condições de vida da população (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). Seria assim um desenvolvimento econômico que garantisse “uma suposta igualdade” nos marcos do capitalismo.

pela dominação, dependência e exploração das grandes potências capitalistas (SILVA, 2011). No Brasil, o Serviço Social recebeu influências dessa conjuntura, o que fomentou no conjunto da categoria amplos debates sobre a função social da profissão.

Segundo Netto (2011), até o início dos anos 1960, quase que inexistia polêmicas no Serviço Social brasileiro, pois se apresentava como uma categoria profissional muito homogeneia nas suas concepções, com pouca (ou nenhuma) participação político-partidária; com reduzida produção acadêmica sobre a profissão; e ausência de disputas nos rumos do Serviço Social.

Com a implantação da ditadura civil-militar pelo Golpe de 1964 têm-se a vigência da “autocracia burguesa” que impactou no Serviço Social num duplo movimento contraditório, pois ao mesmo tempo em que a ditadura reforçou praticas “tradicionais” da profissão, forneceu condições novas para a reformulação do Serviço Social desde a sua formação até a prática profissional. Essas condições estavam relacionadas às mudanças na estrutura do Estado e da sociedade no contexto da ditadura sob os interesses do grande capital.

No âmbito da prática profissional houve uma expansão do mercado de trabalho de assistentes sociais a nível nacional, desde as instituições estatais, quanto nos espaços profissionais ligados às indústrias e empresas. Esse fator contribuiu em novas requisições no que se refere à formação profissional, o que exigiu um rompimento com o confessionalismo, o paroquialismo e provincianismo que historicamente estiveram na base do ensino do Serviço Social, esse processo é caracterizado por “laicização do Serviço Social” (NETTO, 2011). Posso dizer que o movimento de reconceituação e as condições sociohistóricas do Brasil sob a autocracia burguesia ofereceram o terreno para a “renovação do Serviço Social” que se manifestou de forma mais evidente a partir dos anos 1970,

instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (NETTO, 2011, p. 129).

A ditadura civil-militar³⁴ tinha uma função político-econômica para dar continuidade ao padrão de dependência econômica e fortalecer as condições para o fortalecimento da concentração e centralização de capital internacional, ou seja, a consolidação dos monopólios, contribuindo no aumento das desigualdades sociais. O Estado

³⁴ É quase que consenso entre historiadores que a ditadura no Brasil não foi apenas militar, mas também civil devido o grande apoio político de significativos setores da sociedade civil ao regime, por esse motivo adoto a nomenclatura de ditadura civil-militar. Segundo Netto (2014): “o golpe não foi puramente um golpe militar [...] foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e as empresas estrangeiras” (p. 74).

brasileiro na autocracia burguesa³⁵ foi caracterizado como “antinacional” e “antidemocrático”, pois a política econômica foi voltada para impulsionar o imperialismo internacional ao passo que excluiu todas as classes sociais dos processos de decisão, em especial as mais subalternas (NETTO, 2011). Porém, é necessário afirmar que esse momento na história do país não foi homogêneo, sendo caracterizado por disputas e embates políticos que marcaram as relações entre Estado e classes sociais, que podemos situar três momentos:

a) De 1964 a 1968, com a definição das bases do Estado de Segurança Nacional, a formulação de novos mecanismos de controle e a reforma constitucional; a institucionalização do novo Estado e a sua crise em 1967-1968, quando o governo militar instituiu o Ato Institucional n.5 (AI-5); b) de 1969 a 1974, o mais rígido da ditadura militar; c) de 1974 a 1985, da distensão à retirada dos militares da cena política, como atores de frente (SILVA, 2011, p. 48).

Qualquer análise sobre o processo de renovação do Serviço Social é indispensável situá-la no contexto da autocracia burguesa, por entender que a profissão recebeu rebatimentos dessa conjuntura, seja do ponto de vista quantitativo e qualitativo, que impulsionou o crescimento do número de assistentes sociais pela abertura de um mercado nacional quanto porque gestou no interior da categoria profissional intensos debates anteriormente não existentes.

A seguir, aprofundaremos o debate sobre a ditadura civil-militar e os movimentos sociais desse período que resistiram por meio da organização coletiva, em destaque o movimento estudantil protagonizado pela UNE que também influenciou nos rumos do Serviço Social e sua consequente aproximação com a perspectiva marxista e a defesa das lutas da classe trabalhadora.

2.2. Autocracia Burguesa, Ditadura Civil-Militar e Movimento Estudantil

Inicialmente é importante situarmos minimamente a conceituação sobre movimentos sociais. Segundo Gohn (2014), não existe um conceito único sobre movimento social pois é um tema que produz muitas discussões no âmbito das ciências sociais divergindo concepções a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, mas que dentro dessas diferentes posições há um consenso em analisar os movimentos sociais dentro de uma dimensão de ação coletiva.

³⁵ Netto (2014) trabalha com a concepção de autocracia burguesa a partir das interpretações de Florestan Fernandes, na qual caracteriza o golpe não apenas capitaneado pelos Estados Unidos, mas também pelas condições e a dinâmica interna da luta de classes no Brasil, sendo responsáveis setores da burguesia interna nacional aliados ao grande capital internacional juntamente com os latifundiários e a pequena burguesia urbana.

Mas a partir de uma ótica marxista, perspectiva adotada no presente estudo, movimento social aqui é compreendido como os processos de organização da classe trabalhadora que, a partir das condições objetivas da realidade social, há um processo de tomada consciência social e política que forjam e tencionam mudanças. Numa perspectiva mais ampla, horizontes estratégicos de transformação social. Segundo uma leitura marxista, não se pode analisar movimento social desvinculado das relações de produção e consumo; das dimensões políticas e econômicas; do Estado e mercado.

Estado, sociedade civil e mercado [...] são esferas da mesma realidade social e histórica, portanto, todas espaços de lutas e demandas sociais, todas passíveis de conflitos e disputas. As ações sociais, e os movimentos sociais, podem se organizar em torno de demandas pontuais, e podem se desenvolver em espaços localizados, mas isso não retira o fato, nessa perspectiva, de terem vinculação com a forma dada no sistema capitalista de produção e distribuição de riqueza (fundada na relação de exploração entre as classes antagônicas, capital e trabalho), e seu acionar ter impactos [...] das relações e estruturas nas esferas estatal, mercantil e da sociedade civil (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 324) – os grifos são meus.

Atentamos para não confundirmos movimento social com outras atividades coletivas, como mobilizações sociais, atos públicos, protestos, manifestações etc., pois o que diferencia movimento social dessas outras é ele possuir uma estrutura organizativa mais definida. Segundo Montaño e Duriguetto (2011), o movimento social é caracterizado como “uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização” (p. 264). Enquanto que uma mobilização social está relacionada a uma atividade mais pontual que se acaba sem si mesma, por exemplo, um protesto.

A compreensão sobre a ditadura civil-militar³⁶ nos seus aspectos históricos, políticos e econômicos se faz extremamente necessária para analisarmos a renovação do Serviço Social e principalmente entendermos os rumos da profissão e sua aproximação com uma perspectiva teórico-metodológica crítica. A ditadura marcou um período em que o Estado brasileiro em nome do grande capital; criou todos os mecanismos de impedir a participação popular e política da população através do seu braço repressor e violento, mas isso não significa dizer que foi um período de ausência de lutas sociais. Pelo contrário: houve uma

³⁶ Do ponto de vista histórico, a ditadura foi resultado de uma crise política já em curso no Brasil já anterior a 1964, que se agravou quando João Goulart assumiu a presidência do Brasil, por seu caráter nacionalista e reformista (de cunho democrático-burguês) este propunha aliar crescimento econômico com desenvolvimento social e propunha as Reformas de Base, que incluía um conjunto de reformas, entre elas, a reforma urbana, reforma agrária, reforma política, reforma tributária e reforma educacional. Os setores conservadores da burguesia brasileira acusavam João Goulart de “comunista” e iniciaram uma campanha de desestabilização do governo, mas Goulart seguiu na defesa de suas propostas e em março de 1964 teve o golpe civil-militar que tirou o Goulart da presidência (BRAICK; MOTA, 2005).

intensa participação política, onde sujeitos coletivos resistiram e se posicionaram contra o regime da ditadura, como o movimento sindical e o movimento estudantil.

O movimento operário e sindical retomou ações significativas e o movimento estudantil, expressão privilegiada da pequena burguesia urbana, assumiu ruidosamente a frente de contestação à nova ordem. O quadro mudava: a oposição conquistava as ruas. E esta mudança operava alterações nos dois campos – no do governo e no da oposição (NETTO, 2011, p. 37).

A ditadura foi gestada em um terreno histórico em que as forças armadas tinham forte identificação com os interesses políticos, econômicos e sociais da burguesia, ao mesmo tempo em que havia muitas confusões e equívocos em relação aos movimentos reformistas e nacionalistas de perfil democrático-burgueses, reduzida participação e organização popular ao passo que grandes setores da burguesia tinham grande influência política no âmbito do Estado. Burguesia esta que imprime o seu poder através de práticas autocráticas, autoritárias e totalitárias desconhecendo e ocultando todas as desigualdades sociais decorrentes do processo de industrialização pesada e da concentração de riquezas, comprometidas em reforçar o subdesenvolvimento interno do Brasil e fortalecer a dominação imperialista externa (FERNANDES, 2005).

Há de se destacar que esse imperialismo está relacionado com a dominação dos Estados Unidos, maior potência capitalista. Segundo Benevides (2006), a implantação do regime civil-militar no Brasil teve relação direta com os interesses norte americanos objetivando fortalecer uma política econômica que favorecesse a entrada e consolidação das empresas multinacionais no Brasil; além disso, os Estados Unidos tinham como intenção bloquear a expansão dos ideais comunistas e de esquerda que poderiam ameaçar sua dominação econômica sobre os países periféricos.

Não há mais como negar que os americanos tiveram conhecimento prévio, interesse e participação no golpe. [...] Os Estados Unidos, principal potência militar, não admitiam sequer a hipótese de novo Vietnã ou de uma Cuba gigantesca na América do Sul (COUTO *apud* BEVEVIDES, 2006, p. 53).

Esse aspecto sobre Estado autocrático e sua relação com os monopólios na fase industrialização pesada não pode passar despercebida, pois o ciclo autocrático burguês teve um papel central na integração do Brasil no cenário econômico internacional, garantindo a acumulação de capitais através da manutenção da dependência brasileira, na qual o Estado teve como papel a transmissão da riqueza acumulada para os monopólios e atua como mediador nos conflitos setoriais e intersetoriais em defesa das corporações internacionais em detrimento do capital nacional que não tinham condições de competir com o cenário internacional (NETTO, 2011).

A autocracia burguesa, na busca de impor o seu projeto de dominação, utilizou-se de todas as formas para se legitimar, tornando-se uma ditadura reacionária com características fascistas e terroristas que agia sobre todos aqueles que ousassem ser contra o regime, em que o Estado ditatorial empenhou-se em

[...] enquadrar rigidamente todo o vasto aparelho policial-militar repressivo [e] aniquilar todas as forças político-organizativas que, na contestação radical do seu projeto, poderiam introduzir elementos de problematização de longo curso na sua intenção institucionalizante (NETTO, 2011, p. 41-42) – os grifos são meus.

Sob a autocracia burguesa, o Estado brasileiro adotou uma política autoritária que usou da violência para impor medo e terror nos setores populares, em que a principal ferramenta da ação policial foi o uso da tortura para obrigar presos políticos repassarem informações sobre as lideranças e os planos dos movimentos e segmentos que se colocavam contra o regime civil-militar, por esse motivo, “a tortura era ensinada sistematicamente, havendo inclusive escolha de cobaias para demonstrações didáticas” (GINZBURG, 2010, p. 143).

Embora esse reforço do braço coercitivo do Estado, as lutas contra o regime autoritário se manifestaram em vários setores da sociedade, através de alas da igreja, grupos ligados às artes e a cultura e movimentos sociais, como movimento sindical e, em destaque, o movimento estudantil, pois “a participação política dos estudantes num contexto em que a sociedade civil estava reprimida, oprimida e amordaçada serviu como desencadeador de movimentos sociais mais amplos” (MENDES JR. *apud* ZAPPA; SOTO 2008, p. 51).

O movimento estudantil foi (e ainda é) um dos sujeitos coletivos que participaram ativamente dos processos políticos, seja a nível mundial e nacional, mostrando sua rebeldia, sua contestação e preocupação com os rumos da história e da realidade social. Para iniciar, é preciso saber o que entendemos por movimento estudantil para melhor compreensão das reflexões aqui apontadas.

Movimento Estudantil é todo e qualquer grupo organizado de estudantes em torno de objetivos políticos, culturais, acadêmicos, religiosos, outros. O ME possui ainda um caráter político-acadêmico. Político porque defende valores, ideais, projetos de sociedade, visões de mundo e atua na sociedade para disputar e construir esses valores. Acadêmico porque possui uma vinculação com a academia, a universidade, faculdades etc. Isso significa dizer que sua luta costuma ter muito o vínculo com as questões da educação, em particular, referentes à melhoria do ensino público superior gratuito (SILVA, 2008, p. 52).

Porém, ressaltamos que embora o movimento estudantil tenha uma vinculação direta com a universidade, suas bandeiras de lutas não devem se restringir somente a esse espaço, pois entendemos que a universidade não está isolada da sociedade. Por isso da importância da articulação com outros movimentos sociais, fortalecendo as lutas contra as

desigualdades sociais, as injustiças e todas as formas de opressão que marcam as estruturas da sociabilidade capitalista. O movimento estudantil tem um papel na luta de classes, na qual a análise deve ser a partir da perspectiva da classe trabalhadora, seus interesses e projeto de classe e sociedade.

Como destacado anteriormente, o movimento estudantil foi o movimento social que durante o regime civil-militar conseguiu aglutinar mais forças políticas em torno de si para fortalecer as lutas contra a autocracia burguesa, tornando-se assim a principal forma de oposição ao regime.

É o movimento estudantil (especialmente na universidade, mas não só) que se alça ao primeiro plano da contestação ao regime [pois] o que mais preocupa às instâncias mais altas do poder é o efeito catalisador da mobilização nas escolas: ela se revela tendencialmente capaz de condensar a oposição geral que o regime se esforçava por manter difusa (NETTO, 2011, p. 57).

Os grupos estudantis organizados tinham como principais pautas: crítica ao regime autoritário ditatorial; liberdade política; democracia e participação popular. Mas, além disso, existiam pautas ligadas à própria política de educação, como a reivindicação pela ampliação do número de vagas nas universidades públicas, crítica à reforma universitária imposta pela ditadura e às iniciativas de privatização do ensino superior decorrentes da influencia norte-americana nos órgãos estatais da educação brasileira.

O movimento estudantil propunha uma reforma universitária que tinha como ênfase o ensino público e gratuito, que garantisse a autonomia universitária nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, e defendia um projeto de educação que garantisse a formação de sujeitos críticos, questionadores e preocupados com a realidade brasileira, mas não um projeto de educação comprometido com a formação de mão-de-obra técnica para contribuir com o projeto de desenvolvimento da ditadura militar (ZAPPA; SOTO, 2008).

Sobre esse aspecto, destacamos o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a agência educativa norte americana, a United States Agency for International Development (USAID).

O Acordo MEC-USAID, como ficou conhecido, encerrava uma concepção de educação e universidade que enfatizava a tecnicização do aprendizado, fragmentária e específica, destinada prioritariamente às necessidades de mão-de-obra do mercado, com pouco espaço para formulações intelectuais mais críticas. Além disso, o estímulo à privatização do ensino superior incentivou as fundações privadas a abrir faculdades (NAPOLITANO, 1998, p. 19).

Em relação à política educacional sob o regime da autocracia burguesa, Netto (2011) aponta que houve dois momentos. O primeiro, de 1964 a 1968, foi caracterizado pela intervenção do regime civil-militar na educação para abolir todos os espaços e estratégias

democráticas existentes; e o segundo, de 1968-1969, marcado pelas iniciativas de adaptar aos interesses e demandas da ditadura; ou seja, moldar a educação para que contribua com o crescimento econômico.

A política educacional no contexto da autocracia burguesa assumiu uma funcionalidade econômica para fortalecimento do setor privado no âmbito da educação, através da redução dos investimentos na educação pública e crescente alocação de recursos da iniciativa privada da educação, sobretudo os grupos monopolistas da educação. Portanto, tem-se nesse contexto o processo de precarização da educação e a crescente privatização da educação, tornando-se uma área altamente lucrativa para os monopólios (NETTO, 2011).

Em 1964, primeiro ano do golpe civil-militar, a União Nacional dos Estudantes (UNE)³⁷, a principal entidade de representação e organização estudantil, foi extinta por um decreto presidencial, tornando-se uma das primeiras organizações atacadas pelo regime.

Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incomoda às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada. E o prédio do antigo Clube Germânia, que a UNE ocupava nos tempos heroicos da luta contra o nazi-fascismo, sofreu no próprio corpo a bestialidade e a ferocidade dos novos fascistas que tomavam o poder (MENDES JR, 1982, p. 74).

A UNE, no início da década de 1960, já se apresentava como uma grande força estudantil no cenário político brasileiro, pois já no início da década a UNE investia na formação política através principalmente do Centro Popular de Cultura (CPC) que levava uma formação crítica e política da realidade social através da participação popular e da cultura junto às periferias, sindicatos, associações e outros. Além disso, a UNE mobilizou em nível nacional, através do CPC, muitos estudantes pela conscientização e defesa do método de alfabetização proposto por Paulo Freire (MENDES JR, 1982).

Uma das primeiras tentativas de impedir a organização estudantil no Governo Militar foi a criação, em 1964, da Lei Suplicy (Lei 4.464), de autoria do Ministro da Educação da época Flávio Suplicy de Lacerda, que proibia a realização de atividades políticas nas organizações estudantis, além de definir diretrizes sobre o seu funcionamento. Segundo Mendes Jr. (1982), essa lei interferiu na autonomia da organização estudantil, pois abrigava os estudantes votarem nos Diretórios Acadêmicos (DAs) indicados pelas direções das Faculdades. Mas a UNE articulou a nível nacional, a partir do seu Congresso Nacional de 1965, o Dia Nacional de Repúdio à Política do Ministro da Educação, realizando boicotes nos processos eleitorais dos DAs.

³⁷ Fundada em 1937, durante o Governo de Vargas. Sua criação representou o entendimento coletivo da necessidade de uma organização a nível nacional que congregasse todos os estudantes em torno de um projeto comum que tinha como central a luta pela democracia no Estado Novo (MENDES JR, 1982).

Embora as tentativas de extinguir todas as formas de organização do movimento estudantil, a UNE, que no regime civil-militar atuou de forma clandestina, continuou convocando seus congressos, realizando passeatas, dentre outras atividades, articulando estudantes de todo o país pautando suas lutas em defesa da educação e da democracia.

Não somente o movimento estudantil resistiu e se opôs ao Estado ditatorial, mas também vários outros movimentos sociais, entidades e grupos. Podemos citar a juventude católica de esquerda, organizada na Ação Popular (AP), como na Juventude Universitária Católica (JUC), setores mais progressistas da Igreja Católica ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³⁸ e à Teologia da Libertação³⁹, como também, o movimento operário ganhou visibilidade novamente, principalmente a partir de 1968, por meio da convocação e organização de greves e passeatas.

Em relação ao segmento operário e sindical, esses estavam submetidos ao arrocho salarial, intensificação do ritmo de trabalho, obrigação de realização de horas extras, grande número de acidentes, atraso de pagamentos e rígido controle no espaço de trabalho. Essa situação impunham muitos desafios para sua organização coletiva, mas não deixaram de traçar estratégias coletivas de resistência no espaço fabril mesmo em um contexto muito difícil. Na compreensão de Batistoni (2014), as lutas desse segmento se davam desde iniciativas mais espontâneas quanto as mais defensivas que tinha com objetivo a sabotagem e a diminuição do ritmo de trabalho, realizando boicotes e paralisações nos processos produtivos.

Essas lutas deram identidade coletiva aos trabalhadores, demarcaram as potencialidades da organização de base e demonstraram a existência de um saber operário que se vale da forma pela qual o capital organiza a produção para organizar a resistência do trabalho (BATISTONI, 2014, p. 72).

As iniciativas de crítica e oposição ao regime civil-militar se deram também no âmbito da cultura e das artes em geral, como na música, no cinema, no teatro, na literatura etc., que contribuíram também na conscientização política e no fomento ao desejo de transformação da realidade social. Podemos citar como exemplo, as músicas “Roda viva” e “A banda” de Chico Buarque, “Pra não dizer que falei de flores” de Geraldo Vandré; na

³⁸ As CEBs são caracterizadas por grupos de base compostas por pessoas do povo que se reúnem para além de reunirem por uma questão de fé, se reúnem para discutirem questões e problemas relacionados ao seu dia-a-dia, questões essencialmente de interesse coletivo. São compostas por, “em geral, moradores de periferias e de zona rural, que se encontram para refletir, à luz da fé, e sobretudo da Bíblia, sobre os problemas que os afligem: falta de terra e moradia, trabalho e educação, saúde e transporte” (BETTO, 2008, p. 282).

³⁹ A Teologia da Libertação surgiu em 1968 em um cenário latino-americano marcado por grande opressão e desigualdades sociais, que propunha uma Igreja que assumisse o compromisso político de envolvimento nas causas sociais. Aqui, a Igreja tem um papel social na contribuição na mudança política e econômica da realidade social, promovendo assim a libertação do povo oprimido e trabalhador da opressão dos setores dominantes, que garanta a justiça social e o acesso aos direitos (BETTO, 2008).

literatura, o romance “Quarup” de Antônio Callado; dentre outras formas de resistência e crítica (NAPOLITANO, 1998). Percebemos que não somente o movimento estudantil, mas vários outros sujeitos coletivos se articularam e tiveram grande importância nas lutas contra o regime.

No ano de 1968, a organização estudantil teve um significado político e histórico peculiar marcado pelo “Maio de 68 Francês” que repercutiu na organização política internacional e também no Brasil. Neste ano, a França foi tomada pelas manifestações estudantis que surgiram inicialmente como crítica à situação do ensino superior do país, mas que através de uma tomada de consciência dos jovens do período, a crítica envolveu também ao desenvolvimento do capitalismo, ao consumismo, à alienação e aos processos de desumanização, além disso, teve como objetivos e características.

Mudar a vida e transformar o mundo. O ano de 1968 foi o ano da ousadia, da recusa dos partidos políticos tradicionais, como forte distanciamento da política oficial, recusa do mundo da mercadoria e dos valores burgueses e opressivos, e também recusa do marxismo burocratizado praticado na União Soviética (CARMO, 2001, p. 80).

As manifestações do “Maio de 68 Francês” tiveram forte influência do anarquismo, mas isso não anula o significado histórico que tiveram, influenciando as juventudes de todo o mundo, pois demonstrou a grande capacidade revolucionária e de transformação social que possuem os jovens. Teve uma grande influência nas gerações de jovens posteriores, na organização política, nos movimentos de contracultura, nas artes, na música etc.

A onda de rebeldia que percorreu o globo em 68 foi inspirada, de um lado por reivindicações específicas de cada realidade social – no Brasil, a luta contra a ditadura militar, impulsionada por um sentimento libertário contra o opressivo autoritarismo que permeava as relações no interior das famílias, nas escolas e universidades, nas empresas e na vida cotidiana dentro de uma sociedade de consumo e comunicação de massas que sofria a doença de uma deformada prosperidade (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 12).

No Brasil, o movimento estudantil não esteve imune à influência internacional das experiências de organização política e às características próprias da realidade brasileira sob a autocracia burguesa. O movimento estudantil se colocou como sujeito histórico como vanguarda da luta popular.

Os estudantes se posicionavam na defesa das liberdades democráticas nos campos social e econômico; engajavam-se na resistência ao golpe; preparavam-se para a possibilidade de uma guerra civil; abriam o debate para a problemática da universidade; apoiavam todas as reivindicações populares contra a pobreza, baixos salários, políticas inflacionárias; e buscavam o trabalho político com base na cultura popular, criando o CPC (Centro Popular de Cultura), que, disseminava, por meio do teatro e propaganda, os debates dos seminários estudantis (SOUSA, 1999, p. 39).

O movimento estudantil tornou-se um dos principais alvos do regime militar, mas estava com força pra resistir, essa posição de enfrentamento ao governo militar foi expresso na Carta Política do Congresso Nacional da UNE de 1967, na qual os estudantes faziam crítica à repressão policial e defendiam alianças entre camponeses, operários e estudantes contra as elites da classe dominante brasileira e a dominação imperialista. No início da ditadura as atividades do movimento estudantil não possuíam um cunho de radicalidade. Somente com as influências da Ação Popular (AP), da Política Operária (POLOP) e dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e principalmente com a morte do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço foi que o movimento estudantil ganhou radicalidade nas suas ações de enfrentamento ao Estado ditatorial (ZAPPA; SOTO, 2008).

Na compreensão de Napolitano (1998), nos anos de 1967 e 1968 os estudantes radicalizaram suas ações tanto no que tange as suas palavras de ordem quanto nos seus protestos. Suas ações não estavam mais restritas as suas pautas específicas enquanto condição estudantil, mas, sobretudo voltadas na crítica e oposição à ditadura. Essa radicalização contribuiu para uma maior relação entre movimento estudantil e a guerrilha, que compunham grupos que tinham a luta armada como tática central para derrubar o Estado ditatorial. Ou seja, o movimento estudantil formava quadros de militância para a guerrilha e a guerrilha contribuía nas manifestações de massa.

Mas ações do movimento estudantil não perduram por muito tempo, principalmente pós-1968, com a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que reforçou ainda mais a repressão do Estado ditatorial sobre as organizações políticas. Segundo Benevides (2006), o AI-5 proibia a realização de qualquer atividade de natureza política, previa liberdade vigiada, garantia ao Estado o poder de proibir as pessoas de frequentarem alguns espaços e ter acesso a informações de domicílios, além disso, retirou o direito de *habeas corpus* dos presos e acusados políticos.

O fim desse processo de organização e luta do movimento estudantil no regime civil-militar ocorreu na ocasião da realização do XXX Congresso Nacional da UNE (de forma clandestina) em 1968, já com vigência do AI-5. Quando forças policiais cercaram e invadiram o sítio Murundu, município de Ibiúna, sede do Congresso localizado no interior de São Paulo e prenderam quase mil estudantes o que impactou na desarticulação do movimento estudantil brasileiro e marcou o fim de um processo político iniciado em 1966 que se fortalecia nas atividades de radicalização (ZAPPA; SOTO, 2008).

Essas iniciativas de repressão que se radicalizou com a implantação do AI-5 contribuíram no processo de desmobilização dos estudantes, no descenso de suas lutas e

manifestações, além disso, o governo militar decretou em 1969 a Lei 477 que aumentou mais ainda a repressão política.

A Lei n. 477 que tratou de estabelecer as infrações disciplinares cometidas por docentes, discentes e funcionários das instituições de ensino no país, concebendo greves e mobilizações estudantis como atos infracionais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 288).

Com a desarticulação do movimento estudantil, a luta armada proposta pela guerrilha também não obteve muito êxito. Para Napolitano (1998), os fatores da derrota da luta armada estavam relacionados ao sectarismo de alguns grupos de esquerda que não conseguiram realizar um trabalho de formação política junto às massas, muito embora esses grupos estivessem prontos e organizados para ação, não conseguiram romper com o isolamento político, além da forte repressão violenta do regime sobre os grupos de esquerda. Na análise de Mendes Jr. (1982), os resultados da luta armada foram negativos:

Em fins de 1969, começavam a “cair” os primeiros quadros guerrilheiros. Em São Paulo, com fundos de grandes empresas, algumas delas multinacionais, era criada a famigerada Operação Bandeirantes (OBAN), organização para-oficial (não constava de nenhuma lista de organismos policiais) que empregou os mais bárbaros métodos de tortura para obrigar os guerrilheiros presos a entregar seus companheiros (MENDES JR, 1982, p. 89).

Somente na década seguinte que o movimento estudantil consegue se rearticular, mas especificamente após 1975, quando há um processo de efervescência do movimento de estudantes, pautando demandas relacionadas à educação e à universidade como também demandas mais gerais em consonância com as lutas com os movimentos sociais, populares e organizações sindicais que reascendiam nesse período, na defesa do Estado democrático de direito, iniciando novamente um movimento de lutas e protestos pela redemocratização do país (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Em 1977, o movimento estudantil, operário e sindical ganha espaço novamente na cena sociopolítica do país, já em um contexto marcado por grandes manifestações e lutas sociais pela redemocratização do Brasil. Nesse momento o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) pautou lutas pela reposição salarial dos trabalhadores e denunciou o governo pelo descaso com questões salariais, convocando assembleias que atraíram mais de cinco mil operários para o sindicato. Já o movimento estudantil construiu grandes manifestações em varias cidades em articulação com outros grupos organizados convocando a população pela adesão ao movimento e as pautas em defesa da democracia. Realizaram, também, manifestações em referencia ao Dia Nacional de Luta pela Anistia (NAPOLITANO, 1998).

É na autocracia burguesa caracterizada por um Estado ditatorial em aliança com a política internacional, que se inicia o processo de renovação do Serviço Social (NETTO, 2011) a partir de sua inserção no espaço universitário que promove no interior da categoria profissional e estudantil intensos debates sobre o fazer profissional e sua funcionalidade na divisão social e técnica do trabalho.

No próximo item nos aprofundaremos em analisar o Serviço Social no âmbito da universidade, as tendências e perspectivas que se gestaram no seu processo de renovação tendo como cenário sociopolítico o regime civil-militar e as lutas sociais já apresentadas nesse item.

2.3. O Serviço Social no Circuito da Universidade: caminhos para a “renovação”

Como já vimos anteriormente, a autocracia burguesa exigiu a laicização do Serviço Social inserindo-o no âmbito da universidade. Neste item abordaremos os impactos da inserção do Serviço Social no circuito universitário, como também o processo de renovação do Serviço Social, considerando que o movimento estudantil é um movimento social que tem vinculação com o espaço universitário.

Em relação à formação profissional, o impacto do ingresso do Serviço Social na universidade foi multifacetado e contraditório. De um lado, possibilitou a articulação e diálogo da profissão com as disciplinas ligadas às ciências sociais, como a sociologia, a psicologia social e a antropologia; isso, foi muito importante dado que o histórico da profissão é marcado com uma carência de discussões teóricas e investigações científicas. Por outro lado, exigiu uma maior demanda por um quadro docente para atuar na formação de assistentes sociais, a maioria, jovens docentes que já tinham se formado no contexto da ditadura. Esse novo quadro docente contribuiu no fomento as discussões teóricas sobre a profissão, formado uma “massa crítica” que não existia no interior da profissão (NETTO, 2011).

Essa inserção do Serviço Social na universidade é um aspecto essencial na profissão, que só foi possível nos marcos da ditadura. Esse fato foi fundamental para gestar no interior da profissão intensos debates de cunho teórico-metodológico. Na compreensão de Netto (2011), o ingresso do Serviço Social na universidade contribuiu para a profissão se dedicar a pesquisa e a investigação científica, mesmo que de forma contraditória na universidade “domesticada” da ditadura. Do ponto de vista institucional, foram criadas as condições de formar um quadro docente crítico responsável por propiciar debates

profissionais e acadêmicos sem preocupações imediatas com questões pragmáticas, colando-se como vanguardas profissionais. Ressaltamos que parte desses jovens docentes teve sua formação acadêmica marcada pelas lutas sociais, entre elas, as do movimento estudantil na década de 1960 que faziam oposição à autocracia burguesa.

Podemos dizer que a inserção do Serviço Social no âmbito da universidade foi um dos aspectos fundamentais e constitutivos da renovação do Serviço Social. Para isso é necessário compreendermos o significado da renovação na profissão.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das condições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2011, p. 131).

A renovação do Serviço Social brasileiro articulada ao movimento de reconceitualização do Serviço Social latino-americano contribuiu para uma maior articulação e unidade das escolas e profissionais de Serviço Social do continente, reivindicando elaborações teórico-metodológicas que dialogassem com a realidade da América Latina. Evidenciou a dimensão política da prática profissional da profissão, muito embora o Serviço Social tradicional ocultasse essa dimensão política e validando o conservadorismo. Contribuiu para uma articulação e diálogo crítico com as ciências sociais e elaborações teóricas do pensamento social brasileiro e engendrou um pluralismo teórico-metodológico anteriormente não existente na profissão (NETTO, 2005).

O movimento de reconceitualização centrou-se sua crítica ao papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos aliada à dominação monopolista norte-americana, em um contexto que os projetos desenvolvimentistas dos governos da América Latina estavam em crise e se mostravam incompatíveis com as reais necessidades da população (ORTIZ, 2010).

Podemos entender que o movimento de reconceitualização buscou fomentar propostas de intervenção profissional que fossem compatíveis com as necessidades da realidade latino-americana. De forma mais hegemônica, a reconceitualização colocou para os assistentes sociais a necessidade de romper com o tradicionalismo e conservadorismos que marcou a gênese e a história da profissão, pronto uma nova proposta de intervenção profissional comprometida com as demandas dos setores populares e os usuários do Serviço Social, para isso, era necessária uma revisão crítica dos referenciais teórico-metodológicos para orientar um exercício profissional articulado com as lutas sociais (ARAÚJO *et al*, 2011).

Devemos perceber a estrita relação entre Serviço Social, universidade e renovação, pois a partir da inserção do curso na universidade é que foram dadas as condições de gerar uma discussão teórico-metodológica da profissão, discussões estas já vinham sendo fomentadas em nível de América Latina com o movimento de reconceituação do Serviço Social. Segundo Netto (2005), o Serviço Social inserido na universidade possibilitou a formação de uma perspectiva crítica resultado da dedicação à pesquisa; da qualificação profissional e da interação com as ciências sociais comprometidos com os interesses da população.

No item anterior, apresentamos o contexto sociopolítico da ditadura no Brasil e como nesse período surgiram sujeitos coletivos, através dos movimentos sociais – dentre eles o movimento estudantil, movimento operário, instituições e grupos organizados resistiram e construíram lutas em defesa da democracia e contra o Estado ditatorial.

A partir de uma perspectiva de totalidade da realidade social, o Serviço Social brasileiro não esteve imune a esse processo de organização política e lutas sociais, sendo assim a perspectiva crítica que se gestou no interior da profissão não surgiu se forma endógena e isolada da realidade, mas de um processo sociohistórico e político que repercutiu diretamente na profissão.

A formulação de um pensamento crítico no serviço social, vinculado à luta de classes, não foi obra de nenhum “iluminado”, mas o resultado de um processo histórico de lutas, de resistência ao imperialismo e à ordem dominante, de organização das classes subalternas e de construção de um projeto político de aliança de intelectuais com os dominados, explorados e oprimidos, na luta por mudanças profundas (FALEIROS, 2005, p. 25).

Quando se fala em movimento de reconceituação do Serviço Social isso significa que ele não foi um fato imóvel na realidade e na história. Ele está em constante movimento, um processo dialético, que se renova entre a mudança e a conservação de traços já anteriormente existentes na profissão. Sobre isso, Conceição e Pio (*apud* ARAÚJO *et al*, 2011) argumenta que a história da profissão é marcada por um movimento dialético, definindo a reconceituação

como um movimento permanente de renovação da base teórica da profissão, a partir das determinações históricas, superando a concepção restrita que limita esse movimento a uma corrente, restringindo-o ao esforço que marcou um momento histórico da segunda metade da década de 1960 e início da década de 1970 (p. 102) – os grifos são meus.

Nesse mesmo raciocínio, Netto (2005) assinala que a reconceituação é um “capítulo inconcluso” da história da profissão; não foi um “acidente conjuntural” para o Serviço Social, mas ela permanece ainda hoje na contemporaneidade com a hegemonia da

perspectiva histórico-dialética através da permanente crítica ao tradicionalismo na profissão. Para Faleiros (2005), o movimento de reconceitualização é marcado por um processo de desconstrução de um referencial teórico-metodológico dominante que orienta a intervenção e as elaborações do Serviço Social, ao mesmo tempo em que busca construir um referencial teórico-metodológico crítico e questionador da ordem dominante.

Como destacado anteriormente, a renovação do Serviço Social instaurou um pluralismo no interior na profissão e com ela intensos debates se desenvolveram. Eles giravam em torno dos fundamentos da profissão, a função profissional e sua legitimidade teórico-prática. Para Netto (2011) esse aspecto é um avanço para a profissão, mesmo que a renovação trouxesse ainda algumas marcas do conservadorismo que estiveram na gênese na profissão, mas a renovação se destacou de forma mais expressiva por uma análise crítica do Serviço Social. É nesse momento que pela primeira vez o Serviço Social se coloca como objeto de pesquisa, reflexão e questionamento.

Nos anos 1960, o movimento estudantil também se insere nas Escolas de Serviço Social, com destaque através da esquerda católica, com a Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Popular (AP) influenciados de uma conjuntura maior de organização estudantil na qual já apontamos no item anterior. Na década seguinte, muitos desses militantes do movimento estudantil foram atuar na docência em Serviço Social, o que contribuiu para formação de quadros estudantis e profissionais críticos.

Segundo Vasconcelos e Sampaio (*apud* RODRIGUES, 2008), o movimento estudantil de Serviço Social começa a se organizar nesse período da década de 1960, realizando já em 1961 os primeiros encontros de organização política através dos encontros nacionais e regionais, porém não se tem muitas informações sobre esses espaços, pois no período do regime civil-militar muitos documentos e outros registros foram perdidos.

Podemos dizer que o movimento estudantil foi um dos sujeitos coletivos e políticos que incidiram no processo de renovação do Serviço Social e na crítica ao tradicionalismo na profissão. Portanto, foi um dos movimentos sociais organizados que colocaram para a profissão a exigência de uma leitura crítica sobre a intervenção profissional numa realidade marcada por um Estado repressor e a concentração de riquezas aumentava no mesmo ritmo que o aumento da pobreza, da exploração do trabalho e do desemprego. Então o movimento estudantil cumpriu um papel de disputa da universidade e dos rumos da formação de um perfil profissional. Há uma íntima relação entre movimento estudantil e formação profissional.

O movimento estudantil: condensadamente, ele reproduz, no molde particular da contestação global característica da sua intervenção, todas as alterações que indicamos e as insere perturbadoramente no próprio locus privilegiado da reprodução da categoria profissional: as agências de formação, as escolas. Parece claro que, também no marco do Serviço Social, a erosão das formas tradicionais da profissão (e das suas legitimações) foi dinamizada pelo protagonismo discente – e a “rebelião juvenil” foi aí tanto mais eficiente quanto mais capaz se mostrou de atrair para as suas posições estratos docentes (NETTO, 2011, p. 145).

Um dos traços mais significativos do movimento de reconceituação do Serviço Social foi uma aproximação com a perspectiva marxista que possui expressão numa leitura crítica da profissão, muito embora essa não tenha sido a única perspectiva teórico-metodológica, o marxismo se apresentou de forma mais evidente e legítima dado contexto sociohistórico e político de ascensão de lutas sociais na América Latina e no Brasil.

No início da década de 1970, o regime militar começa a dar sinais de esgotamento e põe em cheque sua dominação e hegemonia, esse cenário se agrava com a partir da crise econômica que assolava o país principalmente com crise no petróleo que abalou o cenário econômico internacional, o que tornou clara a “crise do milagre brasileiro” e com ela a deslegitimação dos governos militares. Entram em cena, também, as crescentes mobilizações sociais protagonizadas pelos mais diferentes movimentos sociais tanto urbanos quanto rurais bem como organizações e entidades da sociedade civil (BRAVO, 2009).

No âmbito da renovação do Serviço Social se evidenciam três principais perspectivas de pensar e propor a profissão, no que tange a sua legitimidade e seus fundamentos teórico-metodológicos, a saber: a “perspectiva modernizadora”; a “reatualização do conservadorismo”; e a “intenção de ruptura” (NETTO, 2011). Essas perspectivas se destacavam nos “Seminários de Teorização do Serviço Social” que eram eventos organizados para criar formulações sobre como refletir o Serviço Social, sua prática profissional, funcionalidade e referenciais teóricos.

A “perspectiva modernizadora” se apresentou de forma mais intensa na segunda metade na década de 1960 e sua crise na década de 1970. Foi a perspectiva que mais se identificou com o projeto de desenvolvimento da ditadura, na qual teve como principal representante José Lucena Dantas, as teses dessa perspectiva foram expressas nos Seminários de Araxá (MG) e Teresópolis (RJ). O Serviço Social era visto como interventor e integrador que contribuía com o processo de desenvolvimento capitalista. Tem como referenciais teóricos o estrutural-funcionalismo norte-americano de cunho positivista onde a profissão é submetida à lógica e a racionalidade técnico-burocrática (NETTO, 2011).

Segundo essa perspectiva, o Serviço Social deve “modernizar” sua prática profissional a fim de contribuir com o desenvolvimento econômico, atuando sobre os usuários

de forma preventiva, corretiva e integradora ao projeto desenvolvimentista da ditadura. Dessa forma não há um questionamento da realidade e das estruturas sociais, a preocupação gira em torno da busca de uma teorização do Serviço Social que coloque a profissão adaptada a realidade socioeconômica brasileira (ARAÚJO *et all*, 2011).

A perspectiva de “reatualização do conservadorismo” ela se opõe a faz crítica a perspectiva de matriz positivista e a perspectiva de orientação marxista. A reatualização do conservadorismo repõe na profissão (sob novas formas) suas bases e heranças mais conservadoras que marcaram o tradicionalismo no Serviço Social, dando maior destaque e exaltação às dimensões na subjetividade contribuindo para os processos de psicologização no âmbito da formação e do exercício profissional, pois o Serviço Social aqui é visto como uma ajuda psicossocial.

Essa perspectiva apresenta uma “nova proposta” do Serviço Social expressa nas elaborações de Anna Augusta de Almeida na qual tem como referencial teórico a fenomenologia. Além disso, a atuação do assistente social centra-se na compressão do indivíduo e no diálogo que se utiliza da linguagem e da entrevista no processo de trabalho. Percebe-se nessa perspectiva uma centralização da atuação profissional nos sujeitos-usuários, resultado de uma compressão psicossocial da profissão (NETTO, 2011). Segundo essa perspectiva:

O Serviço Social deve-se preocupar em proporcionar condições para que o homem aja livre e conscientemente, exercendo sua capacidade de reflexão crítica e consciente, travando relações permanentes com o mundo e no mundo e, conseqüentemente, o próprio mundo em si. A partir desse enfoque a tarefa do Serviço Social se detém no sentido de fazer um estudo do ser no mundo de cada dia, com a certeza de que isso nos dá o modo como o mundo deve chegar a nós (PAVÃO, 1988, p. 36).

Embora a perspectiva de “reatualização do conservadorismo” se proponha promover uma reflexão crítica e consciente ela não consegue romper com as estruturas da realidade, porque ela não consegue questionar as contradições e as desigualdades sociais. Sua ênfase está no indivíduo isolado e não consegue promover uma reflexão crítica que tenha como horizonte a transformação social e mantém o *status quo*. Portanto a “reatualização do conservadorismo” é considerada como “uma volta ao passado, baseada em matrizes intelectuais mais aprimoradas” (ARAÚJO *et all*, 2011, p. 113).

A terceira perspectiva chamada de “intenção de ruptura” foi assim denominada com o objetivo de romper com o tradicionalismo na profissão, bem como seus referenciais teórico-metodológicos e suas práticas profissionais e conservadorismo também expressos nas correntes da matriz positivista e fenomenológica. Essa perspectiva surgiu na década de 1970

no espaço universitário com a experiência inicial da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Dentre as tendências da renovação do Serviço Social no Brasil, a “intenção de ruptura” foi a perspectiva que mais se aproximou com o movimento de reconceitualização latino-americano. Isso se deu por sua forte inspiração de tradição marxista, dado o seu caráter de crítica e recusa do Serviço Social tradicional (NETTO, 2011).

A “intenção de ruptura” assume também um caráter de oposição à autocracia burguesa. O perfil profissional defendido por essa perspectiva assume um papel de crítica e contestação ao regime militar e se consolida no contexto de crise do Estado ditatorial e no ressurgimento de lutas e movimentos sociais que pautam a redemocratização do país. As discussões fomentadas por essa tendência ganham mais força a partir do momento que saíram do espaço da universidade e passaram dialogar com essa realidade social. O diferencial dessa perspectiva é a preocupação em formar um perfil profissional que se vincule com as lutas da classe trabalhadora na perspectiva da transformação social.

Foi através da perspectiva de intenção de ruptura que o Serviço Social se aproxima do marxismo e consegue avançar na compreensão da profissão inserida no contexto das relações sociais da sociedade burguesa; sua inserção na divisão social e técnica do trabalho; as contradições da realidade social; bem como os limites e as possibilidades da intervenção profissional do assistente social. Podemos elencar as principais possibilidades que o marxismo trouxe ao Serviço Social: “a) compreender o significado social da profissão [...] b) iluminar a nossa intervenção socioprofissional [...] c) dinamizar a elaboração teórica dos assistentes sociais” (NETTO, 1989, p. 99) – os grifos são meus.

Porém é necessário frisar que a aproximação do Serviço Social com o marxismo não ocorreu sem problemáticas. Foi um processo marcado por equívocos quanto à adoção do método marxista no Serviço Social. Na análise de Netto (1989), essa aproximação inicial foi bem superficial, marcada por pouca exigência teórica o que caracterizou uma aproximação mais do ponto de vista político-ideológico do que teórico, devido à militância político-partidária, fazendo com que muitas interpretações marxistas não ocorressem de fontes originais e clássicas de Marx⁴⁰, mas de releituras de materiais pouco confiáveis caracterizando essa inicial como uma aproximação “enviesada” do marxismo no Serviço Social, portanto, um marxismo sem Marx.

⁴⁰ Karl Marx é considerado um dos maiores pensadores do século XIX e grande parte da sua produção teórica são resultantes do contexto sociopolítico e econômico em que viveu. Aproximou-se dos movimentos operários de sua época e passou a defender o proletariado enquanto sujeito revolucionário para romper com a dominação burguesa consequentemente com a sociedade capitalista, sendo esta superada por uma sociedade comunista que possibilitasse uma emancipação humana. Tem como principal obra “O Capital” que expõe também a sua teoria social e o método materialista histórico-dialético (NETTO; BRAZ, 2011).

Sobre esse aspecto, Santos (2007) reitera que a apropriação marxista no Serviço Social foi marcada inicialmente do ponto de vista ideológico que operou embates para romper com a suposta neutralidade profissional. A autora lembra que esse processo não rompeu radicalmente com o conservadorismo profissional de matriz positivista; isso explica essa aproximação tardia da profissão com o marxismo.

Na compreensão de Netto (2011), isso é um dado importante com a inserção dos cursos de Serviço Social na universidade, pois foi a formação profissional no espaço universitário que influenciou de forma direta nos rumos da renovação do Serviço Social. Entre as perspectivas, foi a “intenção de ruptura” que teve uma relação mais íntima com a universidade, o que fez com que esta recebesse muitas críticas por ser uma perspectiva que surgiu no espaço universitário a partir das reflexões de docentes.

A partir das perspectivas apresentadas, percebemos que tanto a “modernizadora” quanto a “reatualização do conservadorismo” por mais que fizessem crítica ao Serviço Social tradicional, ambas, sob características novas, reforçaram e validaram traços conservadores e tradicionais da profissão. Somente a “intenção de ruptura” consegue formular as primeiras reflexões críticas e tornar evidente o caráter político da formação e do exercício profissional. Cabe lembrar do contexto dessa universidade e sob quais condições se gestou a “intenção de ruptura”, em um espaço acadêmico refuncionalizado a partir dos interesses da autocracia burguesa.

A universidade enquadrada e amordaçada [...] nunca foi um território livre; no entanto, pelas próprias peculiaridades do espaço acadêmico, este se apresentava como menos adverso que os outros para apostas de rompimento; era, comparado aos demais, uma espécie de ponto fulcral na linha da menor resistência. Permitiria, se as condições fossem minimamente favoráveis, na conjugação de pesquisa e extensão, o atendimento de necessidades de elaboração e experimentação – e estas eram absolutamente imprescindíveis ao projeto de ruptura (NETTO, 2011, p. 250-251) – os grifos são meus.

Mesmo no espaço contraditório da universidade da ditadura, foi possível se pensar e formular questões de crítica ao Serviço Social tradicional orientado em um referencial marxista. Segundo Netto (2011), mesmo com experiências iniciais de pesquisa no âmbito do Serviço Social e no espaço acadêmico, a universidade já se apresentava como um espaço privilegiado do tripé ensino, pesquisa e extensão. Foi no circuito universitário que foram dadas as condições para formação de uma intelectualidade docente fruto de dedicação à pesquisa e as experiências de projetos de extensão e estágio em articulação com outros profissionais e áreas do conhecimento.

Em 1978 acontece a rearticulação do movimento estudantil de Serviço Social através da realização do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) na

Universidade Estadual de Londrina - PR que teve como tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”. Vasconcelos (2003) aponta que nesse encontro já se percebe que o debate sobre formação profissional em Serviço Social já se coloca como um dos centrais na organização estudantil, pois se apresenta a necessidade de ter uma formação profissional articulada com a realidade da sociedade, capaz de formar um perfil profissional agente e provocador de mudanças tais direções expressas em um currículo mínimo.

O processo de reorganização dos estudantes de Serviço Social sintoniza-se com o debate da renovação do Serviço Social na rua vertente de ruptura com o conservadorismo e com a dinâmica da organização sindical da categoria profissional com o I Encontro Sindical em 1978. A expressão dessa efervescência no Serviço Social culminou no III CBAS o “Congresso da Virada”, no qual estudantes e profissionais contestaram a direção política e os rumos que as entidades da categoria assumiram (VASCONCELOS, 2003, p. 59).

O ano seguinte de 1979 ficou conhecido como “Congresso da Virada” por meio da realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em São Paulo. Esse congresso marcou a visibilidade política de uma parte da categoria profissional comprometida com as lutas sociais, com a democracia e a participação política que ousou romper e criticar os traços conservadores que dominavam os espaços organizativos e as direções das entidades profissionais. Na análise de Netto (2009), o III CBAS significou o autoreconhecimento e identidade da categoria de assistentes sociais com a classe trabalhadora e a necessidade da sua organização política através de sindicato.

Segundo Bravo (2009), as polêmicas do III CBAS giravam na crítica aos homenageados e a composição da mesa de abertura do congresso da qual estavam representantes da ditadura civil-militar; o processo antidemocrático da organização do evento que não fomentou discussões com a categoria profissional; a reduzida participação estudantil no evento, limitada a apenas dois representantes estudantis por unidade acadêmica; e ao tema central do evento que focalizava o debate nas políticas setoriais descontextualizada de uma discussão mais ampla e totalizante das políticas sociais na sociabilidade capitalista.

Porém houve uma assembleia com os participantes da qual deliberaram pela mudança dos homenageados e passou para “todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas”; mudança na programação que contemplassem discussões mais amplas sobre políticas sociais e as condições de trabalho de assistentes sociais; e inclusão na mesa final de encerramento do evento as representações de movimentos sociais e lideranças sindicais.

Aqui já se percebe as influências da participação estudantil nos rumos do congresso e marca a importância da articulação do movimento estudantil de Serviço Social

com as entidades da categoria profissional, tornando-se um dos mais valiosos patrimônios da profissão no Brasil, articulação essa de forma democrática, sólida e permanente que até hoje se mantém firme no Serviço Social brasileiro (BRAZ, 2009).

Nesse mesmo período, em 1979 é realizado em Salvador o II ENESS onde se avançam discussões em torno do currículo mínimo de Serviço Social e a estrutura de organização estudantil. Esta estrutura organizacional formada por uma Secretaria Executiva Nacional, composta por representação estudantil da próxima escola-sede do ENESS quanto de representações de cada região (VASCONCELOS, 2003).

Nesse mesmo ano é realizada a Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) que culminou na aprovação do currículo mínimo de 1982⁴¹ que incluiu a realidade social como histórica e numa perspectiva de totalidade bem como a importância da relação teoria-prática ressaltando a importância de a profissão dialogar com as demandas da realidade e rompeu com a tradicional metodologia de caso, grupo e comunidade, assumindo

[...] uma perspectiva de “visão crítica e comprometida com a transformação social”, segundo o documento aprovado. Buscou-se estruturar a formação em uma articulação da teoria-história-metodologia-pesquisa, formando os estudantes em análises críticas da sociedade capitalista (FALEIROS, 2005, p. 32) – os grifos são meus.

Podemos perceber que o marxismo no Serviço Social é apreendido inicialmente do ponto de vista ideológico que teve expressão no “Congresso da Virada”. Posteriormente que o marxismo é incluído no âmbito da formação profissional com o currículo mínimo de 1982, na qual as disciplinas de Serviço Social de caso, grupo e comunidade foram substituídas pela disciplina de Metodologia no Serviço Social para se discutir o método marxista na formação. Esse debate no âmbito da formação teve alguns problemas, como dificuldade em garantir leituras nas fontes originais de Marx; como também a um marxismo de cunho positivista; como ênfases nas dimensões econômicas, cientificistas ou revolucionárias que conduziam ora ao fatalismo, quanto ao voluntarismo e militantismo⁴² (QUIROGA, 1991).

Entre 1978 a 1979 foi um período de reorganização e rearticulação de várias entidades do movimento estudantil, como as executivas dos cursos de engenharia e de

⁴¹ Dessa forma, o movimento estudantil de Serviço Social foi um sujeito coletivo e ativo no processo de renovação do Serviço Social, no que tange a formação profissional, os estudantes participaram diretamente da construção do currículo de 1982 (BRAZ, 2009).

⁴² Entre as influências que geraram equívocos na apropriação do marxismo no Serviço Social, destaco o filósofo francês Louis Althusser que se destacou na formação docente, assim, o marxismo possui uma tendência mais cientificista e estruturalista da sociedade na qual prevalecem as questões econômicas (QUIROGA, 1991). Nessa perspectiva, as dimensões ontológicas e históricas são desconsideradas, sob o risco de cair em determinismos e fatalismos na análise da realidade social.

medicina. Em 1979 ocorre em Salvador-BA o Congresso de Reconstrução da UNE, tornando-se nesse momento um marco político na reorganização do movimento estudantil no contexto que em a esquerda rescende novamente no processo de redemocratização do Brasil (BRAZ, 2009).

Podemos assim dizer que a renovação do Serviço Social brasileira foi influenciada pelo movimento latino-americano de reconceituação quanto o cenário da efervescência política com a crise da autocracia burguesa. Como também, a reorganização do movimento estudantil nacional através da UNE e de Serviço Social quanto o “Congresso da Virada” são expressões desse momento e movimento sociohistórico que se inter cruzam e inter-relacionam e foram fundamentais para os rumos políticos assumidos pela profissão.

No próximo capítulo, a ênfase se dará em torno do Serviço Social a partir da década de 1980 já com um Projeto Profissional de cunho marxista e o debate sobre a formação profissional na contemporaneidade. Além disso, será abordada a organização política do Serviço Social, com foco no Movimento Estudantil de Serviço Social (Mess) protagonizado pela ENESSO particularizando o curso de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO IFCE *CAMPUS* IGUATU

O presente capítulo trata sobre o Serviço Social a partir dos anos 1980, a formação profissional na contemporaneidade em articulação com organização política do Movimento Estudantil de Serviço Social, através da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Particulariza a formação profissional e o movimento estudantil do Curso de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu em diálogo com os sujeitos entrevistados na pesquisa, tratando do processo de implantação e reconhecimento do curso, apresentando suas diretrizes, peculiaridades e possibilidades, assim como, do movimento estudantil, do seu processo de organização, mobilizações e lutas políticas.

Os sujeitos da pesquisa não serão identificados para manter o sigilo ético exigido no processo da pesquisa que serão identificados apenas de forma numérica e o seguimento a qual pertence (docente, discente e gestão). Os números para cada entrevistado foram adotados através de um sorteio.

3.1. Movimento Estudantil de Serviço Social: o papel político da ENESSO

Como vimos no capítulo anterior, o Serviço Social é resultado de um processo sociohistórico e político, na qual teve como marco a renovação da profissão no contexto da autocracia burguesa. O Serviço Social avança significativamente a partir da aproximação da perspectiva marxista influenciada pelo ressurgimento das lutas sociais, dentre elas a reorganização do movimento estudantil através da UNE (União Nacional dos Estudantes) e do movimento estudantil de Serviço Social. As lutas sociais desse período influenciaram qualitativamente nos rumos do Serviço Social, cuja expressão maior foi manifestada no “Congresso da Virada” de 1979. Na década de 1990 se consolida um projeto profissional crítico e articulado com as lutas da classe trabalhadora.

Nos anos 1980 a produção teórica do Serviço Social, orientado por um referencial marxista, já colocava a necessidade de um vínculo orgânico da categoria profissional com as lutas dos setores populares. No âmbito da formação profissional, o currículo mínimo de 1982 da ABESS apontou um novo direcionamento político-acadêmico, com explícita crítica da realidade social, destacando uma direção social da profissão comprometida com os interesses da classe trabalhadora. No que tange à ética profissional, inaugura-se um novo *ethos* profissional com o Código de Ética de 1986 (BARROCO, 2010), na qual a profissão rompe com a ética tradicional que historicamente marcou o Serviço Social.

O Código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional (BARROCO, 2010, p. 170).

O cenário da década de 1980 é marcado pela transição democrática resultante do processo de crise da ditadura e econômica em curso desde a década de 1970. Isso contribuiu para um redimensionamento da profissão, de sua autoimagem, devido ao crescente envolvimento da categoria profissional com as lutas de setores populares e sindicais (ORTIZ, 2010). O projeto profissional do Serviço Social deve ser compreendido como resultado de um processo sociohistórico e por um acúmulo político.

O projeto ético-político profissional é resultado de uma construção sócio-histórica e emerge do acúmulo de reflexões do processo de reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil (entre 1960 e 1970), das lutas sociais pela redemocratização do país (entre 1980 e 1990), da organização política da categoria profissional, através da ação das suas entidades representativas e da incorporação de vertentes críticas de inspiração marxista, compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional (DUARTE, 2013, p. 175-176).

Esse projeto ético político tem como fundamentos as bases institucionais e legais expressos na lei de regulamentação da profissão e no Código de Ética, ambos de 1993; a articulação política através das entidades do Serviço Social seja estudantil quanto da categoria profissional; e na dimensão acadêmica do Serviço Social, com a construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o crescimento da produção acadêmica de intelectual resultantes do fortalecimento da pesquisa (RAMOS, 2009).

O Projeto Profissional do Serviço Social foi gestado no cenário de lutas pela redemocratização do Brasil e organização da classe trabalhadora. Segundo Mota e Amaral (2009), tal projeto deixou um legado para as novas gerações de profissionais para o fortalecimento da luta e da resistência política mesmo em “tempos de crise” e barbárie; nesse cenário é imprescindível a prática político-organizativa e articular formação política com a formação profissional. Esse projeto não se resume às demandas técnicas-operativas, mas vem avançando também na construção de referenciais teórico-metodológicos e no fortalecimento

das lutas em defesa da emancipação política e humana. Destacamos que a emancipação humana, entendida como o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser, não é possível nos marcos da sociedade capitalista. Portanto, o projeto ético político do Serviço Social possui uma relação com um projeto societário.

Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir dessas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade quanto no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 15-16).

Antes de focar a análise sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) é importante destacar a compreensão de movimento estudantil a partir das falas dos discentes entrevistados. Foi unânime nos depoimentos a compreensão do movimento estudantil também como um movimento social, que tem suas pautas mais ligadas à educação, à universidade e demais instituições de ensino. Mas que não deve se limitar somente aos muros dessas, devendo dialogar com pautas e questões mais amplas da sociedade orientadas pelos interesses da classe trabalhadora:

Movimento Estudantil é a organização política dos estudantes em prol das causas estudantis, mas sabemos que para se avançar nas causas estudantis precisamos combinar com as causas da classe trabalhadora para então alcançarmos uma sociedade justa e igualitária. Se dividirmos ou nos distanciarmos da luta da classe trabalhadora como um todo, nos distanciaremos do povo, da soma de braços e enfraquecemos nossas pautas (DISCENTE 04).

É a organização dos/as estudantes que tem como objetivo, de uma forma mais ampla, a disputa pelos rumos da educação e dos conhecimentos produzidos nas instituições de ensino. Essas instituições de ensino são espaços de produção de conhecimento e de formação dos/as futuros/as profissionais que serão inseridos no mundo do trabalho. A formação desse profissional poderá estar voltada para atender os interesses do mercado ou para atender os interesses e necessidades do povo. É aquela velha questão: “Pra que(m) serve o teu conhecimento?”. É papel do movimento estudantil incidir para que a materialização da política de educação se dê de forma a desenvolver o pensamento crítico dos estudantes, além de lutar para que as condições de uma formação de qualidade sejam desenvolvidas e garantidas, sejam elas estruturais, sociais, políticas, culturais (DISCENTE 05).

Quando analisamos as falas das docentes entrevistadas, a compreensão sobre o movimento estudantil e seu papel político não diverge da perspectiva dos discentes, mas acrescentam alguns aspectos para entender o movimento, como o seu perfil majoritário, suas disputas, a tradição histórica vinculada aos setores da esquerda, como a importância da dimensão de classe para o movimento. Vejamos nas falas a seguir:

Entendo o movimento estudantil como uma expressão dos movimentos sociais, portanto como um movimento social formado por estudantes que tem uma perspectiva tradicionalmente de esquerda, progressista, ou seja, antenado com a

ideia de transformação social e com a pauta mais geral da classe trabalhadora. Penso que M.E. além dessa perspectiva mais geral, tem uma especificidade que é pautar, problematizar, reivindicar junto às instituições educacionais as necessidades e demandas estudantis. [...] Enfim, o M.E. tem um papel fundamental para a concretização da democratização das instituições educacionais, para uma educação pública e popular, laica e de qualidade voltada aos interesses do povo (DOCENTE 01).

É um movimento social historicamente construído pela juventude estudantil em torno de pautas que dizem respeito à educação e a sua democratização. É, portanto, um espaço de construção e formação de sujeitos políticos em torno de projetos coletivos com presença comum de partidos e demais organizações políticas. Vale ressaltar, portanto, que não se trata de um movimento homogêneo, ao contrário, é caracterizado pela forte presença de disputas de práticas, valores e projetos (de sociedade, de universidade, de escola, de educação, etc) permeados por interesses de classes (DOCENTE 02).

Nas falas destacadas anteriormente, alerta para a dimensão de classe e disputas políticas. A educação assume particularidades sociohistóricas na dinâmica do capitalismo. A educação, compreendida com base na categoria da totalidade, não está deslocada das relações sociais de produção da sociedade capitalista. Portanto, não está acima ou imune à luta de classes. A educação na sociabilidade capitalista possui uma funcionalidade para contribuição no desenvolvimento econômico e o acúmulo de capital. Porém, esta não é um espaço engessado e unilateral, é um campo de disputas de interesses, antagonismos e projetos de classe, portanto, é um terreno de contradições (ORSO, 2013).

No atual modelo de sociedade, a educação formal se coloca em sua maioria para garantia da manutenção e reprodução da lógica capitalista, através de práticas de adestramento e disciplinarização dos indivíduos sem compromisso em formar sujeitos com capacidade de transformação e mudança da realidade. A educação nesse cenário aparece com um grande aparato burocrático e disciplinador, com uma carga de conteúdos abstratos que não primam pela formação crítica e de questionamento da realidade e o sistema vigente baseado na exploração e alienação (ORSO, 2013). Além disso:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

O desafio colocado é pautar um projeto de educação que questione a realidade social e as estruturas do sistema capitalista que garantem a reprodução das desigualdades sociais, a exploração e a alienação, uma educação compromissada com a liberdade substantiva e a emancipação humana, em suma, uma “educação para além do capital”

(MÉSZÁROS, 2008). Nesse sentido, o movimento estudantil, e particularmente o de Serviço Social, vem construído e fortalecendo estratégias de organização política que questione a realidade social e o projeto de educação hegemônico que atende aos interesses e demandas da sociabilidade capitalista. Colocando-se também como um dos sujeitos políticos que atuam na disputa dos rumos da universidade brasileira, pautando um novo projeto de educação que atenda as necessidades da classe trabalhadora.

O MESS, através do protagonismo da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), vem historicamente se colocando como um dos sujeitos coletivos que reafirmam a defesa do projeto ético político e da emancipação humana; ao mesmo tempo, se mantém firme na crítica à sociabilidade burguesa. Por sua vinculação com o espaço acadêmico, o tema sobre formação profissional é um dos centrais da organização estudantil. No que tange à formação profissional, a ENESSO tem como deliberação:

Reforçar e defender intransigentemente o Projeto Ético Político – PEP hegemônico do Serviço Social na nossa Formação Profissional, expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, aprovado em 1996 pela categoria, no Código de Ética do Assistente Social e na Lei de Regulamentação da Profissão, ambos aprovados em 1993 e baseados na teoria social crítica e dialética (ENESSO, 2012, p. 24).

A ENESSO, enquanto entidade de organização política estudantil de Serviço Social, antes era denominada Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional de Estudantes (SESSUNE), criada em 1988, mas que no em 1993 passou a se denominar ENESSO, na busca de maior autonomia frente à União Nacional de Estudantes (UNE) e na necessidade de pautar bandeiras de luta mais específicas do MESS. Hoje a ENESSO configura-se como entidade de organização e representação dos/as estudantes de Serviço Social em nível nacional, possuindo um estatuto próprio, conjunto de deliberações (posicionamentos políticos) e um plano de lutas.

A Executiva Nacional das/dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) é a entidade máxima de representação das/dos estudantes de Serviço Social do país, sem fim lucrativos, tendo suas coordenações regionais e nacional, eleitas anualmente no Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS) e no Encontro Nacional, respectivamente (ENESSO, 2013b, p. 05).

Com o objetivo de dar mais organicidade às pautas, lutas e ao sentido político para organização estudantil de Serviço Social, a ENESSO se divide por regiões; essa divisão foi motivada para dar mais concretude às ações da entidade, estar mais próxima do cotidiano e da realidade do conjunto dos estudantes de Serviço Social, a partir também das particularidades regionais, mas sem perder de vista a luta unitária e as pautas que devem ser travadas a nível nacional. Além disso, o grande número de Escolas de Serviço Social e

consequentemente de estudantes, impõe cada vez mais estratégias para que a ENESSO consiga estar nesses espaços de formação e fortalecer o MESS.

Atualmente a ENESSO possui 07 regiões, sendo a região I composta pelo Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; região II pelo Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco; região III formada pela Bahia, Sergipe e Alagoas; região IV por Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; região V por Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; região VI pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e a região VII por São Paulo (ENESSO, 2013). A entidade tem como representações a Coordenação Nacional (CN), eleita anualmente na plenária final do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) e 07 Coordenações Regionais (CRs) eleitas nos encontros regionais. Há também os secretários de escola e os representantes discentes na ABEPSS, ambos militantes do MESS, responsáveis pela articulação e fortalecimento da ENESSO, seja a nível nacional e regional.

O debate sobre a formação profissional sempre esteve presente nos fóruns de organização do MESS e da ENESSO. Os registros mostram que nos primeiros encontros de estudantes de Serviço Social já havia a preocupação da formulação de uma proposta de um currículo mínimo e comum para os cursos de Serviço Social (VASCONCELOS, 2003). Hoje um dos eixos de discussão dos fóruns⁴³ deliberativos e organizativos do MESS é a formação profissional, além de conjuntura, movimento estudantil, universidade, combate às opressões e cultura.

Podemos destacar ainda, como contribuições do MESS na formação profissional, a existência de coordenações nacional e regionais de formação profissional na ENESSO, das representações discentes na ABEPSS e pelos Seminários Nacional e Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social⁴⁴. Ressalta-se também a participação e

⁴³ A nível nacional, temos o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) que é realizado anualmente e configura-se como o fórum máximo de deliberação política da ENESSO, sendo eleita nesse espaço a Coordenação Nacional (CN) da entidade. O ENESS é antecedido pelo Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS) que reúne os CA's e DA's e demais representações estudantis das Escolas de Serviço Social do Brasil para se definir e construir politicamente o ENESS, seu direcionamento político através da programação e metodologia. Ainda a nível nacional, realiza-se o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS) realizado a cada 02 anos. A nível regional têm-se o Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS) onde é eleita a Coordenação Regional (CR) e são discutidos e deliberados temas a partir das particularidades de cada região. O ERESS é também antecedido pelo Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS) que reúne as representações estudantis e das suas entidades para construir coletivamente o ERESS a partir da realidade da região.

⁴⁴ Como deliberação do 36º Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS) realizado no Pernambuco em 2013, o 8º Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SRFPMESS) foi sediado no IFCE *campus* Iguatu nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2014 e teve como tema: “*Essa luta não é minha, essa luta não é tua. Essa luta é nossa, essa luta é do Povo!* – O Movimento

contribuição do MESS na construção de importantes marcos legais da profissão de Serviço Social como o Código de Ética e Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

A formação profissional tem se constituído em uma das prioridades da atuação do movimento. Notamos, inicialmente, que esta é vista pelos (as) dirigentes como âmbito estratégico de atuação, à medida que contribui, no plano a disputa ideológica e cultural, para a defesa de uma direção social para a universidade e de uma nova direção intelectual e moral para a sociedade (RAMOS; SANTOS *apud* RODRIGUES, 2008, p. 53)

A organização do movimento estudantil geral e de Serviço Social influenciou nos rumos tomados pela profissão, desde concepção da formação ao exercício profissional. Desse momento até a contemporaneidade, o Movimento Estudantil de Serviço Social, através da ENESSO, vem se posicionando firmemente na defesa de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Por isso, tem na defesa das Diretrizes Curriculares da ABEPSS uma estratégia para efetivação desse projeto de educação e formação profissional em Serviço Social baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão e que contemple de forma articulada as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Nessa linha Braz (2009) afirma que:

A Enesso e as demais organizações estudantis (CAs e DAs) e os ENESS (...) vêm – a despeito das políticas neoliberais das duas últimas décadas, das tentações pós-modernas e do neoconservadorismo que persevera na profissão – preservando esse legado e reafirmando as influências teórico-políticas dessa trajetória. O movimento estudantil em Serviço Social foi parte ativa da renovação profissional que culminou no chamado projeto ético-político (p. 717).

Nas falas dos discentes entrevistados do curso de Serviço Social do IFCE é notório que destacam o papel da ENESSO para o direcionamento político do MESS, de unificar pautas e bandeiras de luta, como também ressaltam a importância dos seus espaços e fóruns deliberativos e organizativos para organização política dos estudantes de Serviço Social e por proporcionar também o conhecimento da realidade de outros estudantes, a exemplo daqueles que vivenciam as instituições privadas. Tais espaços também se tornam locus de formação profissional pois possibilitam aos estudantes terem uma leitura da realidade social de forma crítica e orientada por uma perspectiva de totalidade:

O contato com estudantes da iniciativa privada, a gente vê o quão é diferente a realidade, às vezes a gente acha que a coisa tá muito difícil pra nós na perspectiva de organizar o movimento estudantil, e quando chega num ENESS e a gente vê uma escola com a PUC-São Paulo sendo proibida de se organizar porque vai ter penalidades enfim. Então eu acho que os fóruns da ENESSO eles de fato se caracterizam como espaços de formação profissional fora da sala de aula (DISCENTE 01).

O movimento estudantil específico do Serviço Social tem um direcionamento que ele tende a ser, ter uma estratégia, ter um horizonte mais claro, pela própria direção que a própria ENESSO dá “pro” movimento estudantil, então a gente tem essa potencialidade, que a gente tem uma executiva que dá e norteia de alguma forma minimamente, mas acredito que o movimento estudantil é essa organização e articulação entre os estudantes (DISCENTE 02).

Eu destaco o Seminário Regional como o evento que nos impulsionou e nos fez dialogar com o que era mais macro, com aquilo que era representatividade mais geral daquilo que estávamos tentando articular aqui dentro e também pra abrir nossos horizontes politicamente, ideologicamente (DISCENTE 03).

O debate sobre formação profissional é um dos principais temas do Serviço Social brasileiro, amplamente discutido seja na categoria profissional, seja nos espaços da organização estudantil. Temos como entidade protagonista⁴⁵ no debate sobre formação profissional a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁴⁶ que vem pautando nacionalmente um projeto de formação profissional crítico, que garanta uma competência profissional teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, além disso, um projeto de formação balizado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Formação profissional aqui entendida como “processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais” (ABEPSS, 2012, p. 45).

Portanto, a formação profissional é indissociável da formação política, na qual o MESS assume um papel importante nesse processo e os espaços organizados pela ENESO a nível nacional e regional, dada a dimensão política do Serviço Social contribuindo para decifrar as contradições e as disputas postas na realidade. Esse aspecto é destacado na fala de um dos estudantes entrevistados:

Pra mim, movimento estudantil ele tem um caráter fundamental na formação de qualquer profissional, seja ele médico, assistente social, professor, movimento estudantil pra mim ele é basilar na formação profissional como eu disse antes, de qualquer área porque movimento estudantil ele dá esse caráter político a qualquer formação, ele dá a possibilidade de dialogar com a realidade, que muitas vezes a sala de aula não nos dá, nós vislumbramos teoricamente, mas a capacidade de dialogar com a realidade, de dialogar com o que está posto nós temos no movimento estudantil e essa formação política ela é essencial (DISCENTE 03).

⁴⁵ Isso não significa dizer que nas outras entidades do Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS e ENESSO) não se discuta formação profissional. Pelo contrário, esse tema se coloca também como central nas demais entidades, seja nos encontros e fóruns deliberativo-organizativos, como nas bandeiras de lutas, respeitadas as especificidades de cada entidade. Por ser um tema que exige atenção e preocupação, a formação profissional é o tema que mais consegue articular as entidades do Serviço Social, na busca de construir estratégias coletivas que garantam uma formação crítica e qualificada como orientada o projeto profissional.

⁴⁶ Anteriormente denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), fundada em 1946, tornando-se uma entidade acadêmico-científica do Serviço Social, que teve como marco a Convenção de 1979 que passa a se chamar Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). Já na década de 1990, a entidade passa por uma nova alteração na sua nomenclatura, passando para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), pois se colocou a necessidade de enfatizar a natureza científica da entidade bem como a dimensão na pesquisa na graduação e pós-graduação (ABEPSS, 2009).

No ERESS nós temos mesas que discutem eixos vinculados diretamente com o que a gente discute em sala de aula, nós temos formação profissional, cultura, nós temos conjuntura, tudo isso nos permite complemento na nossa formação profissional, nós começamos a debater uma coisa em sala e começamos a analisar a partir de uma conjuntura de um ERESS [...]. Eu considero o movimento estudantil quão importante quanto a formação profissional dentro da sala de aula [...] é lá onde a gente percebe as articulações políticas. Quem é do movimento estudantil, principalmente o Serviço Social que tem esse caráter político da profissão, é superimportante que esteja a vivência no movimento estudantil, na militância de fato, pra começar a perceber a correlação de forças de fato existentes nas instituições e nos próprios movimentos (DISCENTE 01).

Eu fico me perguntando, as pessoas que não participaram e não tiveram interesse em participar: como é que se dá a formação dessa dimensão ético-política na formação dessas pessoas? Eu acredito que ela tá muito balizada pelo movimento estudantil, na participação nas instâncias representativas da instituição, essa própria disputa institucional que a gente vê claramente essa luta de classes dentro da dinâmica institucional e que vai ser na dinâmica institucional que a gente vai trabalhando. Então esse momento de articulação nossa, proporciona um grande exercício de como “tá” intervindo na nossa intervenção profissional dentro das contradições que permeiam os espaços institucionais (DISCENTE 02).

As Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) estão estruturadas em pressupostos e princípios da formação profissional das quais destacamos: um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, bem como a inserção do Serviço Social nesse contexto; adoção de uma teoria social crítica que capacite para uma apreensão da totalidade social contemplando ao mesmo tempo os aspectos da universalidade, particularidade e singularidade; as dimensões investigativa e interventiva devem perpassar o processo de formação e articulação teoria-realidade; e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

[...] as diretrizes curriculares aprovadas pela Abepss, em 1996, sustentam-se nos aportes da Teoria Social Crítica (esta apoiada no pensamento marxiano) e indicam que a formação profissional deve considerar o Serviço Social como uma totalidade e, neste sentido, determinado historicamente e atravessado por múltiplas determinações de natureza econômica, política, cultural e ideológica (ORTIZ, 2013, p. 12-13).

Nas Diretrizes Curriculares estão expressos os núcleos temáticos que estruturam o projeto de formação profissional do Serviço Social; ao mesmo tempo, oferecem um conjunto de conhecimentos necessários à capacitação profissional dos(as) assistentes sociais, a saber: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sociohistórica da sociedade brasileira; e 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Cabe destacar que estes núcleos não são pensados de forma desconexa e fragmentária, mas complementares e articulados entre si.

O primeiro núcleo – *fundamentos teórico-metodológicos da vida social* – indica ser necessário ao assistente social o domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer e decifrar o ser social, a vida em

sociedade. O segundo núcleo – *fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* – remete à compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. O terceiro núcleo – *fundamentos do trabalho profissional* – compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórico, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (IAMAMOTO, 2011, p. 72 - grifos originais da autora).

Quando se coloca como debate a formação profissional em Serviço Social é imprescindível relacioná-la com a realidade sociohistórica, bem como inserida no contexto do Estado e das tendências das políticas públicas no capitalismo contemporâneo, que impõe vários desafios postos à implantação e consolidação do projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Entre os aspectos que caracterizam a atualidade temos um processo de financeirização do capital⁴⁷, por meio da concentração e centralização de capitais pelo sistema bancário e financeiro, bem como o crescimento do capital fictício⁴⁸ que tem fortes impactos sobre os Estados periféricos e economias dependentes, como o Brasil, ocasionando “reformas” e “ajustes estruturais” que marcam as reduções e cortes de gastos que tendem a processos de privatização beneficiando assim os grandes grupos financeiros e monopolistas e prejudicando a classe trabalhadora (NETTO; BRAZ, 2011).

Além disso, a acumulação flexível⁴⁹ impõe novas características no processo de produção capitalistas, através da flexibilização das relações de trabalho, na perda de direitos trabalhistas, nos novos padrões de consumo, terceirização de serviços e alterando também as relações entre Estado e mercado, pois temos

[...] um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa (IAMAMOTO, 2012, p. 52).

⁴⁷ Fase contemporânea do capitalismo que tem como marco o ano de 1973 (NETTO; BRAZ, 2011).

⁴⁸ Segundo Koslov (1981 *apud* NETTO; BRAZ, 2011) o capital fictício é ser compreendido como “as ações, as obrigações e os outros títulos de valor que não possuem valor em si mesmos. Representam apenas um título de propriedade, que dá direito a um rendimento” (p. 242).

⁴⁹ A “acumulação flexível” tem como características o “confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas’ (HARVEY, 2012, p. 140).

Entendendo a dimensão política do Serviço Social, tanto no âmbito da formação, quanto do exercício profissional, política não entendida como no senso comum como politicagem, mas enquanto interesses de classe e visão de mundo, no caso do Serviço Social na perspectiva da classe trabalhadora, o movimento estudantil em Serviço Social tem uma diferencial contribuição da organização e contribuição nas lutas sociais, pois muitas vezes o movimento estudantil é a “porta de entrada” para muitos estudantes conhecerem e construir outros movimentos sociais como movimento feminista, negro, LGBT e outros. Cabe lembrar que o movimento estudantil, por sua dimensão ideopolítica, não contribui apenas para os sujeitos coletivos atuarem em outros movimentos sociais, mas também, para uma intervenção profissional balizada no horizonte político defendido pelo projeto ético político do Serviço Social (PEPSS),

[...] a intervenção profissional, *na sua dimensão ideopolítica*, pode promover nos sujeitos reflexões que lhes proporcionem mudanças na forma de pensar, sentir e de viver, das quais podem resultar processos coletivos de resistência e de luta (DURIGUETTO, 2014, p.183).

Na análise sobre o MESS, Guimarães (2014) destaca esse movimento como fundamental na defesa da formação profissional de qualidade e da educação pública, gratuita e de qualidade e afirma que:

O Movimento Estudantil de Serviço Social é apenas um dos sujeitos coletivos que fazem a história dessa profissão, mas um sujeito fundamental para o enfrentamento ao conservadorismo político e acadêmico que paira sobre o Serviço Social e que tem suas primeiras manifestações expressas ainda no momento da formação profissional e na condição do sujeito como estudante (GUIMARÃES, 2014, p. 79).

A partir das contribuições dos(as) autores(as) apresentados(as), o MESS é um sujeito coletivo fundamental que compõe o Serviço Social brasileiro, fazendo com esta seja uma das poucas profissões que mantem até hoje a articulação entre a categoria profissional e a categoria estudantil. Podemos acrescentar a atuação estudantil permanente na defesa da direção política do Serviço Social, tendo também uma posição firme contra o conservadorismo que invade a profissão.

Participar do movimento estudantil implica em assumir uma certa autonomia, a tomar posição crítica com relação à instituição escolar e seus muitos mecanismos. A primeira fronteira que se rompe, portanto, é a da própria sala de aula [...]. E as fronteiras físicas da universidade em que estudamos também se rompem [...]. E as fronteiras que se acabam de romper são também ideológicas – rompe-se com a cerca de muitos preconceitos pequeno-burgueses – aprende-se assim, já em princípio, que saídas individuais não são saídas, mas adequações e que elas, em definitivo, não resolvem nem os problemas individuais mais imediatos, dirá os problemas históricos e sociais mais graves. Por isso, rompe-se a fronteira do imediato (ARAÚJO; SOUSA NETO *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 290).

Sobrinho (2014) traz como o MESS e a dimensão ética, política e profissional estão relacionados entre si, na qual a história desse movimento é marcada por grandes

contribuições a formação profissional e na defesa do projeto do Serviço Social, na sua direção social e de uma educação pública e de qualidade.

Podemos interpretar o Movimento Estudantil de Serviço Social como um espaço coletivo de formação ético-política, pois é perceptível a direção social que o MESS vem adquirindo nos seus anos de existência, no que diz respeito à sua correlação aos princípios norteadores do Projeto Ético-Político Profissional. O MESS, historicamente e hegemonicamente vem se pondo contrário à hegemonia do capital, articulando-se com outros movimentos sociais que estão na “luta contra a maré”, prospectando assim uma construção coletiva de uma nova ordem societária, justa e igualitária. (SOBRINHO, 2014, s/p).

Percebemos que o MESS historicamente vem se colocando como um dos sujeitos coletivos que vem atuando na defesa da formação profissional de qualidade, com base no projeto profissional, mas que em tempos de mercantilização superior, de contrarreforma do Estado e acirramento das contradições da realidade brasileira, pelo acesso à educação superior ao passo da precarização da educação, impondo a necessidade de construção de estratégias coletivas para reafirmação do PEPSS.

Nesse cenário, considero o curso de Serviço Social do IFCE como uma alternativa ao crescimento do ensino privado de Serviço Social, por sua condição de ensino público e localizado no interior do Ceará. Sobre essas e outras questões que no próximo item a análise terá como foco o curso de Serviço Social do IFCE em destaque a formação profissional.

3.2. Particularidades da Formação Profissional no Curso de Serviço Social do IFCE: entre contradições e possibilidades

Como já apontado anteriormente no Capítulo I, na realidade cearense, como em todo o Brasil, a formação profissional em Serviço Social enfrenta vários desafios devido à expansão desenfreada da iniciativa privada e do ensino à distância. Do universo de mais de 20 instituições de ensino de Serviço Social somente 02 são públicas: o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - que neste ano completou 65 anos de existência - e o mais recente ofertado no IFCE, na cidade de Iguatu (CE) a 378km da capital cearense.

Devido o curso da UECE ser considerado o mais antigo, é também a escola pioneira da formação profissional dos(as) primeiros(as) assistentes sociais do Estado e também responsável pela formação de muitos profissionais docentes de Serviço Social que atuam em várias instituições de ensino. E por muitos anos era a única instituição responsável pela formação profissional em Serviço Social no Ceará. Somente a partir de 2005 que esse cenário mudou com a expansão do ensino privado em todo o Estado.

Como em todo o Brasil a origem da formação em Serviço Social teve forte influência da Igreja Católica. No Ceará a primeira Escola de Serviço Social foi implantada em 1950 pelo Instituto Social de Fortaleza sob a administração de religiosas que compunham a Congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria e tinha como entidade mantenedora a Associação de Educação Familiar e Social da Igreja Católica. O contexto era de modernização e industrialização, que aprofundou as desigualdades sociais e demais expressões da “questão social”, especialmente com a saída de muitos trabalhadores do interior do Ceará para Fortaleza devido aos grandes períodos de seca⁵⁰. Em 1956, o Curso de Serviço Social foi integrado à Universidade Federal do Ceará (UFC) e marca a sua inserção no espaço universitário. Posteriormente, em 1975, é incorporado à UECE na qual até hoje se faz presente. (COSTA; BEZERRA, 2010). Segundo dados divulgados pelo Departamento de Ensino e Graduação (UECE, 2015), entre 1977 a 2014, foram 4.175 bacharéis em Serviço Social formados pela UECE e se constitui um dos cursos de graduação mais procurados na citada universidade.

Já o curso de Serviço Social do IFCE possui uma história mais recente no Ceará, sendo este implantado no segundo semestre de 2010 e acompanha a recente criação e expansão dos Institutos Federais (IFs). O *campus* de Iguatu foi criado a partir da transformação da antiga Escola Agrotécnica, marcada pela tradição da formação técnica agrícola de nível médio. A criação dos institutos foi iniciada no período com Governo Lula que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e esse incentivo governamental trouxe em si a interiorização da educação profissional, fato esse que gera várias contradições para analisar essa realidade dos Institutos Federais. Ao mesmo tempo em que a interiorização promove o acesso de jovens seja para o ensino técnico ou superior, ela traz também as marcas da precarização dessa expansão, que se reflete nas condições do trabalho docente, nas dimensões de infraestrutura e nas condições de permanência estudantil, o que requer mais incentivo à política da assistência estudantil.

No ano de 2012, o IFCE recebia o maior orçamento financeiro da Rede Federal (IFCE, 2012). Esse investimento possibilitou a expansão de campi no interior do Ceará, bem como a abertura de cursos de nível médio e superior.

⁵⁰ A seca aqui é analisada não apenas como um fator de ausência de chuvas, mas também analisada na sua dimensão política e marca a “questão social” no Ceará. Partindo dessa compreensão, a seca “incorpora-se ao conjunto das relações de poder em torno do semiárido, interferindo na formação dos grupos de influência eleitoral – os “currais” – e na manutenção das redes de influência política, constituindo uma base sólida de atividade parlamentar, tanto estadual quanto federal, e de grupos oligárquicos que controlam as instituições estaduais” (NEVES, 2004, p. 97).

Todo esse trabalho tem como resultado o maior orçamento da rede federal de educação profissional e tecnológica. Apesar de ainda o ano financeiro de 2012 não ter sido encerrado, a previsão chega a aproximadamente a R\$ 294 milhões, ou seja, R\$ 34 milhões a mais que em 2011, cujo orçamento ficou em R\$ 260 milhões. Parte significativa desse bolo orçamentário é usado no programa de expansão da autarquia federal (IFCE, 2012, p. 16).

Como também já foi apontado, os institutos surgem com propósito de contribuir com o desenvolvimento econômico e social nas realidades locais em que estão inseridos. A educação, nesta perspectiva, assume um papel de qualificação para o mundo do trabalho e atendimento às demandas do capitalismo contemporâneo em face de “acumulação flexível” (HARVEY, 2012) e em tempos de “crise estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2011). O capitalismo contemporâneo requisita a formação técnica para os trabalhadores para a garantia da (re)produção das relações sociais de produção capitalista. No capitalismo, a educação assumiu sempre essa função, mas que varia de acordo com conjunturas sociohistóricas. Mesmo assim, ainda é um espaço de disputa política permeada por contradições.

Nesse cenário, a relação entre o setor econômico e o educacional assume novas dimensões, pois alega-se ser necessário um novo trabalhador – trabalhador do conhecimento. A ênfase dada a formação educacional básica como essencial parece ser uma avanço para os trabalhadores proposto pelo capital. Muitas vezes, torna-se difícil identificar, pelo discurso, a origem das propostas de educação do trabalhador. Apenas quando situadas no contexto histórico, político e econômico e na nova ordem mundial, podemos desvendar a verdadeira intenção do capital, visto que esse mundo sem interesses antagônicos e, portanto, sem conflitos, não se pode efetivar dentro da lógica do capital (PORTELA, 2005, p. 49-50).

Nesse contexto situamos a criação do IFCE com reitoria localizada em Fortaleza. É formado por mais de 20 campi distribuídos em todo o Ceará. Segundo Gadelha (2010), o atual IFCE têm na sua origem as Escolas de Aprendizes Artífices criadas em 1909 por Nilo Peçanha. Esse tipo de escola foi implantado no Ceará em 1910 no antigo prédio pertencente à Escola de Aprendizes Marinheiros.

A Escola de Aprendizes Artífices do Ceará era mantida pelo Governo Federal, portanto com verbas públicas. Além dessas verbas, ela dispunha de renda própria, proveniente da venda dos artefatos executados pelos alunos nas oficinas de alfaiataria, sapataria, tipografia, marcenaria e ferraria (idem, p. 52).

Os institutos possuem hoje 562 unidades em todo o Brasil e que atinge 512 municípios brasileiros. Ainda do ponto de vista quantitativo, o número de professores e técnicos administrativos mais de triplicou tanto nas universidades quanto nos institutos federais. Qualitativamente, diversificou-se a oferta de ensino, desde o ensino médio integrado aos cursos técnicos, formação de jovens e adultos como até cursos graduação e de pós-graduação (ARCARY, 2015). Esse processo gera em si várias contradições, pois, ao mesmo

tempo em que garante o acesso de jovens ao ensino público e possibilita a um grande número de trabalhadores ingressarem no serviço público federal, esse processo traz as marcas da precarização da expansão da rede.

Porque as condições as condições de trabalho nos novos cursos e nas unidades interiorizadas foram e, em muitas permanecem, mais do que precárias. Sofreram aqueles que prestaram os concursos e descobriram, desolados, que teriam que esperar anos pela abertura de laboratórios e equipamentos indispensáveis para um trabalho sério, e aqueles que já estavam nas unidades mais antigas, quando perceberam que seria impossível preparar aulas com mais de quatro, ou cinco planos de ensino de disciplinas diferentes (idem, p. 09).

A expansão e interiorização dessas instituições de ensino enfrentam vários desafios como a mudança do perfil de estudantes, em suma maioria “estudantes-trabalhadores” que muitas vezes são impossibilitados de participar de atividades de pesquisa e extensão, ficando limitado apenas ao ensino. Como também, sob condições antagônicas, possibilita a vivência do ensino superior e do movimento estudantil a jovens que anteriormente não tinham nenhuma experiência de organização política. A chegada dessas instituições de ensino nas regiões interioranas é um dado que requer atenção na análise, considerando as históricas desigualdades regionais em que os grandes centros urbanos eram os principais espaços de formação profissional de nível superior (PEREIRA, *et all*, 2015).

Reafirmo que a expansão da educação superior e particularmente da Rede de Educação Profissional e Tecnológica tem como base a contradição entre o acesso e a precarização, que marca a política da educação brasileira. Isso requer cautela e atenção para entendermos a configuração dessa política, para não cair em análises unilaterais, fatalistas e deterministas. A educação cumpre uma intencionalidade política na sociabilidade burguesa que é hegemônica, mas não está “engessada”. É um espaço político e está em disputa entre projetos de classe e visões de mundo. Nessa perspectiva é que devem ser analisados os institutos federais e o significado da implantação do curso de Serviço Social do IFCE.

Essas mudanças são concebidas [...] como um processo contraditório que, de um lado, amplia as possibilidades e sinaliza avanços no âmbito da oferta e diversificação de cursos (inclusive das áreas das ciências humanas), viabiliza maior captação de recursos além de uma ampliação da autonomia institucional; por outro lado, por uma dificuldade de adesão especialmente por parte das instituições que deixaram de existir e passaram a congregar o IFCE, o que promoveu um verdadeiro “choque” de comportamentos, valores, concepções entre os servidores antigos e novos em decorrência de uma “identidade institucional” ainda não consolidada (PEREIRA, *et all*, 2015, p. 327-328) – os grifos são meus.

Os institutos são equiparados às universidades federais no que tange à autonomia e a institucionalização das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Tem como objetivos a garantia da justiça social, da equidade, da competitividade econômica e a geração de novas tecnologias que contribuam com os novos arranjos produtivos locais (GADELHA,

2010). A criação deles cumpre uma intencionalidade política e econômica para intervenção na realidade social contribuindo com o desenvolvimento econômico local. Como os institutos são também espaços de disputa e permeados por contradições, embora possuam um maior direcionamento para formação técnica e tecnológica, surge nesse espaço o primeiro curso de Serviço Social no âmbito da rede, rompendo um pouco dessa lógica institucional.

A implantação desse curso revelou a preocupação da instituição com a ampliação das vertentes de formação de profissionais, trabalhando também, agora de forma mais direta, a questão humanística e social do aluno. Além disso, atendeu aos anseios da sociedade, haja vista que, no seu primeiro vestibular, no segundo semestre de 2010, a concorrência foi superior a 80 candidatos por vaga (IFCE, 2012, p. 79).

Esse aspecto não pode ser desconsiderado. Aqui se encontra a particularidade principal do Curso de Serviço Social do IFCE. Em um espaço institucional de ensino que tem como direcionamento a formação técnica e tecnológica, contraditoriamente, criaram-se as condições concretas para a implantação de um curso na área de Ciências Sociais Aplicadas, que tem um perfil de formação profissional política e crítica da realidade social rompendo um pouco com essa lógica. Na análise das falas dos estudantes entrevistados é perceptível que os discentes têm a compreensão dessa particularidade do curso e o significado na sua inserção no IFCE.

O Instituto é uma instituição predominantemente de área tecnológica e aí você trazer qualquer curso na área de humanas causa um impacto significativo. Principalmente o Curso de Serviço Social que tem toda uma carga política de certa forma “balança” um pouco com as estruturas da instituição. A gente vem, principalmente nós que participamos do movimento estudantil, percebemos como ao longo do curso, como o Serviço Social vem trazendo, trabalhando e proporcionando algumas mudanças na própria estrutura do IFCE, a gente vem pautando muito a questão da assistência estudantil, enfim, participando efetivamente, construindo um novo Instituto Federal (DISCENTE 01).

O curso de Serviço Social do IFCE ele surgiu já numa dinâmica contraditória, por ser o primeiro numa Rede Federal de Educação Tecnológica de ensino e por vir romper um pouco com essa dinâmica de cursos da licenciatura e da própria tecnologia. Então foi um fato novo dentro do Instituto Federal, dentro da Rede IF que era novo também, a identidade IF que naquela época ainda estava sendo gestada porque tínhamos acabado de passar pela junção dos CEFETS com as Agrotécnicas com a criação dos IFs, era muito novo a questão do nível superior, e mais novo ainda um curso das Ciências Sociais Aplicadas. Dentro dessa conjuntura o curso de Serviço Social atravessou por vários desafios tanto de se auto afirmar e tanto o movimento estudantil se constituir dentro de uma instituição como essa. Então hoje eu avalio o curso de Serviço Social de forma muito positiva, tanto porque conseguiu um certa legitimidade dentro da instituição, pra sociedade e pra região. O que vem contribuindo com a região também, não somente nos debates, mas na organização política que o curso de Serviço Social trouxe pra o município de Iguatu e regiões vizinhas que é algo que não se tinha (DISCENTE 03).

Os docentes entrevistados também possuem uma compreensão sobre o Serviço Social na mesma perspectiva dos discentes, reconhecendo a peculiaridade do curso numa

instituição de formação técnica, mas consideram um avanço a sua implantação por ser um curso público e porque promoveu no âmbito do IFCE debates antes inexistente e contribuiu para a participação estudantil nos rumos da instituição.

Acho que a implantação do curso de Serviço Social provocou inúmeras mudanças tanto na dinâmica institucional no IFCE como na cidade. No IFCE, por exemplo, o curso contribuiu em vários aspectos como no fortalecimento de uma cultura democrática, no reconhecimento institucional das demandas estudantis como direito, na transparência e democratização dos processos institucionais, no respeito às diferenças por classe, cor, gênero e orientação sexual, mas também na incorporação de debates ao ambiente acadêmico como cidadania, política, direitos, participação, feminismo, racismo, movimentos sociais, dentre outros (DOCENTE 01).

É importante também observar as contradições geradas na “interiorização” das instituições e dos cursos públicos, a exemplo do Curso de Serviço Social do IFCE. Assim, frente ao quadro de mercantilização da educação superior e os desafios postos pela atual conjuntura em formar profissionais competentes, comprometidos e críticos, apesar do avanço do conservadorismo, a ampliação da esfera pública e o fortalecimento de iniciativas nesse âmbito é fundamental (DOCENTE 02).

A análise da fala dos representantes da gestão administrativa do IFCE aponta que estes reconhecem que o curso de Serviço Social possui um direcionamento de formação profissional diferente do hegemônico no IFCE, mas isso não significa que o curso não era pra estar nessa instituição. Destacam a importância e a contribuição do mesmo para romper com essa lógica institucional e pedagógica. Afirmam que o curso contribuiu para o fomento de discussões de interesse coletivo dentro do IFCE, como também contribuiu na promoção de espaços de debate e organização política na cidade.

O curso de Serviço Social ele veio e mexeu com instituições, ele quebrou alguns conceitos, pra outras pessoas foi uma novidade, pra outros, só aprimoramento. Mas ele mexeu ele fez uma diferença na sociedade de Iguatu, nas empresas, na questão das discussões dos serviços, na questão de como tem que ser realmente a “questão” do Serviço Social. Já dentro da escola, eu já acho que motivou os alunos, levou a escola pra uma discussão maior, os professores puderam se inteirar mais de como realmente é o curso de Serviço Social. No ensino a gente teve [...] uma evolução pra “tá” se discutindo a participação do curso de Serviço Social no PDI, nas formações de grupo, os conselhos [...] (GESTÃO 01).

Eu considero o curso de Serviço Social do campus Iguatu, assim, um diferencial qualitativo importante visto que, embora ele tenha uma ramificação diferente do arranjo do campus, porque a característica principal do campus ele é mais voltado pra agropecuária, agroindústria, pras ciências agrárias e como no perfil do IFCE há abertura de cursos de licenciatura, bacharelados e engenharias. Eu considero que foi uma escolha bastante positiva visto também que o campus tem uma tendência anterior com o Desenvolvimento Social por meio do curso de técnico em Desenvolvimento Social (GESTÃO 02).

Na verdade assim no começo as pessoas até questionam o porquê do Serviço Social numa escola tecnicamente agrícola, porque a nossa identidade continua sendo agrícola, mas quando você começa a perceber o aluno de Serviço Social envolvido com as causas do campo envolvido com as ações do homem do campo entende que o homem do campo ele não só tem de reivindicar do governo, mas quando tem [...] um trabalho lá dentro de uma comunidade, resgatando culturas de uma

comunidade, quando você vê um pessoal trabalhando em reciclagem e luta também por uma qualidade de vida [...] Então, eu não vejo mais o campus Iguatu sem o curso de Serviço Social, até porque vocês vieram mais e a gente entendeu mais o papel do assistente social (GESTÃO 03).

Embora que no início o Serviço Social considerava não estar dentro do perfil da instituição, o curso a partir da perspectiva da gestão do IFCE desde a sua implantação e o seu desenvolvimento a partir da formação das duas primeiras turmas, vem conseguindo espaço e legitimidade dentro do IFCE. Ressalto uma particularidade do *campus* Iguatu, embora tenha uma formação hegemônica voltada para a área agrícola, o *campus* sempre diversificou suas áreas de formação, pois anteriormente existia o curso Técnico de Desenvolvimento Social extinto em 2011 tinha uma formação com muitas influências da Economia Doméstica, devido grande parte dos seus docentes serem formados nessa área.

O Curso Técnico em Desenvolvimento Social forma profissionais para o desempenho de atividades ligadas à contribuição para mudanças nos padrões de produção e consumo; à realização de trabalhos preventivos para redução de incidências de doenças; à promoção da melhoria de vida da criança e do adolescente; à atuação junto aos idosos, propiciando-lhe uma velhice ativa e produtiva; ao trabalho na organização de grupos de interesses coletivos, associações e cooperativas; ao estímulo de atividades de geração de emprego e renda (IFCE, 2015, s/p).

A partir desse histórico da instituição em atuar em outras áreas do conhecimento e das falas dos entrevistados da gestão administrativa do IFCE, a graduação em Serviço Social é considerada um grande diferencial por romper com a formação agrária ou tecnológica, devido ter uma formação crítica e política da realidade social. Lógico que inda existem equívocos na compreensão do Serviço Social por parte da gestão, mas esses equívocos não se limitam ao IFCE, mas são concepções que estão presentes no conjunto da própria sociedade.

É possível observar a vigência, pelo menos inicialmente, de um “senso comum institucional” pautado no “desenvolvimento social” e “empreendedorismo”, reflexo do que ainda predomina na sociedade como um todo e tem o reforço dos discursos e ideologias de desresponsabilização do Estado e culpabilização dos indivíduos por questões de ordem estrutural (PEREIRA, *et all*, 2015, p. 331).

O curso de Serviço Social obteve recentemente a nota 4 (numa escala de 1 a 5 de qualidade) no processo de reconhecimento do curso. Embora todas as contradições e críticas que perpassam sobre os processos avaliativos do MEC, esse fato é também importante no sentido de fortalecer a legitimidade do curso seja interno ao IFCE seja pra região, dada a sua condição pública.

O curso oferta semestralmente 35 vagas para ingresso via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além de mais 15 vagas disponibilizadas para transferência interna, externa e admissão de graduados e configura-se como um dos cursos mais procurados de todos os *campi* do IFCE.

É um curso noturno, com duração mínima de 08 semestres e no máximo 12 semestres e foi criado através da Resolução do IFCE nº 023 de 31 de maio de 2010 (MEC, 2015). Sobre os discentes, como já mostrado anteriormente, parte significativa é advinda de outras cidades circunvizinhas e até mesmo da capital. Sobre o corpo docente da área específica (aquelas privativas do ensino em Serviço Social), a maioria possui pós-graduação em nível de mestrado e parte significativa está cursando doutorado, sendo que 04 docentes estão na condição de afastamento oficial para cursar o doutorado.

O curso possui 3.610 hora/aula (3.110 horas) distribuídas em 2.840 disciplinas obrigatórias, 160 horas em disciplinas eletivas e 160 em atividades complementares e 450 horas de estágio supervisionado e há oferta de supervisão acadêmica de estágio e disciplina específica para acompanhamento do alunado (6º e 7º períodos). Apresenta uma carga horária de 240 horas para Trabalho de Conclusão de Curso, com disciplinas que norteiam a construção do projeto de pesquisa, presença de orientação docente e arguição do trabalho em banca pública (MEC, 2015, p. 02).

Desenvolve atividades de pesquisa e extensão através de dois núcleos de estudos, a saber: o Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social (NEPPSS) e o recém criado Núcleo de Estudos e Pesquisa de Trabalho, Questão Social e Serviço Social (NETRAS), que dão suporte às atividades de ensino e contribuem com o processo de formação profissional. Segundo informações da Coordenação do Curso de Serviço Social (IFCE, 2015), junto a esses núcleos já foram desenvolvidos 07 projetos de pesquisa e 04 projetos de extensão⁵¹ que possibilitou 54 estudantes, entre bolsistas e voluntários, tivessem acesso a essas atividades. O curso também disponibiliza do Programa de Monitoria Acadêmica⁵², sendo que atualmente o curso possui 07 monitores, oportunizando aos discentes a aproximação com a docência. As

⁵¹ Entre os projetos de pesquisa, foram concluídos: I. “O Processo de Implantação do Curso de Serviço Social no IFCE: desafios da formação profissional frente à política de expansão da educação superior no capitalismo contemporâneo”; II. “Trabalho, Organização Produtiva e Questão Social no Município de Iguatu-CE”; III. “Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social: ensino da prática e reafirmação de princípios ético-políticos profissionais”; IV. “A Violência de Cada Dia: um estudo das expressões de violência de gênero a partir das participantes do Programa Mulheres Mil do IFCE *campus* Iguatu”; V. “A Proteção Socioassistencial para Usuários de Crack e suas Famílias: os desafios da intersetorialidade”. Estão em andamento: I. “Os Espaços Sócio-ocupacionais, Tendências do Mercado de Trabalho do Serviço Social e Repercussões no Exercício Profissional na Região de Iguatu-CE”; e II. “Quando as Primeiras Damas Entram em Cena: discutindo o papel das primeiras damas da região Centro-Sul do Ceará na gestão das políticas sociais” (IFCE, 2015). No que tange aos projetos de extensão, foram concluídos: I. “Juventude e Cooperação Agrícola: a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s) no fortalecimento da agricultura familiar”; II. “Rede Iguatu de Ações Integradas Contra o Crack”; e III. “Promoção e Prevenção da Tuberculose na Vila Cajazeiras”. Esta em fase de andamento somente o projeto “Pró-Criads: articulação e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes” (IFCE, 2015).

⁵² Um total de 11 disciplinas do curso já foram contempladas pela Monitoria Acadêmica: Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV; Economia Política; Fundamentos do Pensamento Sociológico; Teoria Política I; Formação Sociohistórica e Econômica do Brasil; Política Social e Serviço Social I; e Classes, Movimentos Sociais e Serviço Social (IFCE, 2015).

monitorias, em sua maioria, estão ligadas a disciplinas do núcleo de Fundamentos do Serviço Social, mas contemplam também outros núcleos.

Lembro que os estudantes entrevistados todos apontaram que já participaram de alguma atividade de monitoria, pesquisa ou extensão. Não estou afirmando que todos os que estão ligados a essas atividades são necessariamente militantes do movimento estudantil. Destaco que os militantes entrevistados, embora estejam envolvidos na organização política estudantil, também participam de atividades também essenciais pra formação profissional, referindo-me ao tripé do ensino, pesquisa e extensão como já está previsto nas diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996). Esse aspecto destaco para desmistificar a existência de discursos do senso comum e conservadores no espaço acadêmico que afirmam que: “quem milita não estuda!”.

O Projeto Político Pedagógico do Curso (IFCE, 2013) orienta-se nas principais normativas do Serviço Social como as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão e o Código de Ética Profissional. Objetiva a formação de profissionais a atuarem as expressões da “questão social” capacitado nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que possibilite uma leitura crítica da realidade social, das políticas sociais e do exercício profissional.

A formação profissional deve subsidiar e apresentar como principais características: a capacidade crítica de analisar as relações sociais nas quais se insere o exercício profissional, permitindo decifrar sua historicidade e contradições da sociedade; a competência teórica embasado no conhecimento das vertentes teórico-filosóficas como forma de explicação da realidade social; a competência ético-política para posicionar profissional e politicamente nos espaços sócio-institucionais atendendo as diretrizes e princípios do Código de Ética Profissional; e a competência técnico-operativa para saber adotar e acionar o conhecimento, instrumentos e técnicas no exercício profissional (IFCE, 2013, p. 19).

O projeto pedagógico ainda prevê como princípios norteadores da formação a adoção da teoria social crítica para análise da realidade social; estabelece as dimensões investigativa e intervenção como centrais no processo da formação profissional; a garantia do pluralismo teórico; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; define o estágio supervisionando garantindo supervisão acadêmica e de campo; a ética como categorial transversal a todo o currículo; e ressalta a necessidade e importância da articulação da instituição e do curso com a sociedade, na perspectiva da garantia de sua função social e pública (IFCE, 2013). Além disso, as disciplinas previstas estão estruturadas a partir dos núcleos de fundamentação da formação profissionais como orienta as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

No que se refere ao Estágio Supervisionado, possui a Política de Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social do IFCE que normatiza o funcionamento do Estágio Supervisionado do curso, garantindo como um requisito obrigatório na formação profissional e a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e supervisão de campo como orienta a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (ABEPSS, 2010) e demais normativas do Serviço Social.

Destaco a matriz curricular que dispõe de disciplinas obrigatórias como: Classes Movimentos Sociais e Serviço Social (prevista no 4º período); e Relações de Gênero, Classe e Etnia (prevista no 6º período). A previsão dessas disciplinas no currículo obrigatório do significa um avanço muito grande para a formação profissional em Serviço Social, tendo em vista que muitas universidades não possuem essas disciplinas, quando possuem são ofertadas como eletivas. Além disso, isso demonstra que o curso vem acompanhando os debates promovidos no âmbito da ABEPSS e da ENESSO sobre a necessidade e a importância dessas questões serem discutidas e trabalhadas na formação profissional de forma mais permanente. Na compreensão de uma das docentes entrevistadas:

O atual PPP, em geral, está coerente com as diretrizes curriculares. Apresenta um salto qualitativo no âmbito das lacunas presentes no projeto anterior. Porém, levando também em consideração a demanda por mais professores e demais intercorrências na realidade local, existem ainda alguns aspectos que precisam ser amadurecidos e ajustados na integralização curricular - a exemplo da (re)organização de alguns componentes curriculares como o de Fundamentos do TCC, as atividades complementares, as orientações de TCC e o próprio estágio, além dos programas de algumas disciplinas, principalmente das áreas afins. Isto sem perder de vista as dimensões (ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica) que conformam o perfil profissional no PPP, com capacidade de crítica e competência nas ações junto às políticas públicas e no trato sob as expressões da questão social em suas mais diversas particularidades. Assim, como todo projeto de formação, deve ser constantemente revisto e acompanhado (DOCENTE 02).

Como toda questão da realidade social, o curso de Serviço Social do IFCE também é contraditório, pois avanços existem, mas também há fragilidades visto que não é um processo retilíneo. Mas o conhecimento dessas fragilidades é de suma importância para que se possa consolidar um curso cada vez mais de qualidade. O conhecimento dessas potencialidades e também as questões necessárias para avançar foi possibilitado a partir da pesquisa de campo através das entrevistas.

Entre as principais as potencialidades apontadas pelos entrevistados destacam-se: o projeto pedagógico do curso que segue os direcionamentos previstos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS; o próprio MESS que vem se destacando em nível de região, por sua capacidade de organização e mobilização política; o corpo docente que representa o

pluralismo profissional sem perder o compromisso ético e político com a formação profissional de qualidade; a condição pública do curso - sem dúvidas isso é um aspecto muito importante tendo em vista o contexto nacional e estadual de expansão de curso privados de Serviço Social; e a política de assistência estudantil do IFCE, embora tenha muito que avançar, consegue minimamente atender as necessidades dos estudantes.

Os maiores potenciais são o seu Projeto Político Pedagógico sintonizado com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e com o PEPSS, o próprio MESS através do qual nossos estudantes já ocuparam espaços importantes como a Coordenação Regional da ENESSO e sediaram importantes eventos como CORESS e Seminário Regional. Hoje o MESS do IFCE tem um destaque tanto nacional como na região nordeste. Mas vejo potência também nos professores tanto efetivos como substitutos e temporários, pois representa diversidade da categoria profissional (DOCENTE 01).

É importante também observar as contradições geradas na “interiorização” das instituições e dos cursos públicos, a exemplo do Curso de Serviço Social do IFCE. Assim, frente ao quadro de mercantilização da educação superior e os desafios postos pela atual conjuntura em formar profissionais competentes, comprometidos e críticos, apesar do avanço do conservadorismo, a ampliação da esfera pública e o fortalecimento de iniciativas nesse âmbito é fundamental, sendo o Curso de Serviço Social do IFCE uma importante experiência (DOCENTE 02).

O curso de serviço social do IFCE campus Iguatu apresenta primeiramente a sua definição enquanto curso público, inserido em uma instituição federal, o que na realidade cearense, em que dos 22 cursos de Serviço Social existentes no estado apenas 2 são públicos e o do IFCE é o único federal, se mostra como um grande avanço. Além disso, é um curso público situado no interior do estado, o que possibilita o ingresso de estudantes que não teriam condições de se deslocar da sua região para adentrar na universidade. E por fim é um dos poucos cursos na área de humanas que existem na região, o que dar mais possibilidades de escolha para os/as moradores da região (DISCENTE 05).

Entre as fragilidades apresentadas nas falas dos docentes, discentes e da gestão do IFCE, a mais recorrente no curso foi em relação ao reduzido quadro docente da área específica e das áreas afins (disciplinas correlatas ministradas por professores de outras áreas, como Filosofia, Sociologia e Psicologia), visto que o curso ainda não dispõe de um professor sociólogo, o que acarreta sobrecarga na carga horária docente, prejudica o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão; como também interfere nas condições de supervisão de estágio. Devido à carência de professor sociólogo no curso, isso faz com que outros docentes que não possuem formação específica lecionem essas disciplinas que fazem parte dessa área do conhecimento, o que fragiliza assim o processo de formação profissional.

Hoje no curso a fragilidade é a carência de docentes, infelizmente a gente está com um quadro completo, mas não está, há uma incoerência na fala, mas você que é discente do curso sabe que o curso está passando por uma zona instável de alguns docentes que foram afastados e que os substitutos estão aos poucos no final do semestre chegando, não chegaram todos ainda, então realmente a gente teve um semestre com dificuldade e espero que no próximo semestre essa dificuldade seja resolvida. Mas acho que hoje a dificuldade do curso de Serviço Social é a carência de docentes (GESTÃO 02).

Fragilidades é justamente essa questão do corpo docente, nós temos disciplinas como estágio supervisionado sem professores que é muito complicado, claro que existem questões externas, mas [...] não justifica a gente não ter sequer supervisor acadêmico que seria professor da disciplina, então eu acho que nesse momento a ausência dos docentes é uma fragilidade (DISCENTE 01).

É uma limitação essa falta de professores, e aí muitas vezes nos estamos sofrendo pela falta de professores pela burocracia da instituição, pela centralização da instituição em outras instancias, não conseguimos andar no processo de contratação de professores, enfim, eu vejo isso como um limite “pro” curso (DISCENTE 03).

Esse aspecto da carência de professores mostra outra dificuldade enfrentada no âmbito do IFCE que se refere à centralização dos processos de concurso, seleção e contratação em nível de reitoria, seja para contratação de professores substitutos e temporários, quanto o processo de seleção do Programa de Monitoria Acadêmica. Isso aponta uma necessidade de descentralização das atividades e democratização interna; quanto maior autonomia administrativa e pedagógica aos *campi*, estes hoje dependentes da Reitoria.

As outras fragilidades apontadas referem-se: ao estágio supervisionado, seja no processo de supervisão, quanto nas dificuldades encontradas nos campos de estágio; no acompanhamento dos egressos do curso para conhecer a situação dos profissionais aqui formados e quais campos de trabalho estão inseridos; e a cultura com sua lógica institucional ainda colocam alguns limites para o curso.

Essa questão de estágio [...] ainda tá se caminhando, se construindo, somente no último semestre foi construído um Manual de Estágio, do que o estágio necessita enfim, dos trabalhos que precisam ser feitos. Eu acho que o curso de Serviço Social do IFCE tem o horizonte nas diretrizes e tá caminhando pra elas (DISCENTE 01).

O curso apresenta como fragilidade a sua inserção em uma instituição que ainda demonstra um caráter tecnicista de modelo educacional, que muitas vezes não compreende a educação como um processo mais amplo, que não acontece apenas nos limites da sala de aula e que possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico a respeito da realidade e da atuação dos/as estudantes. Entretanto é a existência do curso que vem forçando o rompimento com esse modelo tecnicista da instituição e essa é uma outra potencialidade (DISCENTE 05).

A gente tem procurado saber, esse feedback ainda é pouco, precisamos saber mais, então precisamos depois estudar essa parte o que o nosso ex-aluno “tá” fazendo lá fora pra saber e estruturar (GESTÃO 01).

Embora as dificuldades e fragilidades apresentadas no curso, os discentes consideram que o curso vem conseguindo garantir uma formação profissional crítica como prevê a categoria profissional de acordo com as diretrizes curriculares. O curso vem possibilitando atividades de pesquisa e extensão, mesmo que ainda em números maiores.

Acredito que vem sendo garantindo sim uma formação qualificada de acordo com as diretrizes curriculares, há limitações no que tange a pesquisa e a extensão no tripé da formação profissional, realmente tem sido uma fragilidade [...] pela

própria fragilidade do quadro docente, daí a fragilidade da própria quantidade de vagas (DISCENTE 02).

Eu acho que atende sim ao que a categoria nos aponta, eu acho algumas questões operacionais precisam ser revistas sabe, alguns conteúdos mesmos que estão se repetindo, algumas questões mais operacionais sabe, não é grade, não é as disciplinas que estão dispostas, eu acho que esse conjunto proporciona sim teoricamente que o aluno saia daqui minimamente com condições teóricas, com condições prático-operativas, condições éticas inclusive de exercer o Serviço Social, de exercer o Serviço Social enquanto profissão (DISCENTE 03).

Apesar dos inúmeros desafios de um curso ainda recente, eu avalio que uma formação de qualidade, embasada nos referenciais teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, vem sendo garantida. O que não quer dizer que não haja fragilidades como o número insuficiente de realização de projetos de pesquisa e extensão, as dificuldades em se garantir os estágios supervisionados e dentre outras. Entretanto, o curso já se mostra como um curso de referência na região centro-sul e também no estado do Ceará (DISCENTE 05).

Essa avaliação positiva sobre a formação profissional do curso de Serviço Social não é feita somente pelos discentes, mas também pela gestão administrativa do IFCE que percebe o nível da formação do curso através dos estudantes, pela capacidade de organização, reivindicação e mobilização, pela participação nos debates e processos internos do IFCE que demonstram também a formação política dos discentes. Ao mesmo tempo, as falas da gestão sobre a formação profissional do curso elas revelam também as concepções destes sobre o corpo discente.

O curso de Serviço Social, o estudante ele é diferenciado, eu “tô” falando diferenciado no sentido das ações, no sentido da participação do nosso aluno, eu não sei se pela característica do próprio curso ele se destaca. Quando você vai fazer qualquer atividade com o curso de Serviço Social os alunos são muito organizados, eles já provaram isso nos eventos que tivemos aqui realizados, nas ações do dia-a-dia, até mesmo nas ultimas discussões, assembleias de questionamentos agora com professores, com a falta de professores, posicionamento dos estudantes foi bem saudável, uma discussão bem elevada, isso mostra o nível de discussão dos nossos alunos de Serviço Social, eles procuram não deixar os temas mais importantes passarem em branco. Eles sempre estão participando das atividades da instituição, estão sempre muito ligados naquilo que é direito, naquilo que é dever, trabalham também pra aquilo que é pra melhoria da instituição, então ele é um pouco diferenciado, diferenciado nesse sentido, mais politizado vamos dizer assim, e os alunos de Serviço Social eles tem essa característica (GESTÃO 01).

Acho os alunos do Serviço Social autônomos, politizados, destemidos, independentes e ai assim conscientes do papel. [...] Um diferencial no Serviço Social né a gente ver um movimento organizado como todas as agremiações eu acredito que tenha, embora eu não acompanhe muito, mas percebo que ainda existe essa organização, ainda existe um grupo que puxa as discussões, ainda existe um grupo que chama as pessoas pra conversar, existe um grupo que decide junto, ainda é o curso que tá organizado nesse sentido aqui no campus Iguatu (GESTÃO 02).

De acordo com as falas tanto das docentes e principalmente dos discentes, percebo que estes não possuem uma *leitura romântica* do curso de Serviço Social, apresentando suas fragilidades, dificuldades e compreendem a lógica na qual o curso está inserido, mas sem cair

em fatalismos. Os discentes ressaltam a importância do curso e da formação profissional por sua condição pública.

A partir de uma perspectiva de totalidade da realidade, ressalto que a lógica produtivista com foco no desenvolvimento econômico não está somente nos institutos federais, mas também na própria universidade, seja nas parecerias público-privadas, no financiamento de pesquisas por empresas privadas, no *produtivismo* acadêmico que precariza o trabalho docente, dentre outros aspectos. Essa questão é importante ser ressaltada para não cair em análises que em sua maioria caminham para uma “satanização” dos institutos, pois essa lógica é hegemônica na política de educação superior. Dessa forma, as universidades não estão isentas desse processo, na verdade essa lógica é intrínseca a sua origem.

A universidade surge para atender uma dupla carência: de um lado, a necessidade de preparação e formação dos filhos das classes dominantes para os novos desafios da administração racional e consistente do capital; do outro, a exigência de formação de mão de obra segundo os imperativos de comando do capital sobre o trabalho. De forma geral e abrangente, a universidade funciona como mediação fundamental da subordinação da nascente classe operária aos preceitos de controle da burguesia nacional e internacional, constituindo-se como imperativo fundamental do processo de formação de uma espiritualidade operária submissa aos imperativos do capital (SANTOS NETO, 2014, p. 95-96).

O debate sobre os institutos e as universidades pode ser relacionado com o conceito de Estado ampliado de Gramsci, em que o Estado não é somente composto por interesses da classe dominante, embora seja esta que esteja na direção política. Ele, o Estado, “deixou de ser o instrumento exclusivo de uma classe para se converter na arena privilegiada da luta de classes” (COUTINHO, 2008, p. 29). Devem ser analisados os institutos e as universidades na qual o próprio movimento estudantil se coloca como um dos sujeitos coletivos que possuem sua ação política pautada na disputa contra-hegemônica desses espaços do Estado.

O Estado é a esfera em que se efetiva a unificação e o exercício do domínio burguês [mas] é necessário explicitar as mediações dessa relação. Para o marxista italiano, o Estado não era somente o aparelho repressivo da burguesia; ele principalmente incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura. E hegemonia para Gramsci não equivale à pura dominação, mas à direção social baseada num certo consenso e aceitação dos setores populares (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 45) – os grifos são meus.

A partir do que foi apresentado acima sobre formação profissional, ressalto que esta ocupa um local estratégico para a formação de um perfil profissional crítico, propositivo e criativo. Particularizando a formação profissional do Serviço Social do IFCE, embora muitas dificuldades e fragilidades enfrentadas, o curso configura-se na contramão do perfil de formação hegemônica, assim, configura-se como um avanço dada a sua resistência política expressa no perfil de formação visivelmente percebida entre os estudantes. Formação que

segue um projeto profissional crítico, fruto de um processo sociohistórico que aponta “que o assistente social se revele como um profissional capaz de desvendar os processos em sua totalidade, identificando as particularidades que o Brasil assumiu e ainda assume no contexto capitalista mundial (ORTIZ, 2013, p. 15).

Podemos assim perceber que o perfil do estudante de Serviço Social revela, muitas vezes, a formação profissional percebida na sua capacidade de leitura da realidade social e dos seus processos constitutivos, além da sua capacidade de mobilização e organização coletiva, o que evidencia dessa forma a dimensão política constitutiva da profissão, seja na formação e no exercício profissional.

Nesse sentido que no próximo item será abordado o processo de organização política estudantil do curso de Serviço Social do IFCE no intuito de compreender a sua configuração a partir da realidade local vista sob a ótica dos sujeitos coletivos que contribuem ou contribuíram com o movimento estudantil do curso.

3.3. Organização Política Estudantil de Serviço Social do IFCE: elementos para entender a formação político-profissional

A concepção defendida aqui de formação profissional compreende esta como processo permanente, contínuo e processual que tem como momento privilegiado a graduação, mas nela não se esgota. É indissociável de uma formação política dada a peculiaridade da profissão nas relações sociais de produção capitalista e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho.

A participação no movimento estudantil permite a formação de uma consciência crítica a respeito da profissão e das mais diversas questões da sociedade, contribuindo na formação do Assistente Social e assim, interferindo nas escolhas ético-políticas e profissionais feitas no cotidiano do exercício da profissão. Partindo deste pressuposto estamos nos propondo a analisar o MESS e sua importância na formação ético-política do (a) estudante de Serviço Social (RODRIGUES, 2008, p. 17).

A partir disso o foco da análise será o movimento estudantil em Serviço Social do IFCE com o intuito de mostrar alguns elementos da realidade local, o processo de organização e implantação do Centro Acadêmico, principais lutas, articulações e possibilidades que marcam a recente trajetória no curso, mas que já se coloca como um sujeito coletivo de fundamental importância para fortalecimento da formação profissional na instituição.

Atualmente o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) conta com quatro anos de existência e está na sua quarta gestão (2015-2016 – *Força para Lutar e Coragem para Seguir*), mas tem sua origem na vontade coletiva dos estudantes se organizarem em torno de um projeto político em torno de uma entidade estudantil local que representasse os interesses dos estudantes em garantir uma formação profissional de qualidade, crítica e articulada com os direcionamentos assumidos pela profissão nas suas entidades representativas (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO).

Duas das estudantes entrevistadas participaram da primeira gestão do CASS (2001-2012 – *Nada Deve Parecer Ser Impossível de Mudar*). As mesmas colocam as principais motivações que levaram os estudantes a criarem o CASS logo a partir da entrada da segunda turma que ingressou no primeiro semestre de 2011. Um aspecto é comum na fala de ambas: a organização do movimento estudantil e a criação do CASS é resultado de uma vontade coletiva de defender uma formação profissional de qualidade com direcionamento político, dadas às várias dificuldades enfrentadas no curso com a sua implantação presentes já na primeira turma que ingressou. O primeiro ano de implantação do curso apresentou vários elementos que são indispensáveis para que se compreenda a organização inicial do movimento estudantil do IFCE.

Um primeiro aspecto refere-se à recente transformação das Escolas Agrotécnicas em Institutos Federais e com ela a inserção também dos cursos de nível superior. Foi uma organização institucional muito nova em que ingressou o curso de Serviço Social. Consequentemente inexistia formação de organização estudantil no campus, pois o Grêmio Estudantil do ensino médio (ainda ligado à Escola Agrotécnica), desde 2009, estava desativado.

O reduzido quadro de docentes de Serviço Social é uma questão que acompanha o curso desde a sua implantação. Isso foi um dos principais fatores que demonstrou a necessidade da organização do movimento estudantil no instituto. De um lado, marcou a sobrecarga de trabalho das docentes com formação em Serviço Social no primeiro ano de implantação, pois tiveram que lecionar disciplinas ligadas à Sociologia, Filosofia e Antropologia, tendo em vista a inexistência de professores com formação específica nessas áreas. Por outro, essa questão impossibilitou o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, como percebemos em uma das solicitações estudantis enviadas à direção local do IFCE.

No que se refere especialmente aos recursos humanos o curso apresenta deficiências que tem gerado complicações como a sobrecarga de atribuições dos/as docentes, atraso na conclusão das disciplinas e uma oferta reduzida de atividades

complementares, como é o caso da pesquisa e da extensão, as quais o curso se propõe. Há pelo menos dezoito meses a necessidade de professores/as das áreas afins (como é o caso da Filosofia) e específicas tem sido apresentada pelos/as discentes (por meio de abaixo assinado, notas, e diálogo com a Direção) e pela Coordenação do mencionado curso. Os/as estudantes vêm manifestar sua compreensão política diante das promessas ainda não cumpridas, exemplo disso é fato de até o presente momento o curso, e a instituição como um todo, ainda não contar com um/a profissional habilitado/a em filosofia, o que sobrecarga os/as profissionais atuantes que para suprir a demanda se veem na condição de lecionar disciplinas as quais não tem formação específica (CASS, 2013, s/p).

Esses aspectos são essenciais para que se compreendam as inquietações do conjunto dos estudantes e preocupação com a garantia da formação profissional de qualidade, compromisso e pauta de luta assumida pelo movimento estudantil do curso logo nos primeiros anos de sua implantação como mostra as falas dos discentes a seguir.

No começo, as poucas professoras que assumiram como assistentes sociais tiveram que “dá” aula de filosofia, sociologia, antropologia... As aulas das específicas, dadas pela primeira vez por alguns, deixaram muito a desejar, e a consolidação, “dá a cara” do curso, superior e de humanas, para a instituição foi um desafio, já que o instituto é uma instituição de caráter tecnológico e que a pouco tempo está ofertando cursos superiores (DISCENTE 04).

No que diz respeito ao ensino, o curso conta com um quadro de professores/as qualificados/as, críticos/as e comprometidos/as com o curso, mas a constante caracterização de um quadro incompleto de professores/as comprometeu por muitas vezes as condições de ensino, e até mesmo o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Por um bom tempo o curso não contava com professores das áreas afins e até hoje não conta com professor/a de sociologia, o que precarizou as condições de trabalho das professoras da área específica, que tiveram que se desdobrar para garantir essas disciplinas. De toda forma, na minha avaliação, o compromisso dos/as professores/as, mesmo com a falta de estrutura, vem garantindo um ensino e uma formação profissional de qualidade (DISCENTE 05).

É notório que a demanda por docentes, seja da área de Serviço Social, quanto das áreas afins (atualmente a demanda é da área de Sociologia), acompanha toda a trajetória do curso, mas o reduzido quadro docente não se restringe somente ao mesmo. A própria expansão dos institutos precariza o trabalho docente em que as universidades também estão submetidas. Na compreensão de Arcary (2015), a criação e expansão das unidades dos institutos federais marcou uma reforma da educação profissional no Brasil que, ao mesmo tempo, garantiu resistências, gerou também, precarização do trabalho docente.

Os sacrifícios vividos pelos professores, técnicos administrativos e até pelos gestores que viveram estes sucessivos processos de reforma, entre 1996 e 2014 - portanto, quase vinte anos - foram indescritíveis. Acima de tudo, porque nunca se trabalhou tanto. A reforma exigiu o deslocamento de algo próximo de, pelo menos, dependendo de cada Estado, 20% dos professores da sala de aula para a gestão das unidades descentralizadas nos interiores dos Estados. Esta promoção para a gestão permitiu diminuir resistências, mas teve como consequência, simetricamente, um aumento da precarização da força de trabalho. Uma forte desestabilização nos Institutos, com uma ampliação do número de professores temporários, com contratos não renováveis depois de dois anos, que superou os 30% em muitos Institutos (ARCARY, 2015, p. 09).

Há vários estudos que demonstram que a precarização do trabalho docente não somente aos na rede federal dos institutos, mas também nas universidades, principalmente com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) que, consolidando uma das principais características da contrarreforma universitária, impactou diretamente nas condições de trabalho docente (SANTOS NETO, 2014).

Em meio a essa situação em que se encontrava o curso logo após a sua implantação, a primeira turma logo no seu semestre inicial participou do VI Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SRFPMESS), realizado no período de 13 a 15 de novembro de 2010, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *campus* de João Pessoa.

O Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SRFPMESS) caracteriza-se como um espaço de contribuição à formação profissional e ético-política das (os) estudantes de Serviço Social a nível regional, através da realização de palestras, oficinas e apresentações culturais com discussões de temas pertinentes à formação nesses âmbitos. Constitui-se, ainda, espaço de incentivo à produção científica na área, a partir da construção de momentos destinados à apresentação de trabalhos pelas (os) participantes envolvidas (os). Ao mesmo tempo, o SRFPMESS, visa intensificar a articulação e organização do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) através da permutação dos diversos sujeitos envolvidos nesses processos (ENESSO, 2010, s/p.).

Por se tratar de um evento regional, o Seminário reuniu escolas de Serviço Social da Região II da ENESSO (Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco) e configurou-se como o primeiro encontro de organização do MESS em que houve participação dos discentes do curso de Serviço Social do IFCE. Tal participação contribuiu para fomentar entre os estudantes do curso a necessidade de se consolidar o movimento estudantil e com ele a criação do Centro Acadêmico, como se percebe nas seguintes falas.

O Seminário Regional foi o primeiro encontro do Serviço Social que nós fomos, então nós voltamos de lá chocados com o que nós vivenciamos (risos), aflitos, eufóricos e tudo isso junto. Chocados porque nós nunca tínhamos visto tanta diversidade, tanta gente diferente, nós nunca tínhamos visto estudantes tão politizados, eu lembro que a coisa que mais me chamou atenção nas mesas eram os estudantes de terceiro, quarto, quinto semestre a forma como eles falavam, a forma como eles se posicionavam aquilo me chamou muita atenção tendo em vista que nós nunca tínhamos tido contato nenhum com estudante de Serviço Social. Então aquele momento do Seminário Regional foi essencial para construção do Centro Acadêmico e na construção do movimento estudantil daqui do IFCE, porque nós vislumbramos outras possibilidades (DISCENTE 03).

A organização dos estudantes de Serviço Social no IFCE se dá desde o primeiro semestre, quando formamos a comissão pró-centro pra a partir daí elegermos o CORETUR e a chapa para CA. Esse processo foi motivado já pela nossa participação no nosso primeiro encontro em dois, três meses de aula, que foi o VI SRFPMESS em João Pessoa (DISCENTE 04).

Posteriormente acontece o XXXIV Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS) entre 21 e 24 de abril de 2011 na Universidade Estadual do Ceará (UECE),

em Fortaleza. Configurou-se o segundo encontro do movimento estudantil que o curso de Serviço Social do IFCE garantiu participação e que antecedeu a criação do centro acadêmico. A partir daí os estudantes do curso sempre vem garantindo a sua participação nos fóruns do movimento estudantil promovidos pela ENESSO, principalmente os de nível regional, mas também em alguns espaços nacionais, por entender a importância política desses momentos tanto pra organização local do movimento quanto o fortalecimento do MESS a nível nacional.

O ERESS, já na segunda turma, já não era o nosso primeiro encontro, mas ele veio consolidar assim, amadurecer a nossa ideia de Centro Acadêmico, foi também uma troca de experiências nesses encontros que nós fomos, nós tivemos a possibilidade de conversar com outras pessoas que estavam no oitavo semestre, no sétimo semestre. Nós participamos ali do que estava sendo debatido sobre ENADE, a própria questão dos cursos à distancia, todas as pautas que o movimento estudantil estava vivenciando ali (DISCENTE 03).

A partir disso, pode-se afirmar que o movimento estudantil de Serviço Social do IFCE é resultado de condições objetivas em que se encontravam o curso logo com a sua implantação, como também da vontade política dos sujeitos coletivos que a partir dos fóruns da ENESSO sentiram a necessidade de consolidar uma organização política estudantil que contribuísse com a formação profissional dos discentes. Fomentou-se no curso a importância do Centro Acadêmico como espaço de pautar as bandeiras de lutas dos estudantes.

Montou-se uma Comissão Pró-Centro Acadêmico que conduziu os processos de articulação e construção de proposta de estatuto e convocação das assembleias estudantis para que fosse garantido o debate e os encaminhamentos coletivos. Nesse processo de construção do Centro Acadêmico, ainda no primeiro semestre de 2011, foi realizado um Curso de Formação Política sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social com o apoio e contribuições de militantes⁵³ do curso de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio de Juazeiro do Norte que na época tinha grande referência de organização estudantil, embora fosse uma instituição privada. As pautas desse curso de formação política estiveram em torno sobre a importância do movimento estudantil e sua relação com a formação profissional em Serviço Social; a ENESSO, seu histórico, organização e fóruns organizativos e deliberativos; além de discutir sobre os CAs.

Ficamos sabendo que um movimento estudantil muito organizado, era o da Leão Sampaio, mesmo sendo uma instituição privada na época, o que infelizmente não é hoje, mas na época era um movimento muito organizado, político que participava dos eventos, que estava na luta que estava construindo com outros movimentos sociais e que estava disposto a construir outros Centros Acadêmicos. Nós juntamos algumas pessoas que tinham mais interesse e articulamos com o pessoal do Centro

⁵³ Uma dessas estudantes da Faculdade Leão Sampaio que facilitou um dos espaços do Curso de Formação Política era da Coordenação Regional da ENESSO gestão 2011-2012 “Com meu posso e com teu quero, vamos junt@s”. Mais informações em: <<http://enessor2.xpg.uol.com.br/apresentacao-da-coordenacao-regional-da-enesso.html>> Acesso em 01/11/2015.

Acadêmico da Leão Sampaio pra vir dar uma formação aqui sobre o movimento estudantil, ate então nós não tínhamos nada enfim. Trouxemos um pessoal da gestão, três pessoas da gestão de lá e foram dois dias de encontro e ai foi aberto pra todos os estudantes claro que nem todos participaram por questões mais objetivas, outros porque nunca despertaram interesse pelo movimento estudantil e isso nos aguçou muito porque as meninas nos trouxeram como estavam as pautas do movimento estudantil de serviço social da época, como se organizavam, como era uma estrutura bacana de centro acadêmico (DISCENTE 03).

Em junho de 2011 é aprovado e criado o Centro Acadêmico. Atualmente o CASS é composto por 05 coordenações, a saber: Coordenação de Formação Profissional; Coordenação de Comunicação e Imprensa; Coordenação de Formação Política; Coordenação de Finanças; e Coordenação de Cultura, sendo que cada gestão possui um 01 ano de duração (CASS, 2011). Em sua estrutura o CASS não possui o cargo de presidente, muito comum em algumas entidades estudantis, mas o mesmo seguiu as orientações e os debates fomentados no âmbito da ENESSO para organizar os CAs em coordenações, para sempre priorizar decisões coletivas e sem uma estrutura hierárquica. Também compõe o Centro o Conselho de Representantes de Turmas (CORETUR), formado por 02 estudantes de cada turma que também constroem o movimento estudantil juntamente com a gestão diretora do CA.

A criação do CASS representou a consolidação de uma organização mais coletiva dos estudantes em torno de uma entidade e marcou o início do movimento estudantil de Serviço Social do IFCE. A partir desse momento, foram várias pautas que o CASS começou a pautar e organizar no curso e no IFCE.

O CASS, logo após a sua criação, através da sua primeira gestão “*Nada Deve Ser Impossível de Mudar*”, inaugurou no IFCE a realização de debates de temas de interesse coletivo organizado pelos discentes e por entender que muitos temas complementam a formação político-profissional dos estudantes. Entre esses giravam em torno do debate da educação pública, suas configurações no cenário contemporâneo e o projeto de educação defendido pela classe trabalhadora; foi realizado também, em parceria com o Centro Acadêmico de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Iguatu, um Seminário sobre Violência contra a Mulher a partir da Lei Maria da Penha. Destaca-se o debate fomentado em torno da Assistência Estudantil do IFCE, dadas algumas fragilidades encontradas na época, principalmente o desconhecimento do coletivo dos estudantes sobre essa política, visto que na época não era divulgada.

Assim que adentramos no curso, no inicio de 2011, ela não era nem divulgada, os/as estudantes se quer sabiam da existência da assistência estudantil enquanto direito. Descobrimos por acaso quando uma colega de sala iria abandonar o curso por falta de condições e em última instância descobriu os benefícios da assistência estudantil. A partir daí começamos a divulgar e a cobrar que essas informações fossem divulgadas (DISCENTE 05).

Foi a partir da organização estudantil do Curso de Serviço Social que se fomentou um debate sobre assistência estudantil entendida como um direito e não um “favor”, além disso, demonstrou a necessidade de publicação dessa política, bem como processos de seleção regidos por editais. Nesse sentido, corroboro com a análise de Pinto (2015), que coloca a política de assistência estudantil na perspectiva do direito inserida dos processos de tensionamentos entre segmentos estudantis e o Estado na luta pela permanência estudantil.

Destaco também a participação do CASS nas lutas do movimento sindical do IFCE através das greves vivenciadas nos anos de 2011 e 2012, na qual o movimento do Serviço Social participou diretamente da construção das lutas e atividades organizadas pelo movimento e até do comando de greve (CASS, 2011). Reafirmando a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade como pauta também da ENESSO, do Conjunto CFESS-CRESS, da ABEPSS e de outras entidades e movimentos sociais.

Construímos duas greves nacionais das universidades e institutos federais e duas greves estudantis. Participamos de atividades gerais também como o Plebiscito Popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político. Participamos dos congressos da UNE [...]. Participação nos EIV's (Estágio Interdisciplinar de Vivência) em uma aproximação com os movimentos do campo e de juventude. Participamos das conferências municipais das políticas sociais (DISCENTE 05).

A fala acima destacada explicita que o MESS do IFCE não limita somente ao curso de Serviço Social. Pelo contrário, embora este sujeito coletivo esteja ligado diretamente ao IFCE, o movimento estudantil, enquanto movimento social, dialoga com as pautas mais gerais da sociedade, tendo em vista que as demandas da classe trabalhadora também são dos estudantes. Dimensão esta também assumida pela ENESSO:

Nós, estudantes organizados/as na ENESSO, colocamo-nos na defesa e nas trincheiras da luta da classe trabalhadora, fortalecendo a luta dos movimentos sociais, ocupando as ruas, contribuindo nas greves por todo o Brasil, mostrando-nos combatentes no intuito de romper com ciclo da sociabilidade burguesa, agregamo-nos, para tal objetivo, ao lado das organizações/partidos de luta e dos movimentos sociais que tenham caráter classista e que sejam agentes transformadores desta sociedade (ENESSO, 2012, p. 43).

A segunda gestão do CASS “*Resistir, Ser Plural*” organizou e sediou o XXXV Conselho de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS) que foi realizado no período de 13 a 16 de dezembro de 2012 e reuniu representantes de CAs e Diretórios Acadêmicos (DA) de Serviço Social da Região II da ENESSO para construir coletivamente a programação e metodologia do Encontro Regional de Serviço Social (ERESS) a ser sediado pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) em 2013. A realização do CORESS no IFCE *campus* Iguatu foi considerado o primeiro fórum organizativo e deliberativo da

ENESSO sediado e deve ser compreendido como a materialização da articulação política do MESS do IFCE com as bandeiras de lutas da ENESSO.

Também logo nos engajamos com as instâncias e bandeiras da ENESSO, sempre participando dos encontros, formando chapa e gestões, sediando encontros importantes e claro, fortalecendo as bandeiras da executiva, como as campanhas de combate a opressões e fortalecendo o debate quanto a formação profissional, para assim construirmos um curso que forme profissionais críticos para intervir na realidade (DISCENTE 04).

A estudante destaca um elemento importante para compreender o MESS do IFCE, visto que essa articulação política não se dá somente desses fóruns deliberativos e organizativos, mas também na construção das bandeiras de luta da ENESSO no cotidiano do curso, na defesa da formação profissional de qualidade, consequentemente na defesa de um Projeto Profissional crítico como direciona também as demais entidades do Serviço Social.

O processo concomitante de construção do curso com a construção do MESS no IFCE foi muito significativo, já que estávamos pautando as mesmas causas, estávamos caminhando para um mesmo fim, construir um curso que estivesse junto com os demais direcionamento da profissão, ou seja, baseado nas diretrizes curriculares da ABEPSS, com o PEPSS, com as bandeiras da ENESSO, em defesa de uma formação de qualidade, em defesa das pautas que acumulam para a classe trabalhadora, para a coletividade. Esse processo foi muito rico, construir algo que se perpetua e se fortalece até hoje, é gratificante (DISCENTE 04).

Em janeiro de 2014 teve outro marco para organização estudantil de Serviço Social do IFCE, pois nesse período ocorreu uma paralisação do curso aprovada majoritariamente em Assembleia Estudantil realizada no dia 13, devido o semestre a época ter se iniciado com 10 disciplinas sem professor. Esta situação se colocou como a principal demanda estudantil naquele momento, além de outras questões referentes à infraestrutura e à assistência estudantil. Embora fosse uma paralisação de um curso período (01 semana), mas foi suficiente para mostrar a força da organização e mobilização estudantil do curso. Foram realizadas várias atividades que reivindicavam a necessidade de realização de concurso público para docente da área de Serviço Social e áreas afins, além de maiores investimentos em infraestrutura e na assistência estudantil.

Nós já tivemos aí duas experiências de paralisações magníficas estudantis, uma construída no início do ano passado e uma construída nesse ano que provam cada vez mais o caráter e a força do movimento estudantil dentro dessa instituição (DISCENTE 01).

Entre as atividades estavam: ato público, panfletagem, divulgação da paralisação nas rádios de Iguatu; realização de debates junto aos estudantes; e reuniões realizadas com coordenação/colegiado do curso e gestão administrativa do IFCE através da Direção-geral do campus e Reitoria. Tal paralisação contou com o apoio das entidades do Serviço Social e demais entidades e sindicatos que solidarizaram com a luta.

A carência de professores/as é uma realidade constante na recente história do Curso de Serviço Social do IFCE, atualmente com cerca de 10 disciplinas em aberto. A importância do fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, como base para uma formação qualificada conforme aponta as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para os Cursos de Serviço Social, perpassa primordialmente pela presença de professores/as capazes de se dedicarem à prática docente. A figura do/a professor/a substituto/ na verdade reforça, a partir do vínculo precarizado de trabalho, a impossibilidade de se garantir a efetivação da pesquisa e da extensão com continuidade. Professores/as substitutos/as permanecem na instituição por um prazo determinado de 01 (um) ano com possibilidade de prorrogação por mais 01 (um) ano. Tal realidade permite uma mudança constante no quadro docente e compromete a efetivação de uma formação profissional de qualidade. Além de ser, a realização de concurso público, fundamental para o enfrentamento da precarização do trabalho tão presente em nossa realidade (CRESS, 2014, s/p.).

Essa paralisação demonstrou a preocupação do MESS do IFCE com a garantia da formação profissional de qualidade, na qual a existência de professores é uma condição básica para o ensino e as atividades de pesquisa e extensão. Além disso, a paralisação fortaleceu a articulação do movimento estudantil com a categoria profissional de Serviço Social, articulação esta indispensável para defesa do Projeto Ético Político do Serviço Social e expressa o compromisso coletivo das entidades com a educação pública e de qualidade.

A articulação entre essas entidades e o nível de organização dos segmentos profissional e estudantil é referendada como um patrimônio político, historicamente conquistado na profissão e que contribui efetivamente para a construção de uma cultura política democrática no âmbito do Serviço Social (RAMOS, 2011, p. 114).

No período de 21 a 23 de novembro de 2014 é realizado o VIII Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SRFPMESS) já na terceira gestão do CASS *“É preciso Não Ter Medo, é Preciso Ter a Coragem de Dizer”*. O seminário teve como tema “O Movimento Estudantil de Serviço Social na defesa da formação profissional de qualidade” e contou com a participação de mais de 400 estudantes. As discussões giraram em torno das lutas e movimentos sociais na conjuntura atual; os desafios postos para a formação profissional e as particularidades do curso de Serviço Social do IFCE; das contribuições do movimento para a formação profissional; e contou ainda com apresentação de trabalhos de estudantes da Região II da ENESSO.

A realização desses fóruns organizativos e deliberativos, no âmbito do IFCE, contribuiu para o fortalecimento do curso de Serviço Social bem como do movimento estudantil, demonstram também que o coletivo estudantil se reconhece nas bandeiras de luta da ENESSO⁵⁴ e constroem através da ação política a disputa e a defesa da formação

⁵⁴ Lembro que o MESS do IFCE já teve participação direta da ENESSO através de duas gestões na Coordenação Regional, na gestão 2013-2014 *“Não é [só] voz de violão, clarinete, pianola! É voz de gente”* com 02 estudantes do IFCE: Raí Vieira Soares e Raissa Araújo de Sousa Rodrigues. E na gestão 2014-2015 *“A luta é direito de fazer um mundo novo”* com 03 estudantes: Raí Vieira Soares, Samilly Elise de Souza Silva e Francisco Breno Soares Cavalcante.

profissional de qualidade. É nesse sentido que em junho de 2015, na gestão do CASS “*Força para Lutar e Coragem para Seguir*”, que se realiza uma a segunda paralisação estudantil do curso, novamente motivada pela demanda de professores da área de Serviço Social e das áreas afins (Sociologia). Isso demonstra que a luta estudantil em defesa da formação profissional é uma constante do curso de Serviço Social e uma pauta central para a organização política estudantil.

A relação do MESS com a direção administrativa do IFCE é permeada por alguns diálogos, embates e momentos de resistências por parte da gestão. Pelas entrevistas, tanto com os estudantes e os representantes da instituição, foi possível perceber que com o desenvolvimento do curso os conflitos entre o MESS e direção do IFCE estão reduzindo, isso não quer dizer que atualmente não existem resistências ao movimento estudantil. As resistências que ainda persistem na instituição com o movimento estudantil estão ligadas à lógica institucional que impõe dificuldades e limitações a um curso da área de humanas, como também, a inexistência de trajetórias de organização estudantil anteriores à implantação do curso de Serviço Social. O movimento estudantil do curso vem contribuindo para essa mudança de concepções dentro da instituição.

Essa mudança está associada ao entendimento por parte da direção do IFCE sobre o que significa o movimento estudantil e suas pautas, o que coloca a necessidade de discussões mais coletivas, espaços mais democráticos de participação dos estudantes na instituição para que seja estabelecido um canal de dialogo permanente com o coletivo estudantil, sem perder o caráter da autonomia e da luta que deve ser protagonizada pelos estudantes, como se percebe na fala a seguir de um dos discentes entrevistados.

Na minha avaliação é mais comum os estudantes buscarem e cobrem as diretorias, do que estas procurarem os estudantes para discutir juntos ou para ouvi-los. Então de certa forma o dialogo acontece, mas acontecem por conta da pressão dos/as estudantes. E quando só o diálogo não funcionou, os estudantes de serviço social nunca de furtaram de buscar intervenções mais incisivas. A exemplo disso, podemos citar, as duas greves estudantis já puxadas pelo curso, que obtiveram ganhos concretos, como concurso para professores/as efetivos/as. De uma forma geral, todas as conquistas vieram com luta e pressão protagonizadas pelos estudantes, nada veio de forma fácil (DISCENTE 05).

No que se refere à participação estudantil no Colegiado de Serviço Social, a representação discente é formada por dois discentes, sendo um titular e o outro suplente. Entre as questões que mais se destacaram nas entrevistas junto aos estudantes trata da necessidade da maior representação estudantil no colegiado, tendo que a representação atual ainda é muito reduzida, na perspectiva de democratizar e tornar esse espaço mais coletivo.

A outra questão coloca a importância de qualificar a participação estudantil no colegiado do curso, não no sentido de dizer que a atual representação não é qualificada, trata dos estudantes terem maior incidência política para poder disputar esse espaço também legítimo para discutir as demandas dos estudantes, pois muitas vezes a representação discente participa somente para repassar informações e outros avisos, como também, em alguns casos, ser somente ouvinte durante as reuniões. Por esse motivo, que há necessidade de fortalecer essa representação discente e qualificar essa participação para proporcionar maior legitimidade as demandas e organização política dos estudantes nesse espaço de disputa política.

Sobre o colegiado, eu acho os estudantes sempre quiseram muito estar nesses espaços, o que eu ainda acho que o estudante dentro do colegiado precisa ter mais voz, porque em alguns momentos é decidido entre os professores. O estudante está lá mais só pra fazer um repasse, eu “tô” dizendo mais pelo o que eu vivenciei, o estudante está mais pra fazer um repasse e não é consultado como representatividade dos estudantes, sobre o que é melhor para os estudantes. É decidido e o estudante vai lá e leva pra sala, então assim, eu acho que o estudante enquanto representatividade dentro do colegiado precisa ter mais voz, ele precisa ser mais escutado e ouvido dentro do colegiado (DISCENTE 03).

Sobre a participação dos/as estudantes no colegiado, acho que precisa ser mais intensificada, os estudantes de uma forma geral não ocupam esse importante espaço de participação. São poucos os membros inclusive do movimento estudantil que participam e interveem nas discursões e decisões tomadas nesse espaço (DISCENTE 05).

A organização, as ações e bandeiras de lutas do MESS e suas disputas políticas travadas seja no movimento estudantil, seja nas instituições e em outros espaços contribuem para o processo de formação profissional em Serviço Social, pois os estudantes a partir da vivência do movimento possuem uma maior compreensão das contradições da realidade social, da importância da luta social e entendem que a luta de classes e a consequente disputa dos projetos societários perpassam todos os âmbitos da vida social. Compreendendo o vínculo orgânico entre formação profissional e exercício profissional, a vivência do MESS contribuirá para uma prática profissional mais comprometida com os princípios ético-políticos do Projeto Profissional do Serviço Social, como expressa muito bem as falas dos estudantes.

Movimento estudantil ele tem um caráter fundamental na formação de qualquer profissional [...] ele é basilar na formação profissional [...] de qualquer área porque movimento estudantil ele “dá” esse caráter político a qualquer formação, ele “dá” a possibilidade de dialogar com a realidade, que muitas vezes a sala de aula não nos “dá”. Nós vislumbramos teoricamente, mas a capacidade de dialogar com a realidade, de dialogar com o que está posto nós temos no movimento estudantil e essa formação política ela é essencial (DISCENTE 03).

Eu acho que o movimento estudantil faz com que os estudantes tenham uma visão mais ampliada do Serviço Social e da própria sociedade. É fácil perceber que aqueles/as estudantes que se organizaram no movimento estudantil tem uma atuação mais ampla e porque não dizer mais qualificada. Dessa forma o movimento

estudantil tem muito a colaborar para a formação profissional em Serviço Social. Tem uma importante parcela de contribuição na a defesa do direcionamento crítico da profissão e na formação de profissionais qualificados, inclusive em sua dimensão política. Outro ponto que o movimento estudantil contribuiu na minha formação foi justamente me possibilitar o contato com outros movimentos sociais, que foram fundamentais no meu processo de formação de consciência política (DISCENTE 05).

Partindo dessas falas, ressalto novamente que a formação profissional em Serviço Social requer uma dimensão política e compreendendo que esta formação não se limita à sala de aula, o movimento estudantil se coloca como um dos primeiros espaços coletivos de discussões e disputas políticas, além de que o MESS através do protagonismo da ENESSO vem assumindo a direção social assumida no Projeto Ético Político do Serviço Social. A vivência no MESS proporciona uma compreensão da formação profissional articulada com à realidade social, à universidade e a política de educação em que está inserida, ou seja, uma formação profissional que dialoga com as pautas mais gerais da sociedade como orienta as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (RODRIGUES, 2008).

É no movimento estudantil que discussões sobre democracia e a necessidade da organização política ganham mais enfoque, o que contribui para que mais estudantes compreendam a importância dessas dimensões nas instituições de ensino e demais espaços da sociedade como nos demais movimentos sociais. O contato que o movimento proporciona com pautas relacionadas ao feminismo, racismo, homo/lesbo/transfobia dentre outras, desperta o interesse de muitos alunos a construir outros movimentos sociais como os movimentos feminista, negro, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) etc. Portanto, o movimento estudantil não é um movimento que se encerra nele mesmo. Exemplo disso é que grande parte dos militantes do curso de Serviço Social do IFCE constroem o Levante Popular da Juventude (LPJ) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

O MESS é um espaço que privilegia a compreensão da dinâmica da sociedade, sendo ainda um espaço onde existe uma pluralidade de ideias a partir das diversas forças políticas que existem em seu interior. Entretanto, não é um espaço onde se privilegia a disputa pela disputa, que se distancia do perfil crítico e democrático que permeia o MESS. A participação no MESS não se restringe em si mesmo, pois se articula com os demais sujeitos políticos organizados propiciando uma interação entre esses coletivos, o que estimula e fortalece suas lutas. Essa articulação e a possível convergência de direção social pode incentivar a participação dos estudantes nesses espaços políticos como os movimentos sociais, partidos políticos e outros sujeitos coletivos (RODRIGUES, 2008, p. 71).

O MESS é considerado também uma práxis política, pois através de sua ação, este se coloca enquanto sujeito político e coletivo e de direitos, reafirmando a direção social do Serviço Social pautando os interesses e as lutas da classe trabalhadora.

A participação no movimento estudantil exige, nesse fazer político organizado, que os estudantes potencializem suas capacidades de análise e intervenção da realidade,

pondo em prática dos conhecimentos teóricos adquiridos e maturados durante o processo de formação profissional e de suas vivências coletivas. Sua capacidade argumentativa, teórico-política, pode permiti-lhes desvendar a realidade para uma práxis intencional, questionando as barbáries contemporâneas e a direção social postulada pelo legado neoliberal (SANTOS, 2010, p. 06).

Dessa forma que a dimensão político-organizativa do MESS se destaca como uma das principais contribuições que é protagonizada pela ENESSO, pois nesse espaço o estudante se reconhece enquanto sujeito político, coletivo e de direitos. Permite a compreensão da sociedade como um espaço de disputa, em tempos de conservadorismo e precarização da formação profissional, mais do que nunca é necessário conquistar “novos corações e mentes” sobre a necessidade da organização política e coletiva. Embora, o MESS do IFCE tenha uma recente trajetória, o mesmo vem buscando trilhar caminhos na perspectiva da educação pública e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal pergunta, “Quais as contribuições do Movimento Estudantil para a Formação Profissional em Serviço Social”, particularizada na realidade do curso de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu, foi respondida. A partir da compreensão da processualidade sociohistórica que deram as bases para a profissionalização do Serviço Social e com a “renovação do Serviço Social” (NETTO, 2011) na dinâmica da autocracia burguesa e efervescência política na qual se destacaram vários sujeitos políticos, que interferiram nos rumos da profissão, entre eles o movimento estudantil. A profissão é resultado de um contexto sociopolítico e vários sujeitos que proporcionaram a sua aproximação com a perspectiva marxista que evidenciou a dimensão política da profissão, desde a formação ao exercício profissional.

O MESS, através do protagonismo da ENESSO, vem na contramão da onda conservadora que se espraia na sociedade que fortalece o individualismo e a descrença nos projetos coletivos. A entidade resiste e fortalece as lutas coletivas e a importância da organização política estudantil principalmente nesse contexto de mercantilização da educação superior e sucateamento da universidade pública, reafirmando a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Somando-se nas lutas com as entidades da categoria profissional (Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS) e os demais movimentos da classe trabalhadora que constroem sua ação política na perspectiva anticapitalista e com o horizonte da emancipação humana.

Reafirmo que a ENESSO, através do MESS, é um dos sujeitos coletivos que contribuiu para a construção do atual Projeto Ético Político do Serviço Social e seu horizonte que pauta uma sociedade essencialmente livre de qualquer forma de opressão, exploração e discriminação. A participação estudantil de Serviço Social esteve presente nos marcos importantes da profissão, desde o “Congresso da Virada” até na construção do Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Falar do Serviço Social requer necessariamente discorrer sobre o movimento estudantil, dada a sua íntima relação, seja na sua história como também nos direcionamentos políticos e bandeiras de lutas.

A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), construída por diversas gerações, é parte constitutiva da história da profissão e da categoria dos(as) assistentes sociais, não acontecendo descolada desta, na medida em que ambos são processos imbricados e interdependentes, que se influenciam mutuamente, embora sejam inegáveis as particularidades (GUIMARÃES, 2014, p. 70).

Em um cenário da educação marcado pela mercantilização da educação, através da expansão da educação privada e à distância, como também a precarização da educação pública e do trabalho docente, a formação profissional em Serviço Social sofre vários impactos, principalmente no que tange a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Por esse motivo que o debate sobre formação profissional ocupa um lugar central na agenda política da ABEPSS, do Conjunto CFESS-CFESS e também na ENESSO, visto que esta é uma dimensão estratégica do Projeto Profissional do Serviço Social.

O curso de Serviço Social do IFCE surge nesse contexto de grandes desafios para a formação profissional. Ao mesmo tempo, se revela enquanto particularidade dada a sua inserção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o que tornou o primeiro curso de Serviço Social dentro dos Institutos Federais, até o presente momento. Embora as contradições que perpassam o curso devido a lógica institucional em que se encontra, lembro que são nas contradições na realidade que se gestam as possibilidades históricas, o curso se evidencia enquanto possibilidade dada a sua dimensão pública e aos sujeitos coletivos que compõem o curso, desde docentes ao movimento estudantil que se colocam na disputa política do curso e do IFCE.

Contradições também existentes nas universidades e demais instituições de ensino superior, marcadas pelo acesso e a precarização. Por isso se faz necessária a disputa da educação que é também permeada pela luta de classes, a qual a ação e a organização política cumprem papéis essenciais nesse processo.

Falar da educação numa sociedade de classes, numa sociedade capitalista, significa dizer que ela está voltada à conservação do status quo e à legitimação das estruturas sociais vigentes. Se quisermos ter outro tipo de educação não nos resta outra alternativa senão lutar pela transformação da sociedade (ORSO, 2013, p. 55).

A partir disso que o Movimento Estudantil de Serviço Social do IFCE assumiu os direcionamentos políticos da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e uma de suas principais bandeiras de luta que é a defesa da formação profissional de qualidade, no sentido de legitimar cada vez mais o curso ofertado no IFCE pela sua condição pública, para que seja referenciado na instituição e na região. Além disso, o MESS do IFCE não permaneceu restrito somente à instituição, mas vem contribuindo nas organizações coletivas, nas lutas e movimentos sociais existentes na cidade de Iguatu, a exemplo do Levante Popular da Juventude (LPJ) e Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Entre as principais contribuições do MESS está a sua capacidade de formar sujeitos coletivos e políticos que atuam junto às lutas da classe trabalhadora e na defesa da

educação pública. Através da ENESSO, a direcionamento político da profissão é sempre reafirmando nos seus fóruns deliberativos e organizativos.

O Movimento Estudantil de Serviço Social é apenas um dos sujeitos coletivos que fazem a história dessa profissão, mas um sujeito fundamental para o enfrentamento ao conservadorismo político e acadêmico que paira sobre o Serviço Social e que tem suas primeiras manifestações expressas ainda no momento da formação profissional e da condição do sujeito como estudante (GUIMARÃES, 2014, p. 79).

Esse processo não é isento de desafios, estes que compõem a própria dinâmica da realidade e a sociabilidade capitalista, mas exigem do movimento estudantil e demais organizações política a necessária autocrítica e reflexão sobre os desafios, para que se avance nas estratégias coletivas, pois “qualquer organização deve cuidar-se para estar sempre atualizada e permanentemente autocriticar-se para se corrigir” (BOGO, 2011, p. 111).

Entre os desafios apontados pelos estudantes para o MESS do IFCE estão: a condição de estudante-trabalhador que impossibilita muitas vezes os discentes construírem e participarem das atividades do movimento. Esse desafio impõe pensar uma formação profissional que contemple a realidade desses estudantes, para que não limitem o processo formativo à sala de aula, sem ter acesso às atividades de pesquisa e extensão. Além disso, é necessário maiores investimentos e planejamento da política de assistência estudantil que não garanta apenas o acesso, mas também a permanência estudantil.

Partindo da concepção que o Serviço Social não está imune à sociedade mas inscrito nas relações sociais da sociabilidade capitalista, o conservadorismo presente na sociedade e nas instituições de ensino que impõe a exigência de formação política para despertar novos sujeitos políticos para a luta. Isso desafia o movimento estudantil a fomentar cada vez mais temas relacionados ao feminismo, racismo, diversidade sexual, dentre outros, que contribuam para a formação de consciências e militantes políticos.

O fortalecimento da articulação com os movimentos sociais, que contribuiu tanto para o movimento estudantil quanto para a legitimidade da profissão junto às lutas sociais, para não se cair na dimensão do “academicismo” e do “carreirismo”, que muitas vezes não dialoga com realidade social e as necessidades da classe trabalhadora. O fortalecimento dos movimentos e lutas sociais é um dos desafios atuais, dado o contexto de conservadorismo e criminalização das organizações políticas e populares. Mas isso requer do Serviço Social maiores contribuições nessas lutas, visto que a articulação com os movimentos sociais é um dos princípios do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Outro desafio, é disputa da educação, em particular destaca os Institutos Federais. Como foi mostrado, os IF's foram recentemente implantados, então as suas diretrizes

pedagógicas e políticas são muito recentes, nesse sentido, a identidade dos IF's ainda está em processo de construção. Isso coloca para os sujeitos coletivos, entre docentes e principalmente o movimento estudantil, a necessária disputa política desse espaço público e dos rumos que devem assumir, na tentativa de construir um projeto de educação emancipador. A realidade é dinâmica e dialética, portanto os IF's não são estruturas “engessadas” na reprodução única e exclusivamente do mercado, mas são instituições essencialmente contraditórias como expressão na sociedade, por isso merecem serem disputados por quem os compõem.

Por ultimo, pontuo o trabalho de base, apontado entre os estudantes entrevistados como um desafio, mas também como uma possibilidade. Dado o caráter de transitoriedade do movimento estudantil, e imprescindível a formação de novos quadros políticos para que a força do movimento permaneça. Nas palavras de Guimarães (2014), “o desafio é (re)encantar-se!”, o que necessita de formação política, coragem e ousadia. Essa formação de quadros só é possível através de trabalho de base, que é indissociável de ação política.

O trabalho de base é parte indispensável da luta popular. O trabalho de base é a condição e o sustento do trabalho político e do trabalho de massa; o trabalho político e o trabalho de massa devem ser a expressão e a consequência do trabalho de base. O trabalho de base é a ação política transformadora, realizada por militantes de uma organização popular, que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas do cotidiano e ligar essa luta à luta geral contra a opressão (PELOSO, 2012, p. 10).

Embora os vários desafios postos, sempre é preciso apostar na luta popular e na organização política, esta considerada um dos maiores patrimônios do Serviço Social brasileiro, através do Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO. A história já mostrou que os sujeitos coletivos que compõem esta profissão possuem muita coragem e resistência para trilhar e compartilhar sonhos de uma sociedade mais justa e humana.

Por essa razão, que o MESS do IFCE necessita continuar trilhando seus caminhos de resistências e possibilidades na garantia de uma formação profissional de qualidade, legitimando cada vez mais este curso, que embora o contexto institucional que se encontra, se apresenta como uma conquista por sua referência pública.

Nesse sentido que concluo este trabalho desejando que as futuras gerações de militantes do movimento estudantil continuem pautando um projeto de educação em “que universidade se pinte de negro, de mulato, de operário, de camponês” (Che Guevara).

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **ABEPSS Gestão 2011-2012: Reafirmar Conquistas e Permanecer na Luta**. Nº 13. Rio de Janeiro: Revista Inscrita, CFESS, 2012.

_____. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. ABEPSS: Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf
Acesso em: 31/10/2014.

_____. **O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de lutas**. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/O-protagonismo-da-ABEPSS-no-passado-e-no-presente.pdf> Acesso em: 11/04/2015.

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf
Acesso em: 02/11/2015.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. **Formação Profissional e diretrizes curriculares**. Nº 10. Rio de Janeiro: Revista Inscrita, CFESS, 2007.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Cleonice Correia; SILVA, Jisselda de Oliveira Gonçalves; ARAÚJO, Luciana A. (et al). O Processo de Reconceitualização do Serviço Social no Brasil: emergência do movimento de ruptura. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e (coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARCARY, Valério. **Uma Nota sobre os Institutos Federais em Perspectiva Histórica**. 2015. Disponível em: <http://sinasefepa.org/index.php/comunicacao/noticias/93-ultimas-noticias/1444-valerio-arcary-lanca-artigo-sobre-institutos-federais> Acesso em: 02/11/2015.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A Investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa [Portugal]: CPIHTS, 2006.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BATISTONI, Maria Rosângela. Oposição Metalúrgica de São Paulo: história, organização e lutas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social – uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social** – fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na Contramão do Poder** – juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume, 2006.
- BETTO, Frei. 1968: nasce a teologia da libertação. *In*: ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968** – eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.
- BOGO, Ademar. **Organização Política e Política de Quadros**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- BOURGUIGNON, Jussara A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. *In*: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2005, Cascavel. ANAIS 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel-Pr: UNIOESTE, 2005.
- BRAICK, Patrícia R.; MOTA, Myriam B. **História** – das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 2005.
- BRASIL. Lei n. 11.892. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 29 dez. 2008.
- BRAVO, Maria Inês. **O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro**. *In*: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 100, 2009.
- BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. *In*: CRESS-7ª Região. **Assistente social: ética e direitos**. Rio de Janeiro, 2008.
- _____. **O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações**. *In*: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 100, 2009.
- BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. O Ensino em Serviço Social da Era Neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios. *In*: José Fernando Siqueira da Silva. (Org.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CARVALHO, Denise B. B. de; SILVA, Maria O. da Silva e (Orgs). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.
- CASS. **Estatuto do Centro Acadêmico de Serviço Social do IFCE**. Iguatu: CASS, 2011.
- _____. **Livro de Atas do Centro Acadêmico de Serviço Social do IFCE**. Iguatu: CASS, 2011.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. **Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e Contra a Precarização do Ensino Superior**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Plano-de-Lutas-atualizado-maio-2011.pdf>> Acesso em: 02/11/2015.

CFESS/CRESS. **Relatório Final do 43º Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/43EncontroNacional-RelatorioFinal.pdf>> Acesso em: 02/11/2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Liduina Farias Almeida; BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. Memória, Reconhecimento e Reconstrução: passado recente do Serviço Social no Ceará. In: COSTA, Liduina Farias Almeida; BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza; PIO, Maria da Conceição (Orgs.). **Fragmentos do Passado e do Presente: 60 anos do Serviço Social do Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: entre limites e possibilidades de um projeto coletivo com direção social. In: GUERRA, Yolanda. LEITE, Janete Luzia. ORTIZ, Fátima Grave. **Temas Contemporâneos: o serviço social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013, págs. 167-194.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES; DURIGUETTO (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social - uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ENESSO. **Caderno de Deliberações da ENESSO**. ENESSO: João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/caderno-de-deliberacoes-2012.pdf> Acesso em: 31/10/2014.

_____. **Estatuto da ENESSO**. ENESSO: Cuiabá, 2013b. Disponível em: <<https://executivamess.files.wordpress.com/2013/10/estatutos-a5-12.pdf>> Acesso em: 19/09/2014.

_____. **Movimento Estudantil de Serviço Social: desafios e perspectivas**. Nº 13. Rio de Janeiro: Revista Inscrita, CFESS, 2012.

- FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil**: uma questão em movimento? *In*: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 84, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil** – ensaio de uma interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.
- GADELHA, Severina. **Educação Profissional com Compromisso Social**: 100 anos de uma caminhada singular. Fortaleza: IFCE, 2010.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre - RS: L&PM, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- GINZBURG, Jaime. Escritas da Tortura. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O Que Resta da Ditadura** – a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GREGÓRIO, Andressa de Oliveira. **“Eu Tô na Rua é Pra Lutar, por um Projeto Feminista e Popular”**: a auto-organização das mulheres no Levante Popular da Juventude – CE. Monografia. Iguatu: IFCE, 2015.
- GUERRA, Yolanda A. D. . A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: ABEPSS e CFESS. (Org.). **Direitos Sociais e competências profissionais**. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília- UNB CEAD, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf> Acesso em: 31/10/2014.
- GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Movimento Estudantil de Serviço Social e Dilemas Atuais**: o desafio é (re)encantar-se. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 54, p. 70-81, 2014.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *In*: CFESS. **Atribuições privativas do/a Assistente Social** - Em questão. Brasília: CFESS, 2012.
- _____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 28ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Estatuto do Instituto Federal do Ceará**. 2008. Disponível em: <www.cefetce.br/images/stories/Acesso_a_Informação/ESATATUTO_FINAL-PUBLICADO_NO_DIARIO_OFICIAL-20-08-2009.PDF>. Acesso em: 20 julho 2015.

_____. Campus Iguatu. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Iguatu: IFCE, 2013.

_____. **Revista Gestão IFCE 2009-2012**. Fortaleza: IFCE, 2012.

_____. **Regulamento da Assistência Estudantil do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2014. Disponível em: <http://www.ifce.edu.br/baturite/images/regulamento_assistencia_estudantil_ifce.pdf> Acesso em: 02/11/2015.

_____. **Regimento Interno do IFCE campus Iguatu**. IFCE: Iguatu, 2011. Disponível em: <http://iguatu.ifce.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/regimento_interno_IGUATU.pdf> Acesso em: 02/11/2015.

LARA, Ricardo. A Pesquisa no Serviço Social e a Tradição Materialista-Dialética. In: José Fernando Siqueira da Silva. (Org.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

_____. **Pesquisa e Serviço Social**: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. Revista Katálisis (Impresso), v. 10, p. 73-82, 2007.

LIMA, Kátia; PEREIRA, Larissa D. **Contra-reforma na Educação Superior Brasileira**: impactos na formação profissional em Serviço Social. Sociedade em Debate (UCPel), v. 1, p. 31-50, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa**. Temporalis (Brasília), v. 5, p. 117-130, 2005.

MARTINS, Maria C. F. N.; BÓGUS, Claudia M. **Considerações sobre a Metodologia Qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em Saúde**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n.3, p. 44-57, 2004.

MEC. **Relatório de Avaliação para Reconhecimento do Curso de Serviço Social do IFCE**. 2015.

MENDES JR, Antonio. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

- _____. **Para Além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social** – um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MORAES, Carlos Antonio de Souza. **A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 122, 2015.
- MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Projeto Profissional e Projeto Societário.** Rio de Janeiro: Revista Inscrita, v. 12, p. 41-48, 2009.
- NAPOLITANO, Marcos. **O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985.** 4ª ed. São Paulo: Atual, 1998.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social:** Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.
- _____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Ditadura e Serviço Social** – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. **III CBAS:** algumas referências para a sua contextualização. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 100, 2009.
- _____. **O Movimento de Reconceitualização** – 40 anos depois. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 84, 2005.
- _____. **O Serviço Social e a Tradição Marxista.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 30, 1989.
- _____. **Pequena História da Ditadura Brasileira: (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Frederico de Castro. A Seca na História do Ceará. *In*: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide, *et al* (Org). **Uma Nova História do Ceará**. 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

ORSO, Paulino José. A Educação na Sociedade de Classes: possibilidades e limites. *In*: ORSO, Paulino José; [et al] (Orgs). **Educação e Luta de Classes**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ORTIZ, Fátima Grave. Notas Sobre as Diretrizes Curriculares: avanços, impasses e desafios. *In*: GUERRA, Yolanda. LEITE, Janete Luzia. ORTIZ, Fátima Grave. **Temas Contemporâneos: o serviço social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013, págs. 11-31.

_____. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O Princípio da Autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 1988.

PEREIRA, Evelyne M.; HOLANDA, Denise A. S.; SOARES, Raí Vieira; SILVA, Samilly E.S. **Educação, “Neodesenvolvimentismo” e Serviço Social: os IF’s em questão**. *In*: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 122, 2015.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. **Em busca de Estratégias Coletivas na Formação Profissional: a atual política de expansão da educação superior e o curso de Serviço Social no IFCE**. Boletim do Conselho Regional de Serviço Social - 3ª Região/CE, Fortaleza - Ceará, 2014, p. 09 -10.

PEREIRA, Larissa D. **A Expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de Contra-reforma do Ensino Superior Brasileiro**. Revista de Políticas Públicas (UFMA), v. 1, p. 323-332, 2010.

PINTO, Saturnino Alves. **A Política de Assistência Estudantil Frente às Recentes Mudanças na Educação Pública no Brasil: as particularidades do IFCE campus Iguatu**. Monografia. Iguatu: IFCE, 2015.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTELA, Josania Lima. Do Modelo Fordista às Teorias da Reestruturação Produtiva: os impactos sobre a cidadania e a formação humana. *In*: SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **Educação Profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A Importância da Articulação entre ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro**. Brasília: Temporalis, v. 22, p. 113-122, 2011.

_____. **Limites e Possibilidades Históricas do Projeto Ético-Político**. Rio de Janeiro: Revista Inscrita, v. 12, p. 41-48, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira. **O Movimento Estudantil e a Formação Política do(a) Estudante de Serviço Social: contribuições e desafios**. Monografia. Natal: UFRN, 2008.

SANTOS, Tiago Barbosa. **“Eu Vou a Luta com essa Juventude”**: contribuição acerca do movimento estudantil em serviço social e o processo de formação profissional. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2010. Anais. Rio de Janeiro.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Universidade, Ciência e Violência de Classe**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

SANTOS, Josiane Soares. **Apropriações da tradição marxista no Serviço Social**. In: Cadernos Especiais nº 10, 42ª ed. 2007.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe.. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, Andrea Alice Rodrigues. **Convite à Rebeldia: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade**. Monografia. Fortaleza: UECE, 2008.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 8, p. 5, 2007.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOBRINHO, Jodeylson Islony de Lima. **Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e a Dimensão Ético-Político Profissional: expressões de uma única realidade?** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2014. Anais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CD.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. Hacker Editores: São Paulo, 1999.

VASCONCELOS, Ailton Marques de. **A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978-2002: e sua relação com o projeto de Formação Profissional**.

Monografia. São Paulo: PUC, 2003. Disponível em:
<http://www.trajetoriameess.com.br/EBOK/TCCCOMPLETO.pdf> Acesso em: 19/09/2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os Caminhos para a pesquisa no Serviço Social**. Temporalis (Brasília), v. 09, p. 147-159, 2005.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968** – eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA 01 – GESTÃO DO ENSINO

1. PERFIL BIOGRÁFICO

Nome: _____

Apelido para Identificação: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Graduado(a) em: _____

Universidade: _____

Pós-graduado(a) em: _____

Universidade: _____

Cargo: _____

Função: _____

Vínculo Funcional: _____

Servidor(a) do IFCE desde: _____

Outras Funções Ocupadas Anteriormente: _____

2. MOVIMENTO ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL

2.1. Qual a sua opinião sobre o Curso de Serviço Social no IFCE *Campus* Iguatu?

2.2. Que mudanças a implantação do Curso de Serviço Social trouxe para o IFCE *Campus* Iguatu?

2.3. Quais são as potencialidades e as fragilidades apresentadas pelo Curso de Serviço Social?

2.4. Como você avalia a formação profissional do(a) aluno(a) do Curso de Serviço Social?

2.5. Na sua opinião qual o perfil do(a) discente do Curso de Serviço Social? Quais as semelhanças e diferenças com os outros cursos do IFCE *Campus* Iguatu?

2.6. Para você o que é Movimento Estudantil?

2.7. Qual a sua compreensão sobre o processo de organização política dos(as) discentes do Serviço Social?

2.8. Quais as contribuições do Movimento Estudantil para a formação política-profissional dos(as) discentes de Serviço Social do IFCE?

2.9. Como você analisa a relação Movimento Estudantil de Serviço Social com as Diretorias do IFCE *Campus* Iguatu?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 02 – DOCENTES**1. PERFIL BIOGRÁFICO**

Nome: _____

Apelido para Identificação: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Graduado(a) em: _____

Universidade: _____

Pós-graduado(a) em: _____

Universidade: _____

Cargo: _____

Função: _____

Vínculo Funcional: _____

Servidor(a) do IFCE desde: _____

Outras Funções Ocupadas Anteriormente: _____

2. MOVIMENTO ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL

2.1. Para você o que é Movimento Estudantil?

2.2. Qual a sua opinião sobre o Curso de Serviço Social no IFCE Campus Iguatu?

2.3. Que mudanças a implantação do Curso de Serviço Social trouxe para o IFCE Campus Iguatu?

2.4. Quais são as potencialidades e as fragilidades apresentadas pelo Curso de Serviço Social?

2.5. Como você avalia o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social?

2.6. Como você avalia a formação profissional do(a) aluno(a) do Curso de Serviço Social?

2.7. Qual a sua compreensão sobre o processo de organização política dos(as) discentes do Serviço Social?

2.8. Quais as contribuições do Movimento Estudantil para a formação política-profissional dos(as) discentes de Serviço Social do IFCE?

2.9. Como você analisa a relação Movimento Estudantil de Serviço Social com as Diretorias do IFCE Campus Iguatu e com o Colegiado do Curso de Serviço Social?

2.11. Você participou do Movimento Estudantil de Serviço Social? Se sim, quais as contribuições que o mesmo trouxe à sua formação política-profissional?

2.12. Na sua opinião, quais os principais desafios postos ao processo de organização política dos(as) discentes de Serviço Social?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 03 – DISCENTES**1. PERFIL BIOGRÁFICO**

Nome: _____

Apelido para Identificação: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Semestre do Curso: _____

Estado Civil: _____

Tem Filhos? _____

Cidade de Origem: _____

Renda Mensal: _____

Trabalha? _____ Se sim, em que área? _____

Horário de trabalho: _____

Participa de algum programa de monitoria, pesquisa e/ou extensão? _____

Se sim, especifique: _____

É contemplado pela política de Assistência Estudantil do IFCE? (especifique): _____

É beneficiário dos programas de transferência de renda? (especifique): _____

Foi contemplado por políticas afirmativas? (especifique): _____

Modo de ingresso no IFCE: _____

Possui outra graduação / pós graduação? (especifique): _____

Participa do Movimento Estudantil? (especifique): _____

Participa de outros Movimentos Sociais? (especifique): _____

2. MOVIMENTO ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL

2.1. Qual a sua opinião sobre o Curso de Serviço Social no IFCE Campus Iguatu?

- 2.2. Quais são as potencialidades e as fragilidades apresentadas pelo Curso de Serviço Social?
- 2.3. Como você avalia a formação profissional do(a) aluno(a) do Curso de Serviço Social?
- 2.4. Para você o que é Movimento Estudantil?
- 2.5. Qual a sua compreensão sobre o processo de organização política dos(as) discentes do Serviço Social?
- 2.6. Quais as contribuições do Movimento Estudantil para a formação política-profissional dos(as) discentes de Serviço Social do IFCE? Para a sua formação?
- 2.7. Como você analisa a relação Movimento Estudantil de Serviço Social com as Diretorias do IFCE Campus Iguatu e com o Colegiado do Curso de Serviço Social?
- 2.8. Como você compreende a relação entre o Movimento Estudantil e os outros Movimentos Sociais?
- 2.9. Na sua opinião, quais os principais desafios postos ao processo de organização política dos(as) discentes de Serviço Social?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “*Movimento Estudantil e o processo de Formação Profissional das(os) Estudantes de Serviço Social do IFCE*” que tem como objetivo geral compreender quais as contribuições postas pelo Movimento Estudantil de Serviço Social na formação profissional e política de seus estudantes a partir das particularidades do processo da organização estudantil do IFCE *campus* Iguatu. Essa pesquisa é desenvolvida pelo estudante Raí Vieira Soares, do Curso de Serviço Social, sob a orientação do professor André de Menezes Gonçalves, caracterizando-se como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Quanto aos riscos, reconhecendo a possibilidade de desconforto, constrangimento que podem ocorrer, o pesquisador se compromete a tratar com o devido respeito, procurando minimizar qualquer risco que possa ocorrer durante a pesquisa. Dessa forma, pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que deverá ser gravada se o (a) Sr. (a) concordar participar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e o (a) Sr.(a) poderá a qualquer momento deixar de participar deste, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos e esclarecimentos da pesquisa com o Prof. Orientador André de Menezes Gonçalves: (88) 3582-1000/andre-mg@uol.com.br e com o estudante pesquisador: (88) 9905-3285/raivieiracmpb@hotmail.com. Este termo está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____

tendo sido esclarecido(a) a respeito da pesquisa, aceito participar da mesma.

Iguatu-CE, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do(a) Participante

Assinatura do Pesquisador